

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ARLENE DE ARAUJO SAIB

**A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO-
INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL**

VITÓRIA
2008

ARLENE DE ARAUJO SAIB

**A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO-
INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de concentração: Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hilda de Oliveira Olímpio

VITÓRIA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S132r Saib, Arlene de Araújo, 1960-
A rotulação no discurso : uma estratégia sociocognitivo-
interacional no fazer textual / Arlene de Araújo Saib. – 2008.
158 f. : il.

Orientadora: Hilda de Oliveira Olímpio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Referência (Linguística). 2. Análise do discurso. 3.
Comunicação escrita. 4. Significação (Filosofia). I. Olímpio, Hilda
de Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

ARLENE DE ARAUJO SAIB

**A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO-
INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de concentração: Texto e Discurso.

Aprovada em 22 de Fevereiro de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Hilda de Oliveira Olimpio
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^o. Ingedore Grunfeld Villaça Koch
Universidade de Campinas

Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon
Universidade Federal do Espírito Santo

A Deus

“Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste, e de que foste inteirado, sabendo de quem o tens aprendido.

*E que desde a tua meninice sabes **as sagradas letras**, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus.”*

II TIMÓTEO 3.14-15.

AGRADECIMENTOS

A Deus que é fiel e sempre cumpre suas promessas: toda honra, glória e louvor.

Ao meu esposo pelo apoio, carinho, dedicação e, principalmente, por respeitar os meus sonhos.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Hilda de Oliveira Olímpio pela dedicação, incentivo e ensino nestes dois anos de trocas e leituras tão enriquecedoras.

À Prof^a Dr^a Ingedore G. Villaça Koch por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa e pelas contribuições apresentadas.

Aos professores do mestrado pelas reflexões e pelo apurado senso científico; aos professores que participaram do exame de qualificação, minha gratidão.

À Elba Calmon pela acolhida paciente, desde a inscrição para o processo seletivo.

À Prof^a Ms. Ângela Maria da Silva Marques pelas aulas de inglês.

Aos colegas de turma: Celi Maria, Elaine Cristina, Emanuely, Enoch, Ilioni, Joseane, Karen, Kátia Regina, Ludmila, Marcela, Mônica, Ruth e Tatiany, pelo convívio, encontros, desencontros, empréstimos e doações.

Aos meus filhos - Rafael e Gabriel - pela ausência compreendida (?) e por terem suportado o meu humor ácido quando eu não conseguia escrever.

À minha irmã Luciene – *Lu* - pela assistência e por estar sempre disposta e disponível para me socorrer e aos demais familiares pela compreensão e incentivo.

Aos meus pais – Antonio Carlos e Amélia – que, mesmo sem compreender as minhas razões, sempre acreditaram em mim.

À filha “postiça” Luciana Moraes Barcelos Marques, pela amizade, pelas leituras, pelas análises e pelas gostosas e escandalosas gargalhadas, minha gratidão por tudo, principalmente, pelas descobertas do que é ser avó.

À Ludmyla Sathler Aguiar – *galega* – pelas palavras afetuosas, pela generosidade, pela presença a distância e pela mineirice exacerbada.

À Ana Néri Barcelos Soares – *jack* – minha psicóloga “meio psicótica”.

Ao FACITEC / CDV – Prefeitura Municipal de Vitória – pelo incentivo através da bolsa de mestrado.

Aos amados irmãos Suzimar Marques Perim e Fellipe Marques Frota pela amizade, carinho e socorro tecnológico nos meus momentos de pane virtual.

A todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, minha gratidão.

“Assim como falham as palavras quando querem exprimir qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos quando querem exprimir qualquer realidade.
Mas como a realidade pensada não é a dita mas a pensada,
Assim a mesma dita realidade existe, não o ser pensada.
Assim tudo que existe, simplesmente existe.
O resto é uma espécie de sono que temos,
Uma velhice que nos acompanha desde a infância da doença.”

Alberto Caeiro

RESUMO

Esta pesquisa questiona a noção de referência como representação extensional dos referentes entendidos como categorias do mundo e, apoiando-se numa concepção sociocognitivo-interacional de linguagem, defende a referenciação como atividade discursiva voltada para a criação de objetos-de-discurso ancorados no contexto enunciativo e produzidos no fazer textual. O recorte teórico-metodológico proposto focaliza as estratégias de rotulação (de criação de formas nominais referenciais) as quais criam um domínio conceitual para a interpretação das informações-suporte presentes num texto-fonte, geralmente uma proposição ou uma seqüência de proposições com independência enunciativa. A análise fundamenta-se num certo grau de indeterminação da linguagem e na dinâmica da (re)categorização como índice de uma estratégia discursiva em que os rótulos desempenham papel relevante tanto no encadeamento discursivo das unidades informativas dos textos quanto na organização semântico-argumentativa global do discurso. Por essa via de análise, os rótulos constituem paráfrases resumitivas com papel coesivo bem definido na superfície textual. Entretanto, a escolha da construção nominal (tanto do núcleo quanto dos determinantes) depende muito mais da interação entre os sujeitos envolvidos no processo interativo do que de uma relação de correferência buscada na semântica dos objetos ou dos fatos enunciados. O exame do *corpus*, constituído de textos opinativos presentes na mídia impressa brasileira e colhidos no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2007, apontou para a necessidade de ultrapassar o plano das relações anafóricas e integrar o funcionamento dos rótulos num referencial dêitico-enunciativo de linguagem.

PALAVRAS-CHAVES: Referenciação. Objetos-de-discurso. Rotulação. Enunciação.

ABSTRACT

This research Discusses the notion of reference as an extentional representation of the referents seen as world categories and, based on a social-cognitive-interactional conception of the language, it also considers the referentiation as a discursive activity aimed at the creation of speech objects engaged in the enunciative context and produced in the text. The theoretical-methodological frame proposed focuses on the strategies of labelling (creation of referential nominal forms) that create a conceptual field for the supporting information present in a source text, usually a proposition or a sequence of propositions which are enunciatively independent. This analysis is based on a certain degree of language indetermination and the dynamics of (re) categorization as an index of speech strategy in which labels have an important role in the sequence of the informative units of the text as well as in the global semantic-argumentative organization of speech. From this point of view, labelling constitutes synthetic paraphrases with a cohesive role defined on the textual surface. However, the choice of the nominal construction (of the nucleus, as well as the determinants) depends much more on the interaction between the subjects involved in the process rather than on a relation of co-reference found in the semantics of the objects or the enunciated facts. The exam of the corpus, composed of opinative texts present in the Brazilian printed media, and selected from December 2005 to December 2007, pointed to the necessity to overcome the level of the anaphoric relations, and integrate the function of labelling in a deitic-enunciative referential of language .

KEY-WORDS: Referentiation. Discourse objects. Labelling. Enunciation

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	O CONTEXTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.	14
2.1	ENTRE AS PALAVRAS E AS COISAS: A REALIDADE A SER FABRICADA.	14
2.2	SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO.	19
2.3	O SOCIOCOGNITIVISMO-INTERACIONAL E A LINGÜÍSTICA TEXTUAL.....	23
2.4	A IMPORTÂNCIA DO GÊNERO NA ESCOLHA DO <i>CORPUS</i>	33
3.	REFERENTE, REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO	39
3.1	ENTRE AS FACES SECRETAS E A FACE NEUTRA: TEM UM RÓTULO NO MEIO DO CAMINHO.	39
3.2	A PORÇÃO SUBMERSA DO <i>ICEBERG</i>	46
4.	A ROTULAÇÃO NO DISCURSO	49
4.1	ROTULAÇÃO: O ESPLÊNDIDO CAOS ORGANIZADO DA LINGUAGEM.	49
4.2	ROTULAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DE UM RÓTULO INESPECÍFICO	64
4.3	RÓTULOS DE CONTEÚDO E RÓTULOS METAENUNCIATIVOS	76
5.	A ROTULAÇÃO E A QUESTÃO DA DÊIXIS: POR UMA ABORDAGEM HÍBRIDA	93
5.1	DA MOSTRAÇÃO À REFERENCIAÇÃO.	93
5.2	DÊIXIS DISCURSIVA: ENTRE APONTAR E REFERIR.	97
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	108
	ANEXOS	114

1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca da referência perpassam os séculos e envolvem questões lingüísticas e filosóficas, pois as indagações a respeito da tríade pensamento-realidade-percepção impõem uma resolução discursiva para o problema da referência. Em seu aspecto mais generalizante, a referência pode ser tomada como a experiência humana de referir pela língua; no entanto, numa abordagem que transcende a idéia de língua como instrumento de comunicação – função instrumental – pode-se dizer que a referenciação constitui uma questão de interação social, uma atividade discursiva realizada por sujeitos co-construtores do sentido na enunciação.

Independentemente de se admitir que o pensamento precede a realidade ou, ao contrário, se a realidade pré-existe ao pensamento, o fato é que investigar como a linguagem refere-se ao mundo demanda assumir que há uma relação constitutiva entre linguagem e mundo, universos não totalmente estabilizados, mas sempre em constituição pela interação dos sujeitos.

Sob esse ponto de vista, a posição que se assume, nesta investigação, leva em conta o deslizamento do conceito de referência para referenciação, tomada como “atividade discursiva” - Koch (1998; 2004) e Marcuschi (1998; 2001) -, em consonância com a postura de lingüistas como Mondada & Dubois (2003), entre outros, que rejeitam a discretização do mundo e concebem as categorias e objetos-de-discurso como construções produzidas a partir de práticas lingüísticas sociocognitivamente situadas.

No recorte teórico-metodológico proposto, a análise focaliza as expressões nominais sumarizantes que, por retomada de um já-dito ou por antecipação de um a-dizer rotulam (sumarizam, resumem, nominalizam) o conteúdo (ou o próprio ato de fala) de um enunciado-fonte, na maioria das vezes uma sentença ou conjunto de sentenças, participando, assim, da cadeia coesiva do texto. Entretanto, para além desse papel coesivo na superfície textual, os rótulos constituem quadros de referência que orientam a interpretação dos enunciados resumidos e apontam para

a direção argumentativa do discurso. Essa função discursivo-argumentativa dos rótulos é que constitui o objetivo central desta pesquisa.

Sob esse enfoque, a explanação observará os movimentos de prospecção (catáfora) e retrospecção (anáfora) operacionalizados pelos rótulos, processo esse que se manifesta na tessitura textual por meio da sumarização de proposições difusas no co-texto, mas enfatizará o papel das escolhas lexicais como propostas do locutor para orientar o interlocutor na interpretação do seu discurso.

Neste processo, o referente, o “objeto externo” de que fala a linguagem já é linguagem, e a estratégia de rotulação consiste em nomear/encapsular/categorizar tanto o conteúdo de um enunciado (ou de uma seqüência de enunciados) quanto o próprio ato de enunciação. No primeiro caso, trata-se da rotulação do conteúdo de um ato de fala; no segundo, da rotulação do próprio ato, portanto de uma rotulação metadiscursiva.

No bojo dessas reflexões, imagine-se, tomando como referencial os últimos acontecimentos ocorridos em Brasília (pós-extinção da CPMF), as seguintes notícias veiculadas nos jornais A e B:

Jornal A – O governo federal resolveu aumentar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para compensar a perda de arrecadação com a derrubada da CPMF no senado.

Esta **decisão (solução, artimanha, medida)** surpreendeu os opositoristas, que criticaram o apetite arrecadatário da turma do Lula.

Jornal B – O governo federal resolveu aumentar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para compensar a perda de arrecadação com a derrubada da CPMF no senado.

Esta **afirmação (desculpa, informação, interpretação)** dada pelo portavoz da presidência da República não convenceu os opositoristas, que criticaram o apetite arrecadatário da turma do Lula.

Percebe-se nos exemplos acima que as possibilidades argumentativas fluem num *continuum* interpretativo, tanto em relação à escolha do nome-núcleo da expressão rotuladora como dos verbos – *surpreendeu* (Jornal A) e *convenceu* (Jornal B). Além de contribuírem para o desenvolvimento da progressão textual, as formas nominais destacadas marcam o ponto de vista do enunciador em função das expectativas

criadas no contexto interativo e a seleção dos verbos estabelece um vínculo argumentativo-subjetivo com a expressão nominal.

Para fins metodológicos, o foco de análise são textos pertencentes ao gênero opinativo, veiculados na mídia impressa brasileira – jornais de grande circulação nacional¹. A escolha desse *corpus* foi motivada pela presença nos textos de uma arquitetura argumentativa que induz o leitor a aderir a um ponto de vista atribuído ao veículo comunicador, no caso dos editoriais; ou ao jornalista/colaborador/articulista, no caso de matérias assinadas.

Inseridos nessa arquitetura argumentativa, os textos desta natureza possuem uma “vida dupla”, na medida em que informam opinando e opinam informando, diluindo a crença de uma imprensa comprometida com a verdade totalmente imune a induções ideológicas. E, os rótulos, neste gênero, são largamente empregados, confirmando a tese de que toda suposta imparcialidade é uma ficção.

Nesse sentido, é oportuno salientar que a rotulação condensa e sumariza informações dispersas no co-texto, direcionando a argumentação para o ponto de vista do produtor, a fim de se alcançar uma “adesão dos espíritos”, como sinalizam Perelman e Obbrechts-Tyteca (2002: 50):

[...] o objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno.

A dinâmica discursiva dessas operações recai sobre o ato interativo na construção dos objetos-de-discurso, e as escolhas lexicais do núcleo das expressões nominais rotuladoras denotam que o sentido procede de uma intervenção sociocognitiva e interacional dos sujeitos sobre o léxico na enunciação. Posto isso, longe de serem arbitrárias, as escolhas lexicais – ao se apoiarem na não-imanência da língua –

¹ Os textos dos jornais O GLOBO, FOLHA DE SÃO PAULO, JORNAL DO BRASIL e ESTADO DE SÃO PAULO são oriundos de publicações diárias, mas colhidos na mídia virtual por meio de postagens diárias disponíveis em: <http://arquivoetc.blogspot.com/>

constituem estratégias discursivas de o homem falar ao homem sobre mundo de forma interativa, respondendo a discursos anteriores e esperando discursos futuros.

Assim, numa instância mais ampla de interação, a rotulação e, por extensão, a referenciação situam-se numa dimensão socializante da linguagem, que, na interlocução, os sentidos são “negociados” mediante representações disponíveis na memória discursiva, instauradas tanto pela cultura, como pelos saberes partilhados.

Como um construto social, o encapsulamento anafórico condensa/empacota as informações em termos de uma moldura interpretante, pois, em seu projeto de dizer – categoria bakhtiniana -, os sujeitos – atores sociais – empreendem uma atividade discursiva modelada por um ponto de vista, que resulta em escolhas lexicais co(n)textualmente motivadas, portanto em objetos-de-discurso e não objetos-do-mundo.

Assim, a materialidade lingüística integra as faces social e subjetiva, servindo de substrato ao encadeamento discursivo, e o sentido da unidade léxica se estabiliza na historicidade dos sujeitos como atores sociais, cuja prática lingüística extrapola o código lingüístico e as convenções da linguagem como representação.

Nesta linha de reflexão, esta pesquisa ampara-se na hipótese de que o uso do léxico na esfera discursiva não compreende uma atividade de decalque do nome sobre objetos preexistentes. Ao contrário, em consonância com a postura de Marcuschi (2004), acredita-se que o léxico não constitui uma lista pronta, mas também não é um “sistema caótico e permissivo”, pois suas leis são validadas pelo/no pacto interativo, em uma determinada comunidade de falantes.

Acredita-se, a partir daí, que o ponto nodal da questão da rotulação/referenciação seja a conjunção harmônica e dialógica de produção de sentidos – criação de novos referentes discursivos -, posto que as descrições/expressões/formas nominais usadas nesse processo conservam um princípio de identidade co-textual, que não demanda um grande esforço inferencial para localização no texto e, ao mesmo tempo, preservam um vínculo socio-histórico que permite um diálogo com outros “dizeres” (já-ditos ou por-dizer).

Nesse sentido, aliando o referencial teórico ao *corpus*, pretende-se explicitar a dimensão social e discursiva do léxico enquanto matriz semiotizante das formas nominais remissivas, particularmente as rotulações, objeto da presente pesquisa, no sentido de que elas compõem uma rede lexical especializada, com função na cadeia semântico-argumentativa do texto e na organização da sua estrutura global.

Como procedimento didático-organizacional, esta dissertação é composta de 4 (quatro) capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo 2, apresentam-se o escopo teórico que norteia a pesquisa, as premissas da perspectiva sociocognitiva e a inserção do gênero opinativo no arcabouço da lingüística textual de cunho sociocognitivo.

O capítulo 3 pontua os conceitos de referente, referência e referenciação como estruturantes para a compreensão do deslocamento, na teoria da sociocognição e da interação, das noções de referente para objeto-de-discurso e de referência para referenciação como atividade discursiva.

O capítulo 4 apresenta uma exposição teórica do fenômeno da rotulação e sua demonstração /confirmação no *corpus*; explicitam-se também as estratégias discursivo-argumentativas do nome inespecífico na construção dos rótulos, além de estabelecer a distinção entre os rótulos de conteúdo e os rótulos metaenunciativos.

O capítulo 5 trata do cotejamento entre as noções de dêixis e de anáfora na rotulação. Apresenta-se, ainda, com base em Cavalcante (2000) e Ciulla (2002), a proposta de uma categoria *híbrida* para os rótulos que apresentam determinantes dêiticos.

Nas considerações finais, discute-se a pesquisa à luz dos preceitos sociocognitivo e interacionista que regem a construção dos rótulos, sublinhando que a linguagem posta em uso impõe um modo particularizado de ver a realidade e que, dessa maneira, cada interlocutor a filtra e a nomeia de acordo com seus esquemas conceptuais e experienciais. Fica, portanto, patente que o binômio argumentação-subjetividade perpassa a atividade discursiva de nomear o mundo pela linguagem.

2 O CONTEXTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 ENTRE AS PALAVRAS E AS COISAS: A REALIDADE A SER FABRICADA

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a
imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse: Essa volta que o
rio faz por trás de sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que
fazia uma volta atrás de casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.*

Manoel de Barros

No poema da epígrafe, Manoel de Barros descreve com uma simplicidade contundente um universo nomeado no momento da constatação inaugural da realidade. Verifica-se que a riqueza lírica reside na incompatibilidade entre conceito, formas e imagens, ou seja, a precisão está na instabilidade do real. Na visão do poeta, o “objeto real” nomeado como enseada não carrega o mesmo efeito de sentido de *um vidro mole* e *de uma cobra de vidro*. Trata-se de imagens diferentes, diferentes objetos-de-discurso que emergem no jogo interativo, posto que o objeto discursivo flui na interação e não está codificado num acervo lingüístico pré-existente.

Assim, o poema-epígrafe de abertura deste capítulo é uma metáfora de como um nome atrelado à “coisa em si” participa da dinâmica discursiva, enriquecendo ou empobrecendo a “imagem do objeto”. No caso do poema, o nome *enseada*, na concepção do eu-lírico, reduzia “a imagem do rio que fazia uma volta atrás da casa” a uma etiqueta que não traduzia, de forma satisfatória, a imagem do objeto.

Com efeito, a intensidade lírica de *um vidro mole* e *de uma cobra de vidro*, em comparação com *enseada*, rompe com o universo platônico de um mundo etiquetado, já que a noção de paralelismo entre as palavras e as coisas se dilui ante a expressividade de um “real construído” na esfera da subjetividade, ou seja, as palavras que nomeiam e as coisas nomeadas não se ajustam a um mundo

previamente definido pela fixidez normativa; ao contrário, participam de sua construção.

Distanciando-se da esfera poética, Izidoro Blikstein (1995) discute, de modo análogo, as relações entre significação e linguagem, sob o duo realidade-percepção. Para o autor,

[...] a compreensão do mundo esbarra antes na dimensão perceptivo-cognitiva. Se a língua é o 'molde' ou a 'grande matriz' da sociedade, é necessário reconhecer que a experiência perceptiva já é um processo (não-verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo (BLIKSTEIN, 1995: 42).

Nesse sentido, a tarefa de “desvendar os segredos do texto” se consubstancia no incessante esforço de atualização / fabricação da realidade, no qual o léxico opera discursivamente não em “estado de dicionário” (MARCUSCHI, 2004: 271), mas motivado por um mecanismo sociocognitivo-interacional que se manifesta, em condições de uso, buscando “superar a noção meramente representacionista e referencialista da língua, para privilegiar as relações intersubjetivas instauradas pelos interlocutores mediante os recursos lingüísticos” (MARCUSCHI, 2004: 273).

Nesse contexto, a linguagem reveste-se de uma plasticidade socialmente construída em práticas discursivas que levam em conta o contexto interativo, no qual se processa a ação verbal, e a maneira como as escolhas lingüísticas se articulam como produto da intenção argumentativa do falante sobre as diversas esferas da atividade humana cotidiana.

A título de comprovação dessas premissas, o artigo transcrito a seguir é ilustrativo dessa relação contexto-escolha lexical, pois as unidades léxicas destacadas (inseridas em uma mesma esfera semântica –“encenação”) não são decalques sobre objetos mundanos, mas articulações discursivas e argumentativas mediadas pela *práxis* e pela subjetividade. Leia-se:

(1) A comédia que virou chanchada

Encenado em 1995 e em 1999, o **espetáculo** da prorrogação da CPMF nunca chegou a prender a atenção da **platéia** brasileira. Nas duas **apresentações**, dirigidas por Fernando Henrique Cardoso, o **elenco** seguiu

burocraticamente o **enredo**, baseado no combate travado entre o poderoso exército governista, favorável à sobrevivência do imposto do cheque, e tropas oposicionistas agarradas ao argumento segundo o qual provisório é provisório. Não é sinônimo de permanente.

Em ambas as **temporadas**, o que deveria ser um **drama** acabou virando **comédia** - e de quinta categoria - minutos depois de **descerradas as cortinas**. "O Brasil não sobreviverá sem a CPMF", garantia um general governista. A **platéia** caía na gargalhada: como levar a sério alguém que falava linguagem de **vilão** com sotaque de **mocinho**? "O governo que gaste menos", revidava a ordem de um guerreiro oposicionista. A **platéia** morria de rir: como levar a sério alguém que bancava o **herói** sem conseguir disfarçar a cara de **bandido**?

Novamente em **cena** desde setembro, o **drama** reduzido a **comédia** de mau gosto pelo **script** farsesco, pela escassa imaginação do **diretor** e pela canastrice do **elenco**, vai se transformando na mais espantosa **chanchada** já apresentada no **Teatrão do Planalto**. Promovido a **diretor de elenco** em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva promoveu uma radical inversão de papéis: quem era isto agora é aquilo. Os que juravam de morte a CPMF passaram a defendê-la a tiros. Os que lutavam para prolongar-lhe a vida resolveram enterrá-la já. Sem choro nem vela. E em cova rasa.

A confusão decorrente da abrupta reviravolta - não é tão simples **decorar falas** que não faz muito estavam em outras bocas - foi ampliada consideravelmente quando o **diretor** resolveu assumir também as funções de **roteirista** e retocar a história a machadadas. Começou infiltrando **cenas** em que soldados oposicionistas se viram tentados com mimos e favores a mudar de uniforme.

Não funcionou, e Lula teve outra idéia: abreviar o **desfecho** com a assinatura de um tratado de paz entre as partes em conflito. Também não funcionou. Louco por um **palco**, o **diretor** e **roteirista** Lula achou que chegara a hora de **brilhar** como **ator**. E a coisa desandou de vez. No papel de comandante da turma decidida a explodir a CPMF, não fizera feio nos **espetáculos** dirigidos por FH. Seria diferente desta vez.

O **artista** voltou ao **palco** há uma semana. Não mudaram a voz roufenha, a cara zangada, o olhar feroz e a língua sempre solta. Antes como agora, em **cena** Lula não fala; vocifera. Mas o avesso do personagem passou a vociferar o contrário do que dizia. Ficou muito estranho. Como um **John Wayne** no papel de **bandidão**. Como **Jack Palance** bancando o **mocinho**.

"A CPMF é o mais justo dos impostos", grita o **ator** que, nas versões anteriores, qualificava de "coisa de golpista" a prorrogação do tributo. "Só sonegador é contra esse imposto", acusa a garganta que durante 10 anos até nos **ensaios** se entusiasmava com textos que comprovavam os estragos impostos à classe média pelo monstro inconstitucional. A dedicação do **ator** só serve para comprovar que, na **ficção** ou na vida real, Lula não tem compromisso com a coerência.

Nem com a palavra empenhada. Em 1999, fazendo **coro** com todo o **elenco**, Lula garantiu que o **espetáculo** nunca mais seria **encenado**. Renovou a promessa em 2006. Era mentira. (**Augusto Nunes – Jornal do Brasil – 05/12/2007**)

Nesse exemplo, percebe-se a linguagem em constituição, em sua aceção dinâmica e interativa, distanciada das concepções instrumental e referencial da visão tradicional. Tal complexidade tem a ver com uma gama de fatores que fazem do texto/discurso o *lócus* privilegiado da interação verbal, da atividade discursiva,

entendida não como uma seqüência linear de signos abstratos, mas como uma prática efetiva.

Desse modo, no desdobramento da concepção de atividade discursiva não se pode alijar das discussões a questão da referência e dos referentes construídos no discurso, uma vez que eles não personificam uma realidade pronta e acabada; logo, infere-se que as estruturas lingüísticas são insuficientes para retratar a realidade como paradigma de correspondência entre o mundo filtrado pela percepção e a linguagem para referi-lo.

Há, portanto, acerca da significação, um impasse de ordem extralingüística que Blikstein (1995) discute com mestria, tomando por base a percepção como “uma dimensão anterior à própria experiência verbal para a detecção da gênese do significado” (BLIKSTEIN, 1995: 39); logo, a percepção do mundo e da realidade, quando exteriorizada em linguagem verbal, constitui uma atualização da língua quando submetida ao jogo interativo.

No entendimento do autor, a percepção atua como uma dimensão extralingüística no processo de (re)conhecimento do mundo-realidade pela linguagem e inclui uma parcela dependente da prática social, pois o código lingüístico, sozinho, não garante a filtragem deste mundo a ser descrito pela linguagem. “Talvez porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação lingüística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade” (BLIKSTEIN, 1995: 17).

Por essa hipótese, a percepção como interpretação do real, no âmbito da *práxis*, não permite à linguagem captar o mundo e a realidade com precisão lingüística, o que leva à dedução de que a realidade é ilusória, sujeita a reinterpretações contínuas por parte dos sujeitos. Assim, por esse domínio interpretante, entende-se que a percepção não é uma “radiografia panorâmica” dos objetos do mundo, mas se constitui numa “instância fabril” da realidade, ou melhor, das versões do real.

Dessa forma, desfaz-se a equivocada concepção de que haveria uma suposta relação direta entre a língua e os objetos mundanos. Essa constatação insere-se

numa ordem discursiva que prioriza a linguagem como um “fazer-ação” intercambiável, que relativiza, do ponto de vista da significação, a entidade lingüística, afrouxa o conceitual em função do situacional-contextual e transforma o referente (objeto de mundo) em objeto-de-discurso; estabilizando provisoriamente, desse modo, por meio da referenciação e no evento discursivo, a relação entre as palavras e as coisas.

Sob a égide da realidade em construção – em processo contínuo –, o enfoque da referenciação, em vez de referência, mostra-se o caminho mais consistente para elucidar os meandros da linguagem em uso, pois, no contexto sociointerativo, as “versões públicas” e “provisórias” da realidade focalizam as relações língua-linguagem em níveis interdiscursivo e intradiscursivo. Como consequência, leva à postulação de uma subdeteminação semântica do léxico, que só se resolve em situações concretas de uso.

Assim, face aos múltiplos desdobramentos de sentidos produzidos pelo dinamismo da língua(gem) na “inter-ação”, acredita-se que, para satisfazer as diversas demandas situacionais que se impõem numa sociedade cada vez mais organizada pelo uso da linguagem, somente uma abordagem maleável – extra código – pode equacionar a tríade mundo-percepção-linguagem.

Nesses termos, a exposição teórico-analítica desta pesquisa levará em conta o paradigma sociocognitivo-interacional da linguagem, que, à luz dos preceitos dialógicos, contribui para explicitar a significação enunciativa em detrimento da significação lingüística; a língua como uma realidade além do código; a linguagem como processo interativo; e o sujeito como sujeito social, organizador/planejador de linguagem, que captura o sentido no âmbito de uma *práxis*.

Desse modo, o estatuto da rotulação no discurso prevê os processos de referenciação/categorização como uma atividade discursivo-criativa centrada nas possibilidades de intervenção sociocognitiva e interativa da língua, em que o léxico atua em “estado de arte” e não em compatibilidade formal-semântica, posto que, como já foi abordado anteriormente, não há correspondência entre as palavras e as coisas.

Nesse ponto analítico, há de se observar que a face subjetiva compõe as linhas diretivas da argumentação e da organização global dos textos, em que os rótulos – como SNs categorizadores – atuam como catalisadores entre os níveis lingüísticos e extralingüísticos, convocados para desvendar os segredos do texto e fabricar subjetivamente a realidade.

2.2 SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentação teórica desta pesquisa insere-se na premissa de que a língua e a linguagem não espelham o mundo, o que implica “uma visão não-referencial” de ambas. Desse ponto bifurcam-se duas perspectivas a serem adotadas: a da linguagem como ordenamento sociocognitivo-interacionista e a de que a “referenciação constitui uma atividade discursiva” (KOCH, 2004b: 53).

Acompanhando esses pressupostos, confirma-se, na esfera da Lingüística Textual, que os textos configuram um “[...] domínio multi e transdisciplinar, [...] fruto de um processo extremamente complexo de interação e construção social de conhecimento e de linguagem” (KOCH, 2005b:157).

Esses domínios asseguram que o texto é o ambiente de proliferação dos sentidos, sentidos estes construídos pela interação entre os co-enunciadores. Dentro desse entendimento, Koch (2005a: 157) ressalta o seguinte princípio defendido por Antos & Tietz (1997):

Os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. E é em razão dessa capacidade que são também excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção e transmissão de saber. Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tornam o conhecimento visível, mas, na realidade sociocognitivamente existente. A revolução e evolução do conhecimento necessita e exige, permanentemente, formas de representação notoriamente novas e eficientes.

A essas considerações preliminares somam-se as posições que deslocam o eixo da noção de referência para referenciação, nas quais se questionam os processos de

discretização do mundo e de estabilização da língua. Nesse esforço estabilizante, assume-se que

[...] no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e lingüísticas, assim como de seus processos de estabilização (MONDADA; DUBOIS, 2003: 19).

Ao ponto de vista de Mondada e Dubois (2003) e de Apothelóz (1995/2003) filiam-se Koch & Marcuschi (1998), no que tange aos princípios ordenadores da construção dos objeto-de-discurso como entidades produzidas nas práticas intersubjetivas de estabilização do mundo e da linguagem.

Por esse viés, a matriz intersubjetiva de produção de sentidos enfoca as operações de referenciação/categorização como instâncias construtoras da realidade que operam nos limites da indeterminação da língua; logo, evocando Marcuschi (2004), toda pretensa fixidez da linguagem não se sustenta diante da multiplicidade de (re)ações / escolhas lingüísticas que emergem nos atos de interação.

Esse pressuposto é válido em se tratando de uma concepção discursiva que prevê a categorização como um processo mutável e colaborativo, pois as categorias

[...] utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente (MONDADA; DUBOIS, 2003: 21).

Em consonância com esses princípios, Martins (2005: 452) ressalta que essa “inconstância” se dá porque as crenças “comuns dos indivíduos sempre abrigariam contradições latentes, impondo-se à linguagem o requisito de ser suficientemente plástica para acomodar essas contradições”, ou seja, as versões do mundo. Desse modo, considerando que haja um denominador sócio-cultural comum numa determinada comunidade de falantes, o modo de atuação sobre a linguagem é refratado, está condicionado ao “acordo colaborativo”.

Seguindo essa mesma linha – a das *versões do mundo* -, o construto teórico que toma a referenciação como atividade de produção dos objetos-de-discurso abarca

uma dimensão coesiva das formas nominais remissivas que transcende a noção de coesão proposta nos termos limitativos dos fenômenos endóforos de Hallyday e Hasan (1976). Ou seja, afastando-se da “quase” moldura sinonímica coesão-coerência, mas engajando-se numa teoria de categorização argumentativa, a coesividade se faz por meio de escolhas lexicais negociadas entre os co-enunciadores, cujos olhares não perdem de vista que a

[...] instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma **versão provisória**, contextual, coordenada do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003: 29, grifos nossos).

O caráter provisório marca a interinidade da significação e coaduna-se perfeitamente aos processos de alinhamento das palavras com o entorno co(n)textual, nos quais os objetos-de-discurso são construídos. Disso decorre um *efeito de estabilidade* muito mais histórico-contextual que semântico. Em uma nota de rodapé, Penna (2006) esclarece e exemplifica bem esse papel estabilizador do contexto histórico e social:

[...] A palavra *holocausto*, por exemplo, embora em sua origem tenha sido usada como *sacrifício*; *imolação*; *penitência*, dificilmente a encontraríamos hoje em textos em que não remetesse ao extermínio em massa dos judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Parece que há uma carga semântica dessa palavra, uma certa *interdição* para o uso com diferentes sentidos em outros discursos, também está, submetida a regras históricas, ideológicas e sociais. Portanto, ao que tudo indica, tal palavra produzirá na memória dos falantes, por algum tempo, certo efeito de estabilidade. A fixidez normativa de certas categorias lingüísticas não produz senão efeitos de estabilidade (PENNA, 2006: 32, grifo da autora).

É importante observar que a posição da autora acena com a possibilidade de se repensar a linguagem em termos processuais, em que “significar” não se trava nas arenas do código lingüístico, mas no amplo espectro de relações que norteiam o uso da linguagem como reflexo de crenças, valores e enquadres sócio-culturais.

Nessa perspectiva, os efeitos de sentido situam-se no entremeio de operações discursivas mais complexas, fruto de uma relação mais estreita da linguagem com o

mundo extralingüístico, mundo este distante do reducionismo das formas. Ou seja, é necessário sublinhar que a linguagem

[...] não é um dado ou resultado; mas um trabalho que 'dá forma' ao conteúdo de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do 'vivido', que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema de referências em que aquele se torna significativo (FRANCHI, 1992: 31).

Refinando as considerações teóricas explanadas até o momento, faz-se necessário um recorte mais específico acerca da rotulação discursiva no quadro geral das estratégias de referenciação; e, para tal empreendimento tomar-se-ão como aporte teórico as considerações de Conte (1996/2003) acerca do encapsulamento anafórico e de Francis (1994/2003) sobre o conceito de rotulação.

De diferentes ângulos, mas preservando como unidade de investigação científica o papel das formas/expressões nominais referenciais, essas lingüistas assumem uma perspectiva teórica que gravita em torno da lexicalização co-textual. O item lexical, "uma paráfrase resumidora" (CONTE, 1996/2003: 178), nesta proposta, tem estatuto discursivo garantido por uma semântica que se constrói interativamente, posto que

[...] uma língua não providencia uma semântica para o léxico, não estamos dizendo que as palavras são vazias de sentido, mas que o sentido por nós efetivamente atribuído às palavras em uso é providenciado pela atividade cognitiva situada. Assim, a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas. Portanto, a língua não tem uma semântica determinada e a cognição não é apenas um fenômeno natural (MARCUSCHI, 2003: 51).

Retomando o papel anaforizante, a unidade léxica rotuladora compreende uma atividade discursiva validada por estereótipos – "unidades de representação social" -, pois todo "o conhecimento representado sob a forma de modelos cognitivos generalizados (*frames, scripts* etc.) é um conhecimento estereotípico" (KOCH, 2005a: 41), o que traz à tona a questão da semiotização do mundo como um construto circunscrito a modelos de representação social.

No reconhecimento da dimensão social da função rotuladora, na linha de Mondada e Dubois (1995), a (re)categorização constitui muito mais um "problema de decisão"

cuja solução implica reconhecer que, na relação entre um rótulo e a porção precedente ou posterior que o motivou, a rotulação constitui “um meio de classificar a experiência cultural de modos estereotípicos, [...], não é um processo aleatório de nomeação, mas uma codificação de percepções partilhadas, ou partilháveis do mundo” (FRANCIS, 1994/2003: 226). Há, portanto, uma face social que inclui “o outro” e, nesse sentido, configuram-se construções inscritas na ordem do senso comum e da representação coletiva, as quais não escapam dos matizes polifônico e dialógico.

Assim, na confluência das perspectivas sociocognitiva e interacionista, buscar-se-á, nesta pesquisa, apreender as formas nominais remissivas – as rotulações como estratégias de referenciação – nos textos opinativos. A abordagem não seguirá uma cronologia, pois os textos serão discutidos à medida que a explanação teórica assim o solicitar.

Alinhavando esses conceitos e somando-se a eles a concepção dialógica e interativa da linguagem, Bakhtin (1992), como atividade verbal situada, a pretensão é de se chegar, nesta pesquisa, a um embate construtivo entre a instabilidade referencial e a relativa estabilidade discursiva dos enunciados.

Para esses propósitos, aposta-se nos aspectos criativos da linguagem e dos sujeitos como atores sociais envolvidos na negociação dos sentidos, ressaltando que a ordem argumentativo-subjetiva terá prevalência sobre a superficialidade lingüístico-coesiva das escolhas lexicais dos SNs rótulos, já que a “interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.” (KOCH, 2004: 17), argumentatividade esta inscrita na relação intersubjetiva dos co-enunciadores em relação ao espaço e ao tempo da enunciação.

2.3 O SOCIOCOGNITIVISMO INTERACIONAL E A LINGÜÍSTICA TEXTUAL

A natureza humana tem por inclinação categorizar, relacionar e classificar o mundo e as coisas que nele há. Essa tendência torna-se mais complexa diante da pluralidade de usos da linguagem, pois há uma extensa rede de domínios lingüísticos e extralingüísticos que indicam que a articulação do pensamento com a linguagem não

se dá à revelia das operações sociocognitivas. Esse indicativo reforça o argumento de que

[...] o processamento estratégico do texto, portanto, depende não só de características textuais, como também de características cognitivas dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo (KOCH, 2007:02).

Assim, para fins metodológicos, o eixo norteador desta seção adotará o pressuposto de que a linguagem não é uma atividade autônoma, mas um processo de significação contínua em espaços interativos em que o “significado não provém, portanto, apenas de estruturas ‘internas’ ao organismo, nem tampouco de estruturas ‘externas’, mas sim de padrões recorrentes de interação entre organismo e ambiente” (FERRARI, 2003: 25).

A partir dessa premissa, torna-se pertinente reconstituir o trajeto que vai do cognitivismo ao sociocognitivismo na linguagem, a fim de se estabelecer o ponto de ancoragem entre as Ciências Cognitivas, a Lingüística Cognitiva e a Lingüística Textual, bem como explicitar os fenômenos relacionados com “a memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo em geral” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005c: 291), adotando-se a tese levantada por Salomão (2005: 159) de que a natureza da cognição é essencialmente social.

A gênese da abordagem cognitiva da linguagem surgiu por volta da década de 1950, com a pretensão de enquadrar o significado lingüístico na moldura do *experientialismo* (corrente filosófica que se orienta pela concepção de mente corpórea - *embodied* - e pela inserção do meio-ambiente como fatores determinantes dos processos interativos) e ao mesmo tempo pontuar a linguagem como produto da experiência corpórea - ativada por in(ter)ferências de ordem extralingüística. Tal assertiva confirma-se em Ferrari (2003: 25):

[...] A visão experientialista, portanto, encara a experiência como resultado de estruturas cognitivas e sensório-motoras corporificadas que geram significado através de interações permanentes com ambientes em constante mudança. A experiência é sempre um processo interativo, envolvendo restrições fisiológicas e neurais do organismo tanto quanto ganhos característicos do ambiente e de outras pessoas para criaturas com nossos tipos de corpos e cérebros.

Fica evidente que a linguagem, neste paradigma, está atrelada a outras capacidades cognitivas como a percepção, a memória e a atenção. No entanto, a perspectiva cognitivista não teve um tratamento homogêneo ao longo de sua existência, pois em seus primeiros momentos, a orientação científica pautou-se por conduzir os estudos, sob a rubrica do Cognitivism Clássico, numa dimensão de mente e corpo como entidades estanques; dimensão esta fundamentalmente centrada, segundo Koch e Cunha-Lima (2005c: 254), “nos aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento lingüístico [...]”.

Tratava-se, portanto, de uma concepção dual: dentro da mente ou fora da mente, admitindo-se a mente como sistema de representação simbólica, cujo “afastamento” delimitava fronteiras bem rígidas “entre os processos internos, individuais e mentais, de um lado, e as coisas do mundo, os fenômenos externos, acessados pela percepção, do outro” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005c: 258).

Por esse horizonte estratificado, a não-convergência chegaria a um esgotamento da própria teoria, uma vez que, no quadro das Ciências Cognitivas, a Linguística Cognitiva compreende a linguagem como um dos (e não apenas um) sistemas cognitivos, juntamente com outros fenômenos, também cognitivos, como a percepção e a memória.

De fato, essa

[...] concepção de mente desvinculada do corpo começa a cair como um todo quando várias áreas das ciências, como a neurobiologia, a antropologia e também a própria lingüística se dedicam a investigar com mais vigor esta relação e constataam que muito dos nossos processos cognitivos tem por base mesma a percepção e capacidade de atuação física do mundo. Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que grande parte dos processos cognitivos acontece na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos (KOCH, 2007:03).

Assim, a exaustão desse modelo culmina na década de 1990, quando já se admitia a incorporação das vertentes social e cultural aos estudos da cognição. O vértice desse novo ângulo vai abarcar os segmentos unificados da “mente no corpo” e do “corpo na mente”, ao qual se acresce a experiência humana como índice de formulação do conhecimento, tomando a linguagem como um construto destinado a

fins sociais. Desse modo, em termos amplos, no que tange ao duo linguagem-mundo, pode-se assegurar que

[...] na perspectiva sociocognitiva não há cesura entre a linguagem e o mundo. O realismo cognitivista (não-metafísico) reconhece que o mundo existe e que a mente é inseparável do mundo em sua materialidade e em sua história: de fato, a mente é parte do mundo e, nesta condição, *não o representa, mas atua nele, e o transforma ao transformar-se* (SALOMÃO, 2005: 165, grifo da autora).

Dessa transformação constitutiva, é crucial entender que o eixo estabilizador da linguagem adota uma “*perspectiva sócio-cognitiva*”, que não postula nem uma relação natural nem convencional, mas uma relação instável, social, histórica e negociada entre linguagem e mundo: *relação como ação*” (MARCUSCHI, 2004: 265).

Assim, esse “efeito estabilizador” no qual o lingüístico e o cognitivo se imbricam discursivamente e produzem a “[...] ilusão de um mundo objetivo (da objetividade do mundo), pronto para ser percebido cognitivamente pelos indivíduos racionais” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 21) não comporta uma mente separada do corpo, posto que “relação como ação” pressupõe um processo de categorização em acordos interativos.

Efetivamente, a relevância dos demais agentes cognitivos “forçou” uma mudança de direção nos estudos acerca da linguagem e da cognição, pois, saindo da esfera do biológico, a discussão recaiu sobre a noção de “cognição situada”, tendo como suportes a interação e o entorno social. Nas palavras de Morato (2005: 327):

[...] para essa abordagem, todo ato cognitivo deve ser visto como uma resposta específica para um conjunto de circunstâncias. A noção de social aqui não diz respeito apenas a um contexto institucional ou situacional no qual se desenvolve uma atividade, mas também a instrumentos cognitivos que utilizamos cotidianamente.

Nesse quadro, tem-se um ângulo de cognição como uma rede social cujo entrelaçamento se amarra na linguagem pela via interativa, como uma matriz semiotizante de elevada complexidade nos processos de categorização. Dessa

²No desenvolvimento deste trabalho adotou-se a forma não hifenizada para a expressão “sociocognitiva”. No entanto, sempre que for necessário para estabelecer a fidelidade da citação, adotar-se-á a forma hifenizada.

premissa, o sujeito envolvido pela linguagem emerge como um construtor/planejador/organizador da atividade discursiva, como um “protagonista” que, em cada cena enunciativa, aciona um *script* maleável para falar do mundo, sem se “escravizar pela estaticidade do código lingüístico”, mas (re)dimensionando-o num processo colaborativo e dialógico de produção de sentidos. Por esse ângulo,

[...] os co-enunciadores são [...] ‘estrategistas da comunicação’, visto que precisam ser capazes de mobilizar de forma estratégica, o contexto sociocognitivo apropriado para possibilitar-lhes, no momento da interação verbal, a construção de um sentido para o texto (KOCH, 2007:04).

Igualmente, as discussões acerca do papel social da linguagem passam a caminhar em uma outra trilha, no sentido

[...] do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual. A cognição passa a ser vista como uma construção social e não individual, de modo que para uma boa teoria da cognição precisamos, além de uma teoria lingüística, também de uma teoria social (MARCUSCHI, 2003: 45).

A esses domínios incorpore-se o viés interacionista da linguagem como uma faceta *externalista*, “um esforço multidisciplinar com vistas ao entendimento das relações entre indivíduos e sociedade” (MORATO, 2005: 314) que, numa dimensão mais objetiva acerca dos fatos de linguagem, resume-se numa ação conjunta e compartilhada, pois

[...] todo ato de linguagem é no fundo essencialmente interativo, mesmo o que não envolve ação conjunta, já que uma dimensão dialógica (suposta mesmo na significação isolada ou unilateral) é a base estruturante de todo processo verbal (MORATO, 2005: 322).

Esse jogo dialógico previsível na interação completa-se no exercício contínuo de atualização da linguagem em contexto - sempre mutável – e revitaliza-se na subjetividade. Koch (2005a), revozeando Van Dijk, define contexto como “[...] o conjunto de todas as propriedades da situação social que são sistematicamente relevantes para a produção, compreensão ou funcionamento do discurso e de suas estruturas” (KOCH, 2005a: 33).

Nesse sentido, no paradigma sociocognitivo-interativo da linguagem, a determinação do significado equaciona o contexto como o “guia organizador do discurso” que, incrementado pelas vertentes social e cultural, semiotiza a realidade interativamente, pondo em xeque os processos de produção de sentido, posto que o sentido se efetiva por uma atividade intersubjetiva e não como um objeto mental. Nestes termos, “superar o fosso entre linguagem e mundo” compreende um

[...] *trabalho ecológico do sujeito cognitivo, do sujeito discursivo*: tal trabalho caracteriza-se como ecológico por orientar sua ação numa específica moldura (física, mental, social) e por movimentar contínuas semioses para a construção do sentido como entendimento localmente validado (SALOMÃO: 2005: 153, grifo da autora).

É, portanto, na trilogia do cognitivo-social-interacional e na rejeição da paridade entre sentido-signo que se “fabrica a realidade” e se diluem as dicotomias “corpo/mente e sujeito/objeto”, já que a linguagem está inserida em domínios de interpretação experiencial das unidades lingüísticas, cuja validade está em consonância com a leitura que Morato (2002) lança sobre os estudos de Vygotsky acerca da ação reguladora da linguagem, ao afirmar que “[...] não há possibilidades de conteúdos cognitivos integrais ou domínios do pensamento fora da linguagem, nem possibilidades integrais de linguagem fora dos processos interativos humanos” (MORATO, 2002: 18).

Essa via de mão dupla sinaliza que, no entroncamento do cognitivo com a interação (e vice-versa), a linguagem flui em contextos de uso, fabricando uma realidade que se atualiza na enunciação. Tal atualização recorre a expedientes de ordem argumentativo-pragmática, associando práticas culturais, percepção e linguagem como elementos basilares nos processos de categorização.

Assim, muito mais que nomear, a função da linguagem inscreve-se, neste paradigma, como categorizante. E, nesse sentido, as estratégias de referenciação – particularmente de rotulação – têm papel estruturante na orientação argumentativa e na organização global dos textos. Como vetores da progressão textual e da dinâmica lexical, as formas nominais remissivas elaboram a realidade no âmbito da *práxis*, concebendo a lingua(gem) para além do código, pois nos processos de

produção de sentido as manifestações criativas da língua e dos usuários são instâncias de trocas intersubjetivas e socialmente construídas.

Desse modo, a linguagem, neste paradigma, constitui uma prática não-ontológica em relação à criação dos objetos-de-discurso, pois não se reduz a definir/conceituar o mundo pela palavra institucionalizada, mesmo

[...] que as palavras, por exemplo, tenham uma definição precisa ou técnica, mesmo que seja possível encontrar uma definição, esta parece irrelevante para o processamento efetivo da palavra, pois esta definição geralmente está fora do alcance dos falantes (e mesmo dos lexicógrafos). Além disso, as palavras podem receber sempre muitos outros empregos que não dizem respeito a estas definições e, no entanto, são perfeitamente legítimas (ou pelo menos perfeitamente processáveis) (CUNHA-LIMA, 2001: 150).

Nesse contexto, tomando-se a palavra como ente dotado de plasticidade discursiva, observa-se também uma mudança de paradigma em relação às concepções de texto e às definições da Lingüística Textual, pois na esfera das operações estratégicas de construção de sentidos, as palavras e os textos se revestem de uma “camuflagem”, tornando-se altamente voláteis nos diversos contextos de uso.

Em função dessas “dissimulações” há uma simbiose entre as palavras (signo ideológico) e o texto, que vai além do duo coesão-coerência e dos fatores de textualidade. Trata-se de um deslocamento das concepções de texto – objeto de estudo da Lingüística Textual - e da própria Lingüística Textual, enquanto ciência.

Para melhor elucidar essas questões, em vez de traçar a linha diacrônica desde o surgimento da Lingüística Textual – terminologia adotada, segundo Fávero & Koch (2002: 11), em 1955, por Cosériu e utilizada, pela primeira vez, por Weinrich (1966-1967) - até o momento atual, optou-se, neste trabalho, por situar a ênfase sociocognitivo-interacional como a mais produtora para “desvendar os segredos do texto” e explicitar as estratégias que envolvem o seu processamento.

De uma ciência lingüística voltada inicialmente para a fundamentação gramatical, centrada nos mecanismos interfrásticos, a Lingüística Textual chega, a partir da década de 90, a um estágio de investigação sociocognitivista, mais preocupada com

os aspectos relacionados à produção e à compreensão dos textos em situações interativas. É a tônica na atividade discursivo-processual desviando o olhar antes voltado para seqüências lineares; um olhar sobre a produção-recepção como ação conjunta intersubjetiva e não sobre a organização superficial dos textos.

Assim, à luz de uma orientação sociocognitivo-interacional da linguagem, tem-se o primado da

[...] linguagem como forma de ação no mundo, uma ação conjunta, produto de uma série de outras ações mais simples, também em conjunto, e que se organizam hierarquicamente, formando etapas de uma ação central. Os falantes se organizam para atuarem conjuntamente, utilizando-se, para tal, tanto de recursos lingüísticos quanto de recursos extralingüísticos/sociais, e, ainda, individuais, subjetivos, cognitivos. Assim, a linguagem tem tanto uma dimensão individual, subjetiva, quanto uma dimensão pública e historicizada (CARVALHO, 2005: 29).

Nessa perspectiva,

[...] os textos não são apenas meios de representação e armazenamento (arquivos) de conhecimento [...] mas sim formas básicas de constituição individual e social do conhecimento, ou seja, textos são lingüística, conceitual e perceptualmente **formas de cognição social**. (KOCH, 2005a: 151, grifo nosso).

Assim, resguardado pelas regularidades temática, organizacional e estilística, o gênero textual agrega ao seu produto final – o texto – um propósito específico: o de ser o articulador de uma ação social e processual, em que a língua, inserida numa comunidade discursiva, funciona como realização do discurso, pela intervenção dos co-enunciadores em cada cena enunciativa.

Cabe à Lingüística Textual de orientação sociocognitivo-interacional a função de expor os processos estratégicos que tornam um texto “texto”. Tal processamento leva em conta uma simbiose entre o lingüístico e o extralingüístico que se apresenta como “um domínio multi e transdisciplinar, em que se busca compreender e explicar essa entidade multifacetada que é o texto – fruto de um processo social de conhecimento e de linguagem” (KOCH, 2004b: 175).

Por esse paradigma, o objeto de estudo – o texto – traz em seu bojo um complexo de relações interativas validadas pelo entrecruzamento compartilhado de ações

sociais, memória discursiva e entorno situacional. Assim, na vertente contemporânea da Lingüística Textual, o texto é concebido como um artefato de interação, em que a língua posta em uso pela linguagem tem seu efeito estabilizador, segundo Geraldi (2003), na historicidade dos universos discursivos que constroem os “modos de ver o mundo”.

Sob esse prisma, o texto como um construto colaborativo implica que o uso

[...] das línguas naturais remete, nos processos interacionais, precisamente a este universo: é em seu espaço que **as expressões se tornam significativas**. Universo construído a muitas mãos, num longo processo de tempo, em práticas diferenciadas e concretamente dadas, condensa-se na linguagem que, contando sua própria história, conta a história desta construção (GERALDI, 2003: 55, grifo nosso).

O texto, sob esse ângulo, remete a um mundo construído no intercâmbio discursivo, permeado por ações seletivas e intersubjetivas, tanto das unidades léxicas como das construções sintáticas que formam o todo discursivo-argumentativo, uma vez que, do ponto de vista pragmático, toda a ação verbal é marcada pela intencionalidade e por isso as

[...] escolhas são determinadas em grande parte pela avaliação que o falante faz das necessidades comunicativas do ouvinte e do que ajudaria a lograr o intento comunicativo – que tipo de descrição em que nível de detalhamento e a partir de qual ponto de vista é necessário para uma comunicação bem-sucedida e efetiva (TOMASELO, 2003: 233).

Essas reflexões acerca da Lingüística Textual contemporânea e das concepções de texto abarcam o vasto campo de possibilidades das estratégias de referenciação/categorização de que o falante dispõe para dizer o que quer dizer. Evidentemente, seria uma tarefa árdua (impossível?) construir um repertório novo para referir-se a algo (também novo) em cada cena enunciativa.

Portanto, a Lingüística Textual de orientação sociocognivo-interacionista é um segmento das ciências da linguagem que abarca o texto como um tecido social, cujos domínios subjetivo e extralingüístico formam os fios que se entrelaçam sob um tear sociocognitivo. Desse modo, há, nesse entrelaçamento

[...] uma visão integrada das faculdades cognitivas do ser humano, onde linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados (BENTES, 2004: 282).

Esse horizonte intercambiável assinala que todo ato de linguagem pressupõe que na

[...] na base da atividade lingüística está a interação e o compartilhar de acontecimentos e de atenção: os eventos lingüísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005c: 283).

Assim, no entroncamento do sociocognitivismo com o interacionismo, encontra-se a linguagem como produto dessa relação, na qual o texto é concebido como um construto social inseparável do entorno sociocultural. Tem-se, portanto, no modelo atual, um paradigma que ressalta o

[...] fato de que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem se mostrado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais. (KOCH, 2003:31)

Como fonte de embasamento teórico, este trabalho de pesquisa filia-se – como já foi dito - a essa corrente lingüística, a qual prevê o lugar dialógico da atividade discursiva, na perspectiva de uma “agenda de estudos da linguagem” determinada pela realidade social e cognitiva, cuja abordagem de processamento dos textos inclui não só os

[...] elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos - no momento da interação verbal. (KOCH, 2003:33)

Assim, o redimensionamento das concepções de texto e da própria Lingüística Textual encontram ressonância nas abordagens dos gêneros textuais de inspiração bakhtiniana, posto que

[...] todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua (BAKHTIN, 1992: 261).

Ao referir-se à multiplicidade de usos da linguagem e a sua não-contradição com uma unidade lingüística, Bakhtin (1992) põe em jogo que os caminhos trilhados pelo dinamismo da língua, na estruturação dos discursos como projetos de dizer, são heterogêneos; e, portanto, os gêneros se configuram como um aparato lingüístico sócio-historicamente situado.

Em outras palavras, a legibilidade e a compreensibilidade dos textos são garantidas pelos múltiplos mecanismos de resignificação que a linguagem processa na interlocução; sempre, a partir de um horizonte interativo – tanto nas escolhas lexicais como na organização dos processos sintáticos - que se renova em cada enunciação, porque os sujeitos são outros, as experiências se renovam e a linguagem supera o código. Tudo isso se dá em consonância com os limites permitidos pelos gêneros textuais-discursivos.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO GÊNERO NA ESCOLHA DO CORPUS

Pensar a sociedade e o modo como ela se organiza em torno da informação é acatar a idéia de que o sujeito se constitui *na e pela* linguagem, em práticas reais de uso da língua, numa dimensão discursiva que se consubstancia em práticas interacionistas sociodiscursivas.

A partir desses pressupostos, torna-se pertinente fazer uma breve incursão acerca dos gêneros discursivos, dada a relevância multidisciplinar desse estudo, cujas raízes remontam às concepções de Bakhtin em *Estética da criação verbal*, ao afirmar que todos “os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 1992: 261).

Essa utilização, segundo Bakhtin (1992: 296) não se dá à revelia da perspectiva interacionista, pois, enquanto unidades do sistema, as palavras e as estruturas sintático-oracionais não traduzem um valor expressivo. Não são unidades plenas de sentido – “carecem de expressão pela própria natureza, são neutras” -; portanto, esvaziadas de sentido pela própria natureza, só adquirem completude no enunciado concreto, na interação.

A partir dessas considerações, a entidade que melhor representa o discurso midiático como expressão de opinião é “o enunciado como um conjunto de *sentidos*” (BAKHTIN,1992: 329), pois a palavra, enquanto signo ideológico, alcança plenitude significativa na esfera do *diálogo inconcluso*, sempre passível de refacção, na materialidade regular dos gêneros discursivos.

Assim, embora presente em todos os níveis da atividade humana, os gêneros são específicos em cada segmento social, posto que em cada esfera da atividade humana há uma certa estabilidade discursiva, quanto ao binário forma-conteúdo, pois

[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de forma de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas (BAKHTIN, 1999:40).

Nesse sentido, a concepção de gêneros postulada por Bakhtin (1992:262) como “tipos relativamente estáveis de enunciados” ecoa como uma estrutura radial que se presentifica em todos os domínios das atividades humanas mediadas pelo uso da linguagem, comprovando, desse modo, a universalidade dos enunciados como agente catalisador da interação social.

A estabilidade discursiva se dá no uso cotidiano da linguagem e envolve o contexto social e as variáveis culturais, cujos reflexos determinam as escolhas lingüísticas de acordo com o sentido que se quer produzir; logo, não são escolhas aleatórias, mas inerentes a uma rede semântica pré-construída socialmente, a partir dos enunciados - o local de manipulação da palavra como signo ideológico pleno.

Nessa perspectiva, no processo de produção de sentidos, não se parte de um “sujeito zerado”, mas de um ser constituído em linguagem, que calcula sua *performance* discursiva considerando que

[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas bases ideológicas, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos que servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 1999:39)

A noção de gênero configura, pois, uma ação lingüística atravessada por ideologias, ação destinada a dinamizar as atividades da vida cotidiana, comprovando, desse modo, que a “heterogeneidade dos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1992:262), seja em situações formais ou informais, desde as mais simples até as mais complexas, emerge em contextos reais de uso da língua, numa *performance* dialógica.

Nessa perspectiva,

[...] os gêneros textuais – práticas sociocomunicativas – são constituídos de um determinado modo, com certa função, em dadas esferas de atuação humana, o que nos possibilita (re)conhecê-los e produzi-los, sempre que necessário. Se não fosse assim, haveria primazia de uma produção individual e individualizante desprovida dos traços de um trabalho constituído socialmente (KOCH; ELIAS, 2006: 106).

É, portanto, sob esse olhar socializante que serão abordados os gêneros veiculados na mídia, destacando-se os opinativos, cujas recorrências situam o fato sob a moldura do comentário (enfoque persuasivo), a partir de uma postura ideológica do produtor/redator/colaborador nas suas escolhas lexicais e estruturas sintáticas.

Cabe inicialmente explicitar que, na esfera da comunicação social, a escrita jornalística se propõe a atualizar os fatos sob a égide da objetividade e da informatividade, ambas construídas a partir de paradigmas coercitivos, já que o instrumental lingüístico para verbalização do gênero se faz por escolhas ideológicas, socialmente situadas, posto que a linguagem

[...] não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas aos sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de *discurso*, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido (CHARAUDEAU, 2006:33-34, grifo do autor).

Nos textos opinativos, em que se buscou o *corpus* de análise deste trabalho de investigação do papel discursivo do léxico nas rotulações, várias categorias se inserem: editorial, artigo, crônica, charge, resenha, entre outros. Em todas essas modalidades - sobretudo os artigos - persiste o preceito da divulgação da informação por um viés subjetivo, e nelas incidem as marcas estilísticas do jornalista/produtor, partindo das premissas de que “a informação é pura enunciação” (CHARAUDEAU,

2006: 36) e de que “comentar o mundo constitui uma atividade discursiva” (CHARAUDEAU, 2006: 175).

Um importante ponto a ser esclarecido diz respeito aos conceitos de editorial e de artigos de opinião. Enquanto estes retratam um fato sob o ponto de vista do jornalista, aquele marca a posição do veículo-suporte, lançando um olhar mais atento sobre as facetas ideológicas e econômicas de interesse da empresa.

Contudo, essas diferenças não chegam a ser dicotômicas no que tange aos critérios de conceituação de gêneros discursivos, pois ambos se inscrevem na esfera argumentativa em torno de um fato, se não polêmico, pelo menos controverso.

Assim, o discurso opinativo tem por característica ser um comentário argumentativo, que é,

[...] em princípio, marcado por uma argumentação de ponderação: uma dosagem equilibrada entre julgamento pró e julgamento contra, entre apreciação favorável e apreciação desfavorável, entre exposição de uma determinada opinião ou de uma outra (muitas vezes contrária). Disso decorre uma argumentação em forma de gangorra, que corresponde, de fato, a uma recusa em escolher entre os termos de uma alternativa, entre uma opinião e o seu contrário (CHARAUDEAU, 2006: 183).

Acrescente-se a esses fatores que, sob o olhar bakhtiniano, existe a presença indissociável das

[...] três dimensões que formam a identidade de um gênero: o que é dizível por meio dele (o conteúdo temático), a forma de organização do dito (a estrutura composicional) e os meios lingüísticos que operam para dizê-lo (o estilo) (SCHNEUWLY, 2004:137).

Desse modo, a constituição dos gêneros opinativos tem um perfil “estável, mas não estático”; implicando considerar que

[...] o autor imprime a sua marca individual, mas não pode ignorar a relativa estabilidade dos gêneros textuais, o que não o caracteriza como um sujeito inteiramente livre, que tudo pode dizer em descaso às regulações sociais, nem como um sujeito totalmente submisso, que nada pode dizer sem fugir às prescrições sociais (KOCH; ELIAS, 2006:110).

Essa dualidade do sujeito enunciador, na mídia, tem “liames movediços” na tênue linha que separa o editorial dos demais artigos opinativos. Na linha editorial, a exposição dos argumentos tem um caráter institucional, pois quem comenta o faz em nome do veículo comunicativo. Neste caso, as estratégias argumentativas convocadas explicam-se, muitas vezes, em função das diretrizes impostas pela instituição, “maquiadas” com uma pseudo-neutralidade.

Nos demais artigos opinativos, as “regulações sociais” são mais flexíveis e permitem maior engajamento com aquilo que se diz, pois o fato em evidência é explorado com mais liberdade. A argumentação fundamenta-se num jogo dialógico com o leitor e as evidências dialógicas contribuem para afrouxar o mito da imparcialidade. A argumentação tem um tom mais proeminente e aproximativo das expectativas do leitor.

Do ponto de vista da escolha do *corpus* de análise desta pesquisa, optou-se pelas matérias opinativas assinadas e não assinadas (editorial) – em jornais impressos de grande circulação nacional. Tal escolha levou em consideração que ambos os gêneros são fontes de emissão de juízos de valor, dotados de *conteúdo temático* abrangente, de *estrutura composicional* dinâmico-estratégica e de *estilo* mais despojado das convenções sociais, cujas escolhas lingüísticas recaem sobre os contextos cultural e situacional que contribuem para o entendimento de que o jornalismo opinativo

[...] não constitui apenas uma questão de espacialidade, de páginas destinadas a peças com características diferentes da notícia e da reportagem ou de editoriais específicas. Opinião é mais. E muito. É, na verdade, uma questão de dimensão de espaço, sim, mas, sobretudo, de conteúdo, diferencial e crítico (SAVIANI REY, 2002: 60).

Em outras palavras, o “projeto de dizer” do enunciador se consuma no esforço de se “conhecer o porquê dos fatos, dos seres e das coisas, e, com essa finalidade, comenta-se contando ou conta-se comentando” (CHARAUDEAU, 2006: 175); logo, como uma via de mão dupla, os gêneros opinativos “são espaços onde se explica, interpreta e julga um fato, segundo a subjetividade do autor. Seus elementos são a **atualidade e a opinião**” (SAVIANI REY, 2002: 66, grifo nosso).

Considerando do excerto acima o duo *atualidade* e *opinião*, infere-se que a subjetividade norteia, em maior ou menor grau, a construção dos textos opinativos. E, nesse processo, a atualidade é (de)codificada não apenas pelo acervo do código lingüístico, mas segundo a ótica de quem a recorta.

Nesse caso, os rótulos são articuladores ímpares na construção de referentes novos, não apenas porque se lança mão de um novo item lexical, para materializá-lo, mas também pelo enquadre enunciativo em que ele se dá, pois a opinião como enunciação é, na voz do articulista, uma ação discursiva marcada num tempo histórico, cercado por uma memória discursiva situada num espaço de confrontos.

Sob esse horizonte multisubjetivo, os rótulos não “mapeiam o mundo”, mas criam os objetos-de-discurso no interior do próprio ato discursivo; o encapsulamento anafórico nos textos opinativos constitui a matriz geradora dos processos de (re)significação da linguagem, uma ferramenta de elevado teor argumentativo que se firma sobre a fragilidade do conteúdo lexical, muitas vezes restrito a conceitos e definições prévias (dicionarizadas).

Assim, independente do suporte jornalístico – revista ou jornal - a escritura opinativa canaliza seus esforços no sentido de mobilizar a opinião pública em torno de outras opiniões, situadas nos domínios das crenças e dos valores. E, sob esses domínios, a língua(gem) mobiliza um instrumental lingüístico capaz de fabricar uma realidade filtrada pela experiência cotidiana. Nessa perspectiva, atuam como filtros – “óculos sociais” - o contexto sociocultural, a intenção dos interlocutores, a memória discursiva e a percepção.

3 REFERENTE, REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO

3.1. ENTRE AS FACES SECRETAS E A FACE NEUTRA: TEM UM RÓTULO NO MEIO DO CAMINHO

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesses pela resposta
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

O eu-lirico da epígrafe convida o leitor a se aproximar das palavras, a descobrir os mistérios que as envolvem. É um convite aparentemente ingênuo, mas ao mesmo tempo instigante: confrontar-se com as *faces secretas* e com a *face neutra* é um desafio que perturba o mais experiente lingüista. Afinal, os sentidos das palavras não são dados e, muitas vezes, elas não possuem um objeto correspondente no mundo, mas encontram ressonância no evento discursivo como instância máxima de produção dos sentidos na criação dos objetos-de-discurso.

Assim, aproximar-se das palavras exige um olhar mais atento para desconstruir as concepções de referente (objeto do mundo) e adotar o conceito de objeto-de-discurso como uma das *faces secretas* de construção do sentido. Do mesmo modo, deve-se proceder ao deslocamento conceitual de referência para referenciação, tomando-a como a *chave* para discretização do mundo e para a “fabricação da realidade”.

Sob esses pilares e apoiando-se – como já foi adiantado - na linha teórica de lingüistas como Mondada e Dubois (1995), Koch (2005) e Marcuschi (2005), o presente capítulo buscará tecer algumas considerações - alinhavadas com preceitos da filosofia da linguagem – a respeito das concepções de referente, referência, referenciação e objeto-de-discurso como interfaces de uma abordagem interdiscursiva, admitindo que o papel do léxico transcende a noção de correspondência especular, uma vez que não há uma estabilidade entre as palavras e as coisas por elas nomeadas.

Essa transcendência era problematizada em Platão (428aC – 347aC), cuja concepção de linguagem calcada na essência das coisas, postulava um ideal de “verdade” imutável. Grosso modo, a relação entre a linguagem e as coisas, do ponto de vista platônico, era reduzida a um preceito de “verdade”, como se a língua tivesse uma determinação semântica precisa que desse conta de todas as variáveis que surgem no ato interativo.

Opondo-se a essa perspectiva estática, o mundo postulado pelas teorias da referenciação é um mundo de instabilidade das entidades lingüísticas que buscam se estabilizar tendo em vista que

[...] O importante é perceber que é precisamente essa instabilidade sistemática que possibilita dizer tudo, pois apesar de ser a língua um sistema relativamente delimitado, sob o ponto de vista formal, podemos usá-lo de forma generosa. Há um número limitado de regras, fonemas e formas lingüísticas, no entanto, sua produtividade é infinita. Isto é o efeito da plasticidade e indeterminação. Caso fosse tudo determinado como o pensava o jovem Platão, só poderíamos dizer algumas coisas e não tudo (MARCUSCHI, 2004: 281).

Esta postura dialoga com o pensamento de Heráclito (540 a.C – 470 a.C) – filósofo grego pré-socrático, “Pai da Dialética –, pois, para ele, é na “mudança que as coisas acham repouso”; logo, a definição de léxico nesta teoria resume-se numa palavra: subdeterminação. Essa característica não invalida o processamento discursivo, posto que os efeitos de sentido são irreduzíveis ao código lingüístico, mas tributários de conjunturas socioculturais que demandam novas significações (*versões provisórias*), ainda que sejam usadas as mesmas palavras ou que delas surjam variações.

Nesse percurso, sabendo-se que o léxico é insuficiente para acomodar as pressões de uso da língua e as demandas enunciativas não se restringem aos limites impostos pelas entradas lexicais, posto que cada cena enunciativa é única, e, portanto, o enunciado irrepetível, há de se considerar que a eficiência comunicativa não se dá à margem dos aspectos criativos da língua e nem das articulações sociocognitivas dos falantes (na interação).

Uma prova cabal dessa discussão pode-se verificar no uso de determinadas expressões em curso no português brasileiro, em especial no cenário político-econômico. Palavras como *apagão*, *mensalão*, *mensalinho*, *mensaleiros* e *pizza* constituem deslizamentos semânticos adaptados a situações específicas que denotam, no mínimo, que uma suposta estabilidade entre as palavras e as coisas se desfaz nas práticas discursivas, instância maior de semiotização/fabricação da realidade.

As expressões acima ganharam projeção e se cristalizaram na memória dos interlocutores, porque, na maioria das vezes, foram cunhadas no calor de discussões parlamentares, em momentos relevantes e/ou degradantes da política nacional. Os efeitos de sentido dessas palavras ficam mais evidentes com o reforço diário que as mídias lhes dão, pois em suas variáveis é comum se deparar com, por exemplo, *apagão aéreo*, *apagão ético*, *apagão moral*, *apagão ideológico*, *apagão cívico*, entre outros.

Essas considerações demonstram que a língua se presta muito mais a categorizar a realidade do que a nomeá-la, pois um determinado estado de coisas pode ser descrito/avaliado de acordo com os matizes semânticos construídos na interação social. Os deslizamentos sêmicos que estes nomes veiculam (corrupção, falta de ética e de decoro) são fruto da plasticidade da linguagem que, longe de representar uma lacuna no léxico, faz parte de um “jogo de linguagem”, cujos limites não estão na língua, mas nas formas de percepção do mundo captado por ela.

Nesse jogo, as possibilidades de intervenção sobre a língua não configuram falta de regras, mas uma flexibilidade que permite um ajuste semântico sempre que o contexto reivindicar uma precisão argumentativo-significativa. Essa recursividade da linguagem – apta para fabricar a realidade – permite dizer o indizível ou até mesmo dizer “pelo avesso”, pois “[...] nossa língua é um arranjo de curvas e imprecisões, desde o ‘até logo’ para significar ‘até mais tarde’, o ‘pois não’ para dizer ‘pois sim’ e ‘fique à vontade, a casa é sua’, expressão educada para lembrar ao visitante: ‘a casa é minha’” (TORQUATO, 2006)³.

³ Embora esta citação não tenha relação com o escopo teórico acerca dos processos de referenciação via rotulação, sua inserção, nesta explanação, torna-se pertinente por ser um exemplo

Essa conjunção de fatores coloca o exercício da linguagem como um trabalho colaborativo, dependente de trocas intersubjetivas em contextos situados; logo, o mundo organizado pela linguagem utiliza-se de diferentes estratégias para imprimir sentido à realidade, sentido este que só alcança completude no instrumental lingüístico redimensionado sociocognitivamente no intercâmbio discursivo.

Araújo (2004: 214) sintetiza muito apropriadamente este papel do discurso na estabilização do sentido, apesar da incompletude que caracteriza o sistema:

De um lado, há as categorias cognitivas estabilizando o mundo e, de outro, a linguagem vista como processo de interação e de discurso, operando as referências pela construção de objetos de discurso e negociações de modelos públicos do mundo. Essas duas perspectivas se cruzam para mostrar que a referência não depende de uma ordem ideal e universal a ser nomeada, mas que há sujeitos sociais e culturalmente situados que produzem versões do mundo variadas, mais ou menos objetivadas e solidificadas.

O exemplo (2), abaixo transcrito, é ilustrativo da acomodação lexical que se faz necessária na intervenção discursiva. Veja-se:

(2) O culpado é o presidente

"Eu não decido sob pressão", jactou-se em 1974 o general-presidente Ernesto Geisel, irritado com demandas da sociedade brasileira vocalizadas pela oposição parlamentar. "Eu só decido sob pressão", replicou o deputado Ulysses Guimarães, presidente do velho MDB. Geisel não demoraria a aprender que o doutor Ulysses nem tentara ministrar-lhe uma lição. Apenas fizera uma constatação elementar. (...).

Na contramão de Geisel, que acabou por render-se à evidência, o presidente Lula, outrora bom de cintura, parece ter-se convencido de que pode controlar a força dos ventos, ou modificar-lhes a direção. "Não adianta me pressionarem, só troco um ministro quando quero", tem repetido o chefe do governo, agora para justificar a injustificável permanência do companheiro Waldir Pires **no Ministério do Apagão**. (...)

Lula se apresenta como responsável por todos os acertos federais. Os erros são sempre dos outros, mesmo se cometidos por gente que manteve no emprego por teimosia. (...).

No momento, simula empenhar-se na busca dos responsáveis pelo colapso da aviação civil. Todos estão no centro do poder ou nos seus subúrbios, por indicação do próprio Lula ou de algum preposto. O culpado pelo **apagão** é o presidente. (**Augusto Nunes – Jornal do Brasil – 03/04/07**)

Originalmente, o termo “apagão” foi cunhado para qualificar o período da crise energética enfrentada pelo Governo Federal em 2001. Longe de ser um aumentativo de “apago”, o “apagão” caiu no uso popular para referir-se a qualquer tipo de consequência negativa, por falha, omissão ou traição a preceitos tidos como válidos e inquestionáveis. A articulação deste termo tem ecoado na mídia nacional quase como um bordão, toda vez que se deseja imprimir sentido a um determinado estado (caótico) de coisas, principalmente em se tratando da (falta de) ação governamental.

O exemplo **(3)**, a seguir, retrata a dimensão discursiva que se petrificou num “léxico-anedotário” do português brasileiro. Confira-se:

(3) O Ano da Pizza começou no Ceará

O ano político de 2006 já começou, e mal. Se a patulêia não cuidar do que é seu, será o ano durante o qual parlamentares, governantes e tesoureiros conseguirão impor à sociedade o escrachamento da moralidade pública. Nessa festa os petistas são os mais estridentes, mas não estão sós. O Réveillon da **pizza** começou no dia 20 de dezembro, na Assembléia Legislativa do Ceará. Lá, por 23 votos a 16, o deputado José Nobre Guimarães (irmão do comissário José Genoíno, ex-presidente do PT) livrou-se da cassação por ofensa ao decoro parlamentar. O doutor sacara R\$ 250 mil nas arcas de Delúbio Soares. Disse que usou o dinheiro para pagar dívidas de campanha dos companheiros e ficou combinado que nada fez de reprovável. A **pizza** foi condimentada com Hino Nacional, militância trazida de ônibus e discurso numa sacada da Assembléia. (...)

A **pizza** cearense teve três ingredientes que apontam para a transformação da urucubaca de 2005 no escárnio de 2006. O primeiro está no resultado da votação. Seriam necessários 24 votos para cassar Guimarães, mas só apareceram 16. Como os tucanos da Assembléia cearense são 17, pelo menos um deles recusou-se a puni-lo. O segundo está na composição da bancada **pizzaiola**. Há na política cearense uma corrente denominada “cirista”, liderada pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Seu irmão Cid é provável candidato ao governo do Estado e um outro, Ivo, é deputado estadual. (...).

O terceiro ingrediente é, de longe, o mais perturbador. Dois hierarcas federais deram expediente na Assembléia durante o dia da votação: Eudoro Santana, diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o Dnocs, e Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste. (...). Não há memória de presidente de banco estatal em papel parecido.

Lula diz que foi traído por petistas que fizeram o que não deviam. O que aconteceu em Fortaleza foi mais uma etapa da degenerescência da estratégia petista de banalização de suas malfeitorias. A democracia brasileira não está ameaçada por uma eventual (e fraudulenta) transformação de Lula em Hugo Chávez. A ameaça está no escrachamento da moralidade pública. **(Elio Gaspari – O Globo - 28/12/05)**

Note-se que a *pizza cearense*, referida pelo articulista, “foi condimentada pelo Hino Nacional” e “teve três ingredientes que apontam para a transformação da urucubaca de 2005 no escárnio de 2006”. Com esta “receita”, constrói-se uma rede semântica de forte impacto argumentativo, moldada na esfera da sociocognição situada.

Esse exemplo salienta o caráter “elástico” da linguagem em prover significações a partir de episódios isolados, pois, originalmente, o termo *acabar em pizza* surgiu nos anos 60, depois de um acordo selado, numa pizzaria, entre as facções dirigentes da Sociedade Esportiva Palmeiras. O fato ganhou projeção nacional ao ser veiculado no jornal “Gazeta Esportiva”, sob o título “Briga no palmeiras *termina em pizza*.”⁴

No cenário político, a palavra *pizza* e seus cognatos pizzaria (atualmente para se referir ao Senado) e pizzaiolos (parlamentares envolvidos em escândalos) remontam ao episódio da Operação Uruguai, em 1992, quando a secretária Sandra Fernandes de Oliveira se pronunciou de forma enfática a respeito da CPI que investigava o esquema PC Farias: “Se isso *acabar em pizza*, como eles querem, será o fim do país.” De lá pra cá o termo se “popularizou” e passou a fazer parte de um léxico particular.

Além dos nomes *pizza* e *apagão*, e seus respectivos cognatos, existem outros termos consagrados pelo uso no cenário político, mas não se fará, nesta pesquisa, uma incursão pela gênese do termo mensalão (e cognatos) por se considerar que levaria a um esvaziamento da questão principal deste estudo – a rotulação e a multifuncionalidade dos rótulos discursivos como estratégia argumentativa. Assim, acredita-se que os exemplos **(2)** e **(3)** são suficientes para confirmar a *performance* da linguagem em uso.

Por esse ângulo, em que a ocasião faz o uso, a linguagem parece ter uma inequívoca tendência a ser um anteparo entre o código e os falantes: de um lado há um registro lingüístico definido e de outro lado há o sujeito imerso na historicidade, historicidade esta que não se dilui nas armadilhas das convenções lingüísticas, pois,

⁴ As informações a respeito do termo “acabar em pizza” podem ser encontradas no site a seguir: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php> - Acesso em 19 /07/07.

nestes casos em análise, prevalece a intenção do sentido projetado ante a semântica das formas. Nas palavras de Marcuschi (2004: 268), pode-se afirmar que “não há uma relação direta entre a linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente”.

Tais considerações acenam para um propósito específico da linguagem: categorizar o mundo em unidades léxicas maleáveis no discurso, cujas faces *secretas sob a neutra* revelem a volatilidade do código, ou seja, em detrimento do formal tem-se a primazia do discurso como ente soberano da comunicação e da interação.

A linguagem usada para falar do mundo não se renova apenas no uso de novas palavras, mas se aprimora e adquire completude no co(n)texto. Assim, partindo do princípio de que a linguagem preserva o frescor do novo no intercâmbio discursivo, no dito irrepetível da enunciação, assume-se que

[...] as entradas lexicais podem ser, portanto, compreendidas como inespecíficas, adquirindo completude ao entrarem em uso real.

O sentido das palavras, sendo inespecífico, pode comportar quase sempre um componente novo. Como o ser humano é “um caçador de sentidos”, a tendência é estabilizar o sistema de alguma forma, mesmo que isto leve a um tratamento da palavra que venha a exigir uma nova organização completa em relação aos espaços que ela ocupava anteriormente. (CUNHA-LIMA, 2001: 162).

Por esse paradigma, a investigação acerca do referente/referência rompe com a noção do signo lingüístico como entidade de mapeamento do mundo; e, portanto, insere-se num campo de atividade discursiva socializante, gravitando em torno da *práxis* da qual as significações emanam sociocognitiva e interacionalmente, desfazendo a noção de léxico enquanto ente lingüístico dicionarizado e dicionarizável para projetá-lo como atividade discursiva situada.

O léxico, nesses termos, instaura-se como produto de um cálculo inferencial-cognitivo que, fora do “estado de dicionário”, nomeia sem etiquetar, ou seja, cria o objeto-de-discurso, rejeitando uma suposta “conexão direta entre aquilo que o pensamento/linguagem representa e a realidade representada” (ARAUJO, 2004: 175).

3.2 A PORÇÃO SUBMERSA DO ICEBERG

Nesse contexto, de instabilidades generalizadas, pode-se situar a noção de “rótulo discursivo” como uma estratégia de referência representada por grupos nominais/descrições nominais – denominados pelas teorias sintáticas de Sintagma Nominal [SNs] –, cuja estrutura mínima prevê um nome-núcleo acrescido ou não de determinantes e modificadores

Do ponto de vista da materialidade lingüística, o SN rótulo constitui **o produto** de um encapsulamento anafórico, mas no âmbito da construção textual-discursiva importa focalizar **o processo** – a rotulação – como um procedimento de intervenção sociocognitivo-interacional sobre o mundo construído em linguagem. Embora se reconheça que o modo para verbalizar o processo de rotulação se dê na esfera lingüística, sabe-se que, na porção submersa do “iceberg” há todo um aparato sociocognitivo e co(n)textual a impulsionar a escolha da expressão rotuladora.

Como bem observa Koch (2004b: 68), o uso de uma expressão nominal “implica sempre uma escolha dentre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, em função do projeto de dizer do produtor do texto”, revelando uma posição do sujeito em relação aos fatos enunciados, ou seja, uma visão interpretante.

A consumação desse projeto se efetiva, portanto, numa instância de instabilidades, cuja indeterminação lingüística não põe em xeque o acervo lexical, mas reforça o pressuposto de que o discurso é um *empreendimento coletivo*, atravessado por outros *eus* que se colocam dialogicamente com suas crenças, valores, culturas e memória discursiva.

Nesse colocar-se dialogicamente, o “[...] *léxico é apenas um sistema indiciário e o cálculo desses indícios para a determinação referencial é feito no discurso*” (MARCUSCHI, 2004:272), numa perspectiva interativa em que o conhecimento emerge e se completa a partir de uma “prática social e histórica”, tributária de uma “referência socialmente estabelecida”, ou seja, como um construto social, o lingüístico não constitui um modelo de correspondência.

Nesse sentido, os processos de referenciação / categorização têm nos objetos-de-discurso um ajuste lingüístico intersubjetivo, cuja *performance* atua sobre um léxico instável que busca se estabilizar pela via interativa, posto que a “linguagem não é redutível a uma competência lingüística, isto é, a regras internalizadas e nem a um sistema estruturado” (ARAÚJO, 2004: 164), mas a uma conjugação de fatores lingüísticos e extralingüísticos que constroem uma referência interativa; logo, “é em observando um desenvolver seqüencial de interação que a inteligibilidade e o sentido dos processos intersubjetivos são tornados manifestos – para os participantes antes mesmo que para os analistas” (MONDADA, 2005: 16).

Em linhas gerais, e com base no princípio de opacidade da língua, pode-se dizer que o léxico está longe de ser uma lista pronta, uma representação mental do mundo, mas uma rede de relações balizadas sócio-interativamente, já que “não há um ‘cálculo’, uma competência, um conjunto de regras capazes de dar conta dos diferentes jogos de linguagem” (ARAUJO, 2004: 263). Da multiplicidade dos jogos de linguagem (presentes na interação), infere-se que os “discursos se dão como atividades de enunciação em condições discursivas históricas e sociais, tornando a interação uma matriz de sentidos” (MARCUSCHI, 2004: 273).

Na avaliação de Marcuschi (2004), o léxico é tido como o nível mais instável da gramática, não só pelo seu caráter expansivo, como também pela dinâmica polirreferencial atribuída a ele na esfera interacional. Assim, descartando a relação triádica forma-conteúdo-significação, no léxico não há uma semântica pronta, mas ela é construída no espaço privilegiado do discurso, sobre o qual pairam ecos polifônicos e resgate da memória discursiva como elementos coadjuvantes do processo de significação.

Apoiando-se na premissa de que as “*categorias possuem muito mais uma identidade cognitiva do que uma identidade ontológica*” (MARCUSCHI, 2004: 276), defende-se que a rotulação é um “trato” na linguagem em uso, uma estratégia de produção de sentidos e de criação de um referente discursivo, ancorada e fortalecida na intervenção dos falantes sobre o léxico que, ajustado por uma “lente social”, busca superar “o mal-estar da lingüística para com a percepção/cognição e o referente.” (BLIKSTEIN, 1995: 45).

As considerações estabelecidas até aqui sustentam que as palavras não espelham a realidade e nem o pensamento, não se limitando a estabelecer uma paridade entre o mundo e os objetos, à revelia dos processos intersubjetivos, visão inerte que nega a dinâmica da referenciação, aqui defendida. Desse modo, a relevância dos processos de referenciação não está, portanto, no dito, mas nas possibilidades de organização do dizer que “implica uma atividade seletiva que tem como motivador um projeto de sentido de natureza polifônico, responsável por imprimir a orientação argumentativa do texto” (CORTEZ, 2005: 321).

Desse modo, o que se descobre sobre *as mil faces secretas sob a face neutra* é que a linguagem em uso impõe um modo peculiar de filtragem da realidade e a *chave* para adentrar este universo enigmático se consubstancia pela/na interação social entre os sujeitos co-produtores de sentido, pois agindo

[...] sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente e ‘fabricar’ a realidade. Pois é a partir dessa relação língua/práxis é que podemos aceitar a função interpretante ou modelante da língua, na proposta de E. Benveniste (BLIKSTEIN, 1995: 80).

4 A ROTULAÇÃO NO DISCURSO

4.1. ROTULAÇÃO: O ESPLÊNDIDO CAOS ORGANIZADO DA LINGUAGEM

*Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão.
Puro susto e terror.*

Adélia Prado

A citação epigráfica deste capítulo remete ao universo da “instabilidade generalizada” postulada por Mondada e Dubois (2003), pois guardando as devidas proporções - entre o poético e o lingüístico -, *em momentos de graça, infrequentíssimos*, a precisão lexical não passa de uma idealização, antes se configura como uma estratégia socialmente localizada de operação de conceitos, já que não há “uma cartografia perfeita entre as palavras e as coisas” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 21). Nessa encruzilhada, a palavra é refém tanto do lingüista “caçador de sentidos” como do eu-lírico que busca em vão o estado primeiro das coisas.

Essa “luta vã”, no plano lingüístico, busca equacionar os processos de discretização e de estabilização do mundo a partir de “uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 20), em que o referente discursivo criado para designar uma proposição ou conteúdo proposicional só possui *status* textual-discursivo porque o nome-núcleo é ressignificado na interação, por meio das estratégias de nomeação/nominalização.

Nesse sentido, é oportuno fazer um esclarecimento:

[...] Quanto às *nominalizações*, [...], é preciso distinguir entre a operação de nominalização propriamente dita que é de natureza anafórica, e a expressão utilizada para efetuar tal operação. Enquanto operação, é a nominalização atribuí, como dissemos, o estatuto de referente ou objeto-de-discurso a um conjunto de informação que, anteriormente, não possuíam tal estatuto, [...]; do ponto de vista da dinâmica comunicativa,

essa operação retoma, pressupondo a sua existência, um processo que foi significado predicativamente, que acaba de ser posto (KOCH, 2005a: 90).

Desse modo, como guia organizador da dinâmica comunicativa, as formas nominais referenciais – SNs – equacionam a atividade discursivo-cognitiva em termos de uma entidade lingüística (re)categorizante. Assim, num recorte mais delimitado, tomando o encapsulamento como “nomes gerais que têm um alto potencial anafórico (CONTE, 1996/2003: 180), pode-se atribuir a eles um duplo papel, posto que se trata “[...] de formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, vinculadoras tanto de informação dada como de informação inferível e nova”(KOCH, 2005a: 91).

O exemplo (4), abaixo transcrito, sintetiza bem as faces referenciadora e predicativa. Observa-se:

(4) O "padrão Lula" de fazer política

O episódio do ex-futuro ministro da Agricultura Odílio Balbinotti, o que "foi sem nunca ter sido", é exemplar para mostrar a forma descompromissada de Lula lidar com a política.

A nomeação visava a driblar a cúpula do PMDB na Câmara. Lula não queria satisfazer a todos os desejos do presidente nacional peemedebista, Michel Temer. Assim, escolheu um deputado "outsider" para ser ministro da Agricultura.

A escolha se deu sem a mais remota checagem sobre quem era de fato Odílio Balbinotti. Como bem registrou a coluna "Painel" de ontem, na Folha, não ocorreu a nenhum iluminado no Planalto uma prosaica checagem no Google.

Essa desídia não é pontual. Trata-se do "padrão Lula" de fazer política: uma mistura de auto-suficiência exacerbada e alto grau de intuição. Às vezes, dá certo. Com Balbinotti, o fracasso foi total.

Lula quer votos no Congresso. Como, não importa. O predomínio da fisiologia nas relações entre Executivo e Legislativo é uma "não-questão" para o petista.(...).

Agora, Lula negocia com o PMDB. Aceita dar ministérios, mas impõe nomes dentro da agremiação. Um já deu errado. Outros virão. Não importa. O "padrão Lula" prevalecerá. E a fisiologia campeará, como sempre, "neste país". (Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo - 19/3/2007)

No primeiro rótulo, “**A escolha**”, trata-se de uma nominalização deverbal de natureza anafórica em que a forma nominal remissiva emerge na superfície textual com o estatuto de referente que, no segmento anterior, reunia informações difusas e não pontuais. A seleção lexical, embora inferível e muito atrelada à estrutura coesiva do texto não é arbitrária e destituída de um cálculo cognitivo, tem na dinâmica discursiva um valor argumentativo pautado na *performance* “descompromissada” do

Presidente Lula, cujas “escolhas” parecem um jogo de cartas marcadas e não uma seleção por critérios técnicos. Nas sutilezas da argumentação, a impressão que se tem é de que no jogo político, no caso da política brasileira, “a escolha” é uma opção num cenário em que não há muitas escolhas.

Já no segundo rótulo, “**Essa desídia**”, a forma nominal remissiva faz um empacotamento acerca do suposto jeito lulista de governar – moroso e desleixado -, atribuindo-lhe características referenciadora e preditativa, organizando a progressão textual no eixo dado-novo.

Nessa perspectiva dual, a entidade rotulada no processo de encapsulamento possui um estatuto discursivo gerenciador da organização discursiva que se efetiva a partir de categorias que se estabilizam ao longo da interação, dando-lhes um perfil mediador

[...] entre o que foi dito, o que se diz e o que se irá dizer, revelando o dinamismo textual e sugerindo uma linha interpretativa. A utilização desta forma salienta o ponto de vista do produtor do texto, auxiliando leitor/ouvinte na tentativa de aproximação com a expectativa de leitura do autor. Por essa razão, Conte (1994/2003) considera que os grupos nominais rotuladores são ‘um poderoso meio de manipulação do leitor’(CARVALHO, 2005: 61).

A idéia de “manipulação”, decorrente dos efeitos de sentido produzidos pela escolha do nome-núcleo, foi analisada por Koch (2007), ao fazer uma reflexão acerca dos estudos de Marcuschi (1991) – *A ação dos verbos introdutores de opinião*. O percurso reflexivo traçado pela lingüista ancora-se num postulado de Marcuschi : “os verbos *agem seletivamente* sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas”. (MARCUSCHI, 1991: 74, grifos do autor).

Para o autor, a seleção dos verbos que introduzem as opiniões “não são meras variações estilísticas”, mas situam-se no entremeio de uma “ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem [os verbos introdutores de opinião] uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação” (MARCUSCHI, 1991: 91). Assim, a escolha do verbo no discurso relatado organiza a argumentação em torno do que se pretende explorar, revelar ou ocultar,

evidenciando o ponto de vista do enunciador; logo, inscreve-se num paradigma subjetivo-argumentativo.

Por analogia, Koch (2007) estende essas considerações de Marcuschi (1991) às escolhas do nome-núcleo dos rótulos, uma vez que elas não são arbitrárias e neutras, mas fruto de uma estratégia argumentativa moldada na esfera da sociocognição; e, como tal, desempenham importante papel argumentativo.

Essa analogia é válida e confirma que as palavras tomadas como “instrumentos de ação e não apenas de comunicação” convocam para si uma autonomia discursivo-argumentativa e se acomodam no fluxo interativo, ou seja, “a estabilidade” ou os possíveis “efeitos de estabilidade” se dão num “real fabricável” em cada evento enunciativo, em que as escolhas lingüísticas são mediadas pelo ponto de vista de quem as usa ou em nome de quem elas são usadas ou repetidas (caso das citações diretas de discursos alheios), segundo Koch (2007).

No exemplo que se segue - **(5)** -, encontram-se as convergências entre ponto de vista e direcionamento argumentativo:

(5) Muito barulho por nada

A visita de menos de 24 horas do presidente Bush ao Brasil confirmou as previsões - manifestadas no editorial A retórica da 'Opep do etanol', de 27 de fevereiro - sobre a falta de base das trepidantes expectativas de que o motivo da vinda do titular da Casa Branca seria o desejo dos Estados Unidos de formar uma portentosa parceria com o Brasil no setor de biocombustíveis. (...)

O giro de Bush pela região é essencialmente a tardia tentativa de um presidente politicamente desidratado de responder às críticas, de dentro e de fora dos Estados Unidos, (...).

De mais a mais, é negligível a capacidade do presidente americano de reduzir substancialmente, a esta altura de um alquebrado segundo mandato, o seu déficit latino-americano. A Alca se fue, e é de todo improvável que o álcool seja o novo combustível de uma aliança efetiva entre os EUA e os vizinhos ao Sul. A questão de fundo é que Bush não tem e não terá capital político, em seu país, que o conduza das palavras às ações. Depois de perder estrepitamente a maioria no Capitólio, nas eleições de novembro passado, carece das condições mínimas para mexer nas regras das relações comerciais da América do Norte com a América Latina. Justiça se lhe faça, ele reconheceu abertamente **essa realidade**. (...). **(Editorial – O Estado de São Paulo-10/03/07)**

A expressão em negrito tem no nome núcleo – *realidade* – a noção de algo patente aos olhos da sociedade, posto de forma inquestionável no cenário político internacional: a imagem eclipsada do presidente americano como articulador político dentro e fora dos Estados Unidos, sem “condições mínimas para mexer nas regras das relações comerciais da América do Norte com a América Latina”. Esse nome-núcleo (realidade) marca com sutileza as expectativas daqueles que apostam na queda do império norte-americano, ou melhor, no fracasso da *Era Bush*.

No entanto, se o editor tivesse escolhido o rótulo “essa circunstância”, o nome núcleo não teria a mesma força argumentativa, pois o sentido (ou possíveis sentidos) ficaria marcado pela interinidade, ou seja, pelo transitório; dando abertura para se pensar numa recuperação futura, ainda no mandato do próprio Bush.

Por esse viés, pode-se dizer que a argumentação é uma atividade “construtiva e persuasiva, favorável à construção de conhecimentos; dirigida a toda espécie de auditório, nas mais diversas práticas sócio-interativas ou nas múltiplas situações em que se organizam argumentos para exposição de pontos de vista” (CORTEZ, 2003: 52).

Assim, centrando-se nas discussões acerca do encapsulamento anafórico, os rótulos, neste contexto, são definidos como formas nominais remissivas, de atuação coesiva – prospectivamente ou retrospectivamente -, cujo núcleo nominal é fruto de uma escolha entre várias disponíveis na língua para levar a comunicação a um nível de aceitabilidade. Esta visão coesiva dos rótulos tem sido salientada por Conte (1996/2003: 190), que chega a afirmar que, “em sua função de estruturação e organização dos textos, os encapsuladores anafóricos chegam muito perto dos conectivos textuais”.

Entretanto, no plano das escolhas lexicais, além da importância coesiva, inclui-se um fator sociocognitivo que opera sobre um nível interpretante associado às representações, convicções, crenças, e costumes dos falantes, sinalizando as posições do falante/produzidor e a orientação argumentativa que deseja imprimir ao texto. Em alguns casos, essas estruturas - SNs - são acrescidas de um modificador

(adjetivo, locução adjetiva ou oração adjetiva), que auxilia na determinação da direção argumentativa.

Tais escolhas conferem às expressões nominais uma autonomia discursiva desvinculada da concepção tradicional de léxico, pois, se é certo que o processo de rotulação, no qual o chamado rótulo se insere, “exige realização lexical ou lexicalização, em seu cotexto” (FRANCIS, 1994/2003: 192), o vínculo lexical é, nesses casos, uma questão de “ajustes interlocutivos” moldados pela *práxis*.

Por essas características, infere-se que o rótulo constitui uma ferramenta de criação de um referente discursivo, intangível do ponto de vista da “etiqueta”, segundo o qual as palavras e as coisas estão em paridade; mas, inteligível e legitimado no discurso por meio da intersubjetividade selada no pacto interativo.

Assim, na rotulação

[...] o léxico não é, pois, suficiente para validar o processo de compreensão, do mesmo modo que a construção do sentido não é estática nem exclusiva; portanto é um vaivém de sentidos construídos no processo de interação discursiva, o que reitera a máxima de que história, cultura e sentido formam um tripé indissociável na negociação pública que é a comunicação humana (CARVALHO, 2005: 54).

Esse fluxo de sentidos – esse “vaivém” situado – focaliza a dinâmica da rotulação na inespecificidade do nome e na não-pontualidade entre o segmento encapsulado e o rótulo encapsulador. Ou seja, tomando-se o nome como genérico (inespecífico), a lexicalização co(n)textual ganha contorno discursivo-argumentativo na interação, posto que o “nome-núcleo deve ser inespecífico e, por isso mesmo, altamente dependente do co(n)texto” (ZAMPONI, 2003: 216). Isso se dá porque a *performance* da linguagem em uso, na construção do referente discursivo, desconcerta a semântica, trai a lógica, subverte o léxico e se supera ao produzir sentidos em cada ato enunciativo.

Utilizando-se da *palavra como disfarce*, pode-se dizer que a conjunção inespecificidade do nome-núcleo, co-texto e contexto – no caso dos rótulos - forma uma tríade de criação do referente discursivo que se manifesta, na superfície textual,

como uma construção lingüística arquitetada numa prática lingüística sociocognitiva e interacionalmente ancorada.

Esse mecanismo demanda um cálculo inferencial e analógico mais complexo que o processamento das nominalizações deverbais. Essa postulação é esclarecida por Carvalho (2005: 66), ao ressaltar que

[...] embora haja, no processo de nominalização, um funcionamento encapsulador, o que o aproxima da rotulação, isto não torna os dois processos equivalentes. Isto é, o rótulo é uma operação lingüística resultante de atividades cognitivo-discursivas, e não se prende a um item lexical particular, um nome ou um verbo e sua predicação, como é o caso das nominalizações. Neste sentido o rótulo amplia o funcionamento encapsulador: estende-se ao discurso e ultrapassa os limites da materialidade lingüística.

Vale lembrar que as operações lingüísticas nominais sob a denominação de “formas nominais remissivas”, “expressões nominais remissivas ou anafóricas” e “nominalizações” podem originar-se de diferentes mecanismos construtivos, embora haja em todas elas um SN, que compreende como forma mínima um nome-núcleo, no qual a presença ou ausência de determinante demonstrativo implica desdobramentos de ordem dêitica que põem em xeque as relações de remissão, correferencialidade e anaforicidade, como se verá no Capítulo 5 deste trabalho.

Mesmo no âmbito da nominalização propriamente dita, restrito a construções nominais a partir de derivações verbais, Olímpio (2006), numa investigação acerca das expressões nominais que encabeçam manchetes de jornais, ressalta o caráter interacional e argumentativo dos nomes deverbais em construções definidas. Em seu trabalho, a autora enfatiza que as formas nominais veiculadas nas manchetes de jornais constituem uma “estratégia discursiva socialmente trabalhada, dependente de discursos anteriores que alimentam novos discursos, numa dialogia entre um já-dito e um novo dizer” (OLÍMPIO, 2006: 02).

Essa relação dialógica atesta que a nominalização configura um processo discursivo de referenciação, como criação de objetos-de-discurso no qual entram em jogo o contexto sociocultural e as experiências vividas. Em sua pesquisa, a autora faz uma articulação entre as perspectivas teóricas do dialogismo bakhtiniano e da semântica

argumentativa, buscando “um fora do texto” (um pressuposto, um topos argumentativo, uma memória pragmática, outro, um preconstruído, um interdiscurso) que explique a prática lingüística” (OLÍMPIO, 2006: 06).

Sustentando essas observações e a elas acrescentando que “o fenômeno da anáfora não implica obrigatoriamente retomada nem relação correferencial” (OLÍMPIO, 2006: 07), segue-se exemplo (6):

(6) Da dança ao lixo

Faltava à impunidade uma imagem. Ela veio na forma de coreografia, envolta em trajes amarelos, cheia de malemolência, brasileiríssima, como se o próprio Duda Mendonça a tivesse imaginado. **A "requebra" de decoro da deputada Angela Guadagnin** foi a homenagem involuntária que ela e o PT prestaram à democracia que ambos só fazem aviltar. (...).
(Fernando de Barros e Silva - Folha de São Paulo - 27/03/2006)

Nesse exemplo, a princípio, a nominalização estaria associada ao verbo *requebrar*; no entanto, nesse caso, não há uma âncora cotextualmente marcada que deflagre a construção do sintagma nominal; mas sabe-se por ativação do conhecimento de mundo e da memória discursiva que a manifestação desse SN – objeto-de-discurso – é fruto de um processamento sociocognitivo-interacional que garante não só a coesão textual, mas, principalmente, a *performance* discursivo-argumentativa, pois entre outras leituras possíveis, pode-se aventar que, no jogo político brasileiro, a cultura do “acabar em samba” (e às vezes regado à pizza) prevalece.

Na esteira dessas considerações, embora haja no texto elementos lingüísticos – *impunidade, imagem, coreografia, trajes amarelos, malemolência* – que possam sugerir um traço de referencialidade, nenhum deles constitui uma âncora lingüística de correferencialidade ou retomada. Trata-se, portanto de um exemplo de nominalização sem a presença da forma verbal como informação-suporte. Entretanto, quem se lembra da cena acima descrita deve guardar a imagem da deputada Ângela Guadagnin requebrando em plenário, para comemorar a absolvição indecorosa de um aliado do PT.

Segundo Olímpio (2006:13), essa estratégia que retoma outros discursos organiza o texto de modo a estabelecer um “*continuum* discursivo” de elevada complexidade

argumentativa e dialógica, pois o enunciador pretende “engajar o leitor no seu ponto de vista (ou no ponto de vista de um grupo) a respeito de uma verdade pública, já sabida e admitida pelos interlocutores.” De qualquer modo, independente da escolha lexical, a estratégia de nominalização é altamente argumentativa, pois aponta para um pressuposto, um conteúdo já discursivizado.

A partir dessas considerações, situando as diferenças e pontuando as convergências entre a nominalização e a rotulação, pode-se avançar no conceito de rótulo como um ente sumarizante de atuação discursiva, responsável pela orientação argumentativa e pela organização da textualidade, e atribuir ao léxico um papel discursivo na construção do sentido.

Assim, mediante seleções que veiculam opiniões, saberes, crenças e pontos de vista, tem-se uma visão do nível de envolvimento do enunciador com o seu enunciado, confirmando a noção de que referir-se ao mundo com a língua é uma atividade discursivo-interacional.

Pontuando as convergências e as divergências que perpassam os rótulos e as nominalizações como estratégias discursivas de criação de objetos-de-discurso, no exemplo (7), a seguir, há uma seqüência de rótulos destacados que dá um panorama global do que seria o *esplêndido caos organizado da linguagem*: uma integração entre os níveis sintático, lexical (o mais instável) e semântico no plano discursivo, orientando o teor argumentativo, os pontos de vista do enunciador e a organização coesivo-textual, pela via discursiva da sociocognição interacionalmente situada.

(7) **Marcha da insensatez**

BRASÍLIA - Arlindo Chinaglia fez campanha para presidente da Câmara prometendo colocar em votação a chamada "reforma política". A indigência intelectual da Casa que preside acaba de produzir um projeto frankenstein de mudanças político-eleitorais. Chinaglia forçará a mão para aprovar a **anomalia**, à custa de sujar sua biografia.

O deputado médico do PT de São Paulo ficará para história como o presidente da Câmara responsável pela criação da oligarquia mais perene do sistema eleitoral brasileiro. O sistema de listas partidárias, a ser votado nesta semana, mantém a **incrível regra da precedência**: quem já é deputado será colocado no topo da relação.

Ou seja, o eleitor vota numa legenda, seja ela qual for, e os primeiros a serem eleitos serão os que já são deputados. Para fingir democracia, haverá também a possibilidade, não obrigatória, de um segundo voto para um deputado individualmente entre os que estão na lista. Alguém de boa-fé acredita na possibilidade de milhões de brasileiros se darem ao trabalho de empreender **tal tipo de ação**? Nem os deputados acreditam **nessa hipótese**. Aprovarão a regra sem medo de serem felizes na disputa de 2010.

Outra maracutaia: o financiamento público em gestação não será mais limitado a R\$ 7 por eleitor. A cada eleição as excelências no Congresso definirão o teto. Para quem não se lembra, o país tem 125 milhões de eleitores. A R\$ 7 por cabeça a conta sai por R\$ 875 milhões.

Os políticos acham pouco. Essa marcha da insensatez só pode ser abortada por Arlindo Chinaglia. Surgiu a idéia de submeter tudo a um plebiscito - como forma de impedir o ato tresloucado da Câmara. É insuficiente.

Por um mínimo de decência os deputados deveriam jogar **esse pacote demencial** no lixo. Minimizariam um pouco a credibilidade depauperada do Poder Legislativo. (Fernando Rodrigues - Folha de S. Paulo - 25/06/2007)

No rótulo “**a anomalia**” (SN), tem-se um empacotamento de proposições anteriores, cujo ponto relevante é a votação de uma reforma político-eleitoral “monstruosa”. O lado “monstrengo” da reforma justifica a escolha do núcleo do SN que, articulado com o contexto, estabelece um ponto de vista e uma interpretação acerca do projeto de reforma em questão.

“**A incrível regra da precedência**” encapsula as proposições subseqüentes focalizando um privilégio dos deputados no sistema de listas partidárias que, se aprovado, poderá contar com um segundo voto não obrigatório. A intensidade argumentativa desse rótulo é reforçada pela anteposição do adjetivo “incrível”, pois este refina a noção de espanto, pasmo. Essa articulação vem para contrapor o senso de passividade diante dos absurdos que circundam a esfera política.

Diante da possibilidade de um segundo voto (facultativo), para disfarçar um mal-estar democrático, o articulista dá um tom de incredulidade às propostas ao utilizar os rótulos **tal tipo de ação** (interrogativo) e “**nessa hipótese**” que, na seqüência, encapsulam o que foi dito como uma resposta ao rótulo interrogativo.

O parágrafo seguinte é encabeçado por um rótulo – “**outra maracutaia**” – que encerra força argumentativa ao encaminhar a leitura para determinadas conclusões, ou seja, entre outras interpretações fica patente o caráter escuso da “reforma

política”. Em outras palavras, uma negociata, uma manobra. Este rótulo tem sua eficiência discursiva por se tratar de uma expressão já cristalizada na memória dos interlocutores, pois remonta aos acalorados discursos petistas.

O último rótulo - **“esse pacote demencial”** - arremata as considerações anteriores e qualifica todo o processo. Tem um grau de argumentatividade mais elevado que os demais porque sumariza não apenas as proposições anteriores, mas também resume todo o eixo temático. A partir do exposto, o que efetivamente caracteriza essas construções como “familiares” e ao mesmo tempo “inéditas” no contexto discursivo é que elas ativam conhecimentos partilhados e sociocognitivamente construídos e disso decorre o primado da intersubjetividade na construção dos sentidos.

O paradoxo “familiares-inéditas” equilibra-se sob a premissa de que

[...] toda entidade referida é empregada sob a pressuposição de que de algum modo se tornará acessível na interação. Os tipos de suposição que o falante julga estarem representadas na mente do interlocutor interferem diretamente nas escolhas dos processos referenciais que são considerados mais adequados a cada momento da enunciação e nos diferentes modos de expressá-los (CAVALCANTE, 2005: 137).

Desse modo, pode-se admitir que um princípio geral que norteia os diversos usos da linguagem compreende a indeterminação lingüística como uma fator multiplicativo de sentidos, um dispositivo de reiteração de que o processo referencial “é um trabalho inferencial no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão” (MARCUSCHI, 2005: 76).

Nesse quadro, criar um referente a partir de uma operação sumarizante – o encapsulamento – é uma ação discursiva intencional que objetiva recortar a realidade do ponto de vista do enunciador/co-enunciador e, para tal empreendimento, ao dizer ou escrever, procede-se a uma escolha de um item lexical que melhor (no julgamento de quem fala ou escreve) traduza este objetivo.

Em princípio, encapsular significa “enxugar” uma extensão textual precedente, criando um referente discursivo por categorização. “Esta categorização ocorre por

meio de nomes neutros, mas também se dá na avaliação dos estados de coisas por meio de nomes avaliativos (ou em sintagmas nominais com um adjetivo avaliativo como modificador)” (CONTE, 1996/2003: 181).

Sob a rubrica do “encapsulamento anafórico” a questão parece inclinar-se para uma dimensão apenas retrospectiva; contudo, a linguagem tem os seus caprichos. Isso se verifica nas ocorrências de sumarizações de seqüências subseqüentes, que encapsulam uma porção do que vai ser dito.

Essa questão fica bem definida numa afirmação de Apothéloz (1995/2003: 57), para quem se deve “rejeitar com vigor a formulação segundo a qual um anafórico ‘se refere a seu antecedente’ [...]. As formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo”.

Em consonância com este princípio, Koch (2004: 59) afirma que “a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada”; logo, como o rótulo constitui uma estratégia de referenciação destinada à criação de um referente discursivo, nada impede que o procedimento de encapsulamento se antecipe ao enunciado sumarizado ou, até mesmo, que o rótulo não esteja ancorado no cotexto lingüístico, e sim no contexto situacional.

Nesse sentido, o mecanismo de sumarização/condensação na discursivização ou textualização do mundo articula (anaforicamente e cataforicamente) em contextos situados, significados submersos na organização linear dos textos, não importando a direção. É o que mostram os exemplos **(8)** e **(9)**, transcritos a seguir.

O exemplo **(8)** é um caso de rotulação pelo empacotamento de informações difusas situadas em uma porção textual precedente, estratégia que confere ao texto respaldo coesivo-argumentativo, além de uma marcação organizacional centrada na articulação de um “dado com cara de novo”.

(8) Sindicato de deputados

“Estamos tranquilos, pois percebemos que o clima não favorece uma candidatura alternativa que colocasse em risco a estabilidade da Câmara.”
Com essas palavras, o petista Arlindo Chinaglia, candidato à presidência da

Câmara, evidenciou aquilo que o une ao adversário Aldo Rebelo, do PCdoB: a “estabilidade da Câmara”.

O que é a “estabilidade da Câmara” senão a troca das prerrogativas do Parlamento por cargos, privilégios pessoais e, no limite, dinheiro vivo oferecidos pelo Executivo? Chinaglia e Rebelo representam a continuidade da legislatura que se encerra na que se inaugura. A disputa sem quartel que fingem travar entre si é, na verdade, uma ofensiva conjunta que movem contra o Parlamento.(...)

No presidencialismo americano, o equilíbrio de poderes é fruto do conflito permanente entre eles. No Brasil, a Constituição de 1988 optou pelo caminho da “harmonia” entre os poderes, o que significa a subordinação do Parlamento a um Executivo que tudo pode, mas deve oferecer sinecuras aos parlamentares a fim de assegurar uma maioria estável no Congresso.

No governo FHC, a degradação do Parlamento foi disfarçada pela formação de uma maioria parlamentar alicerçada no acordo programático PSDB-PFL. Sob Lula, na ausência de uma plataforma política comum, a base governista assenta-se apenas no loteamento de cargos públicos e na corrupção pura e dura. **Essa circunstância** não incomoda o presidente, que se acredita o salvador da pátria e despreza, por princípio, a instituição parlamentar. **(Demétrio Magnoli - O Globo – 25/01/07)**

Assim, em “**Essa circunstância**”, o rótulo – “paráfrase resumidora” - empacota toda a discussão acerca do desempenho parlamentar nos governos Lula e FHC, ressaltando, na gestão lulo-petista, o “leilão” dos cargos públicos e a corrupção sistêmica. Nesse SN rótulo, a inespecificidade do nome-núcleo selecionado pelo articulista parece induzir o leitor a uma conscientização acerca da interinidade da crise e a circunstancialidade da oferta de sinecuras.

No exemplo **(9)**, a expressão rotuladora antecipa um ponto de vista do articulista, dando ao leitor pistas do seu posicionamento a respeito dos eventos sumarizados e, com isso, fornecendo-lhe um cenário interpretativo.

(9) Vida nova ao Parlamento

A contradição salta à vista: a democracia política expandiu-se nas últimas décadas, graças às densidades eleitorais crescentes, à multiplicação e pressão das entidades de intermediação social, mas o Estado brasileiro, mesmo se agigantando, oferece serviços essenciais cada vez mais precários e decadentes, a partir das demandas em áreas como segurança, saúde, educação e previdência. (...) Os exemplos de inoperância se fazem ver, por exemplo, na instituição parlamentar, que abre os horizontes da nova legislatura sob o signo da mesmice, dando a entender que a representação política nada apreendeu a respeito dos sismos que devastaram a réstia de crença nos que detêm mandato popular (...). **(Gaudêncio Torquato - O Estado de São Paulo – 14/01/07)**

Confirma-se em **(9)** que o rótulo prospectivo, encabeçando o texto, cria uma expectativa em torno de uma relação paradoxal: a expansão de um contingente eleitoral impulsionado pelos programas sociais e o recuo da ação governamental nos setores públicos. A força argumentativa deste rótulo encontra eco na sobreposição de ações lingüístico-discursivo-interlocutivas, pois o articulista condensa nesta escolha lexical uma visão de mundo não-ontológica, mas essencialmente sociocontextualizada.

Esse exemplo situa a rotulação num domínio de negação da remissão e da retomada, mas comprova que a introdução de um objeto-de-discurso no modelo textual é muito mais uma questão de “deslocamento” sociocognitivo do que “rastreamento” de uma âncora cotextualmente explícita. Trata-se de uma ruptura da noção de antecedente como premissa anaforizante, já que os rótulos são considerados “anáforas encapsuladoras”.

Os exemplos **(8)** e **(9)** ilustram a retrospecção e a prospecção, respectivamente, sob domínios estanques. No entanto, no exercício pleno da linguagem como “inter-ação”, a função rotuladora não se limita a um percurso dicotômico, pois, ao contrário do que se possa pensar, a aglutinação desses dois movimentos – catafórico e anafórico – pode incorporar ao texto uma dimensão coesivo-argumentativa extra, já que um único SN pode condensar o dito e o a ser dito. Essa perspectiva dual pode ser examinada no exemplo **(10)** que se segue:

(10) Na boca dos leões

Ao começar a ler este parágrafo, o leitor não imagina que, antes mesmo de chegar ao final, duas pessoas estarão tombando ou sendo vítimas de assaltos no território brasileiro. E mais, entre a leitura do jornal de hoje e o de amanhã, cerca de 110 pessoas morrerão e 55 serão feridas por arma de fogo. **A estatística** é gritante: segundo a OMS, o País é campeão mundial em número de homicídios, com a soma de 45 mil ao ano. Só na capital paulista morrem 5 mil. Em 20 anos, as mortes por causas violentas no Rio de Janeiro e em São Paulo aumentaram em 230%. A violência ceifou a vida de mais de 2 milhões de pessoas. E o que fazem os governos federal e estaduais? Dão tiros a esmo. Atacam bandidos com balas de ocasião e migalhas de recursos. Ou, quando premidos pelo clamor público, esticam léguas de discursos retumbantes, como se viu por ocasião do assassinato do garoto João Hélio, que comoveu o País. Naquele momento, parecia que o Brasil despertara da letargia. E que o PAC da Segurança Pública, afinal, chegaria para limpar as ruas de bandidos. O tema da maioria penal veio à tona. Governadores do Sudeste se reuniram e prometeram sinergia de ações. (...). **(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo - 11/03/07)**

O rótulo destacado tem ação retrospectiva e prospectiva em que o movimento anafórico remonta a uma projeção baseada na violência cotidiana no Brasil e o movimento catafórico respalda-se num relatório da OMS. O termo situa-se numa fronteira discursiva: encapsula “um dito” e projeta-se sobre um “a ser dito”. Essa mediação coesiva confere ao rótulo uma significação dual que confirma o discurso como o *lócus* privilegiado da produção de sentidos.

Desta breve análise, constata-se que a criação de um referente discursivo via rótulo confere ao texto uma arquitetura temática seqüenciada, harmonizando a progressão textual e reafirmando a coerência como um fator de interpretabilidade sociocognitivo-interativo e não uma decodificação do código lingüístico.

Desta forma, o encaminhamento dissertativo deste trabalho buscará avançar sobre a complexidade funcional dos rótulos prospectivos e retrospectivos, tanto os de conteúdo quanto os metaenunciativos, enfatizando suas características e delimitando suas ocorrências como índices constitutivos de criação de novos referentes discursivos.

Além desses aspectos, observar-se-á a *performance* discursivo-argumentativa na tênue linha que separa os procedimentos de encapsulamento anafórico dos dêiticos discursivos, admitindo-se de antemão que “os caprichos da linguagem”, fruto de uma ação interativa no uso/manipulação do código verbal, acenam para uma possibilidade de interseção entre os conceitos de anáfora e dêixis – em especial nos SNs precedidos de demonstrativos.

Essa discussão será detalhada no Capítulo 5, após a explanação exaustiva dos preceitos teóricos do encapsulamento anafórico e da rotulação, propostos por Conte (1996/2003) e Francis (1994/2003), respectivamente. Por ora, segue-se a abordagem da rotulação na perspectiva da ancoragem cotextual, seções 4.2 e 4.3

4.2 ROTULAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DE UM RÓTULO INESPECÍFICO

As constatações teóricas levantadas até aqui apontam para dois movimentos na produção dos rótulos: a prospecção e a retroação. Importa, neste trabalho, olhar mais atentamente os rótulos retrospectivos, posto que são mais freqüentes e participam de modo mais ativo da dinâmica argumentativa e do encadeamento do fluxo discursivo.

O rótulo prospectivo, como já se adiantou, constitui uma estratégia de antecipação do conteúdo a ser lido, ou seja, ao rotular uma porção posterior ao SN rotulador, as expectativas discursivas afloram a partir dos conhecimentos partilhados e inferíveis no próprio discurso, pois o texto opinativo veicula uma realidade pretérita, no mínimo, da véspera. Esse procedimento catafórico, do ponto de vista lingüístico, “não é selecionado independentemente, mas é um elemento numa configuração de escolhas lexicais e semânticas” (FRANCIS, 1994/2003: 194).

Para maior clareza dessas colocações, segue-se o excerto abaixo:

(11) Lula se enrosca na língua

SÃO PAULO - Os noticiários on-line atribuem **a seguinte frase** ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa "Roda Viva", que foi ao ar ontem mesmo, a propósito do afastamento de Ricardo Berzoini da coordenação de sua campanha: "Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: eu quero saber quem fez essa burrice para não usar a palavra que estou pensando agora. Você, como presidente do partido, tem obrigação de dar uma resposta à sociedade. Ele não deu [a resposta], eu o afastei da coordenação da campanha". [...] (Clóvis Rossi– Folha de São Paulo – 17/10/06)

Em primeira instância, observa-se que o SN “**a seguinte frase**” – um rótulo metaenunciativo -, cujo núcleo é um nome genérico, mobiliza, no contexto discursivo, uma gama de expectativas em torno do que será dito, além de orientar o leitor para uma informação nova baseada num relato. Possui um efeito sumarizante, objetivo, excluindo adjetivações extras que pudessem trazer implicações em relação à postura do falante.

A inespecificidade do nome-núcleo deste rótulo recai sobre o estatuto da metadiscursividade, pois, de acordo com Jubran (2003: 97), os rótulos designados por *frase, pergunta, sentença, palavra, etc.* configuram-se como “entidades do discurso, no sentido de que focalizam a atividade enunciativa, a ‘mise-em-scène’ do discurso”.

Segundo Carvalho (2005: 63), “a saturação deste tipo de rótulo, portanto, se realiza na seqüência de ‘dizer’, que deverá ter uma compatibilidade semântica com tal grupo nominal; daí, a função organizadora do rótulo, que contribui para a continuidade textual”. De fato, a seqüência posterior aspeada é compatível com a expressão encapsuladora, tida como informação nova, no horizonte discursivo.

Assim, postos em cena, estes rótulos compreendem uma dimensão extra lexical e semântica, pois o valor genérico do nome-núcleo possui matizes de uma subjetividade direcionada, uma vez que aponta para uma porção do texto, transformado-a em objeto-de-discurso, cuja “significação enunciativa” – incorporada ao SN - ultrapassa a significação lingüística.

Com esse arcabouço, a rotulação tem na realização lexical o molde da construção interativa do sentido, uma espécie de “(de)codificação social”, em que a entidade lingüística tem um estatuto discursivo dependente do co(n)texto. Por esse ângulo,

[...] não consideraremos então que os itens lexicais trazem os objetos mundanos para dentro da língua e sim que na língua se constroem objetos de discurso. Ou seja, a língua fala sobre o mundo, não representa o mundo tal como ele é. Ao usar uma determinada palavra o sujeito não precisa estar expressando um comprometimento metafísico em relação à verdade da palavra (apesar de poder fazê-lo), a palavra é um instrumento utilizado na imagem que o sujeito está criando do mundo numa determinada situação (CUNHA-LIMA, 2001: 157).

Esse viés comprova que não “somos falados pelo código” (ILARI, 2003: 48), porque - na atividade de discursivização do mundo - a língua constitui um domínio processual, cuja indeterminação e opacidade permitem que a significação se consubstancie na enunciação. Ou seja, no ato interativo, o próprio discurso remete a si mesmo, criando os objetos-de-discurso. Configura-se, pois, uma instância de “auto-regulamentação discursiva do discurso” que põe na retaguarda o formalismo

do léxico e da sintaxe, objetivando-se, no caso dos rótulos prospectivos, estabelecer, segundo Francis (1994/2003: 194), as funções preditivas e organizadoras.

O eixo orientacional da argumentação se completa com o entorno sintático do nome-núcleo do SN rótulo, ou seja, pela definição dos determinantes e dos modificadores tem-se a configuração de um determinado ponto de vista dos enunciadores. Na fixação desses parâmetros, o olhar sobre a argumentação não visualiza

[...] um trabalho solitário, em que o autor se esforça unicamente para consolidar seus dados, na realização de um projeto de sentido que escapa ao cálculo, justamente porque essa realização é interativa. Por essa razão, sublinhamos o caráter interlocutivo da argumentação, mas não no sentido de pensar a persuasão como condição necessária para a eficácia dessa atividade. O que tratamos como interlocução na argumentação são as diferentes vozes com as quais o produtor do texto dialoga, bem como a interferência que o leitor exerce nesse processo (CORTEZ, 2003: 41).

O entrecruzamento de vozes na argumentação está intrinsecamente relacionado à noção de *valor argumentativo do discurso*, posto que o item lexical tomado para designar um determinado campo referencial – o rótulo, na criação do referente discursivo – não está alijado das “forças centrífugas” que regem a linguagem, haja vista que não é incomum, principalmente nos discursos da mídia, que enunciados idênticos tenham sentidos diferentes. “Isso significa, pois, que há mais processos lingüísticos de construção da significação do que pode imaginar a lingüística das formas” (POSSENTI, 2001: 69).

Um exemplo ilustrativo dessa plasticidade da lingua(gem) a serviço da significação enunciativa e não puramente lingüística está bem retratada no jogo enunciativo que as palavras destacadas exercem no artigo abaixo:

(12) De ataques e quadrilha

Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos “companheiros que foram **atacados**”. De fato, **os “ataques”** foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é **“atacada”** por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país. Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que **“ataque”**, hein? **A baixaria dos “ataques”** revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os **“atacantes”** visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. **“Ataque”** com moeda forte deve doer mais.

Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o PT se transformara em "quadrilha" e "organização criminosa". É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que **os "ataques"** não foram **"ataques"**, mas fatos. A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar **os "ataques"** que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve **"ataques"**, mas fatos. Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos **"ataques"**, chamando-as de "envolvidos" (Palocci, no **ataque** ao sigilo bancário de um caseiro; Dirceu no **"ataque"** chamado "mensalão"). Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de **"ataques"** e, afinal, é companheiro de viagem do lulo-petismo (**Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 22/08/06**).

Uma leitura superficial deste texto induziria ao risco de se pensar numa construção circular. No entanto, um olhar mais reflexivo revela uma habilidade construtiva subsidiada por um contexto histórico. A matriz de sentidos deste texto reside na ressemantização do nome "ataque" e cognatos. Cria-se, portanto, uma rede coesivo-argumentativa pela profusão de SNs e de locuções adjetivas oriundas do verbo "atacar".

Ressalte-se ainda que o texto é atravessado por aspas que denotam um certo distanciamento do autor/articulista e uma convergência de vozes que se alternam no discurso. Esse recurso chama a atenção para a questão da heterogeneidade da linguagem – para Authier-Revuz (1990), um exemplo de heterogeneidade marcada, em que o lingüístico se instaura no plano enunciativo, mostrando o "diálogo entre discursos".

O monopólio argumentativo centrado na relação dos termos cognatos entre aspas – *atacar, ataques, atacantes* - marca a posição do locutor e suas expectativas em relação à atividade responsiva dos possíveis interlocutores (leitores), ora harmonizando vozes diferentes, ora apagando-as. Nesse processo ambíguo – harmonização e apagamento -, a materialidade lingüística não constitui uma escolha aleatória, distanciada da cognição sociointeracionalmente situada, mas uma unidade léxica que integra as representações corpo-mente-meio, em que a partir do experiencialismo se chega a nuances de significações.

Essa estratégia sinaliza que os efeitos de sentido demandam, por parte do leitor, um esforço cognitivo de ativação de um *frame* que possa viabilizar a intelexção do texto. Na sua essência, os *frames*, constituem um domínio de representações vivenciadas

[...] em sociedade e que servem de base aos processos conceituais. Constituem conjuntos de conhecimentos, socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimento sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos como agir em situações particulares e realizar atividades específicas (KOCH, 2007:01-02).

Assim, como estratégia de processamento do texto, as expressões referenciais em **(12)** foram forjadas num contexto de efervescência política, em que o locutor estabelece (propositalmente?) uma gradação argumentativa. Considere-se o seguinte rótulo prospectivo: “**A baixaria dos "ataques"** revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os **"atacantes"** visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares.”

Na expressão sublinhada, o SN - os “ataques” - é parte integrante da locução adjetiva – sintagma preposicional, SPrep – e o rótulo sumariza e qualifica a ação dos atacantes sobre as partes baixas do cidadão. A argumentação se efetiva no jogo de linguagem estabelecido na categorização do referente discursivo. A unidade temática equacionada pela produção de sentidos entre os termos “partes baixas” (localização corporal) e “baixaria” (atitude vil, desqualificada) tem forte apelo argumentativo, pois o articulista recorre ao trocadilho com nomes derivados da palavra “**ataque(s)**” para insinuar que os ataques não são ataques, mas fatos.

Grosso modo, poder-se-ia especular que, do ponto de vista do formalismo lingüístico, a reiteração da palavra “ataque” constitui uma repetição, uma figura de linguagem em sua abordagem mais elementar, mas, como estratégia discursiva, os sucessivos “ataques” formam uma cadeia subjetiva que denuncia violação da democracia e das instituições públicas e, ao mesmo tempo, expõem a fragilidade do aparato governamental em coibir tais “ataques”.

Essa dualidade, expressa no jogo de linguagem, forma o pano de fundo da orientação argumentativa, já que “toda argumentação supõe, portanto, uma escolha,

que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação destes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002: 136).

Isso corrobora o preceito de que a linguagem constrói suas cadeias de referências “no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão” (MARCUSCHI, 2005: 76), pois na “inter-ação pela linguagem” o duo forma-conteúdo constitui um vetor argumentativo sintonizado com o entorno co(n)textual, “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 17).

Segundo essas lingüistas, a moldura contextual não é uma resolução de eventuais falhas do sistema lingüístico e cognitivo, mas uma ferramenta capaz de produzir uma “categorização adaptativa” face ao inesperado da enunciação, pois, sendo o enunciado irrepitível, o sentido é um trabalho colaborativo de construção discursiva dos objetos que, uma vez manifesta, “pode dar ao enunciador a oportunidade de manifestar sua subjetividade ou de repetir a de outrem” (APOTHÉLOZ, 1995/2003: 72). Tal assertiva pode ser examinada no exemplo a seguir:

(13) No reino dos mensaleiros

Em meio a apagão aéreo, idas e vindas do presidente Lula, militares rebelados, comandantes irritados e tudo o mais, **o acontecimento** passou quase despercebido. O PP montou um time de primeira para administrar o partido: os deputados Paulo Maluf, Pedro Henry, o cassado Pedro Corrêa, o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti. Para gerir o cofre, ninguém menos do que o ex-deputado José Janene, aquele que se disse profundamente enfermo a tal ponto que não teve como prestar explicações ao Conselho de Ética no processo de perda de mandato por envolvimento com o mensalão. O mesmo que acabou absolvido em plenário por colegas solidários. (...). **(Ana Maria Tahan – Jornal do Brasil – 07/04/07)**

Neste parágrafo, a cena enunciativa é sumarizada numa instrução prévia, pois o rótulo prospectivo – “**o acontecimento**” remete a “uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa” (KOCH, 2007:10), pois se o núcleo fosse “fato”, “coisa” a dimensão argumentativa seria atenuada, porque o campo semântico de “acontecimento” é mais amplo, adquirindo significações discursivas que remontam ao não-corriqueiro, ao extra cotidiano, que, entretanto, “passou quase despercebido”.

A intensidade argumentativa gravita em torno da dissonância que há entre o nome “acontecimento” e o fato acontecido: a montagem de uma equipe composta por políticos de reputação duvidosa para administrar o PP. O efeito manipulador ancora-se na ironia da escolha lexical. Com isso, o processamento textual-discursivo constrói a significação pelo não-acontecimento que é a escalação de “atletas” de *performance* duvidosa; nesse aspecto reside também a subjetividade.

Assim, o movimento de prospecção encerra uma atividade de linguagem que filtra o conteúdo do enunciado subsequente e o empacota num rótulo, confirmando, desse modo, que a criação do referente discursivo está em consonância com o pressuposto de que a

[...] linguagem é indeterminada e para conviver com essa indeterminação os falantes são obrigados a escolhas que criam uma sobredeterminação. A linguagem é indeterminada, portanto o sentido dos enunciados lingüísticos não pode ser definido em termos dos enunciados empregados, precisa sê-lo em termos do uso desses enunciados (ILARI, 2003: 71).

Seguindo esse raciocínio – o da indeterminação da linguagem – o exemplo que se segue equaciona a rotulação prospectiva como um processo de estabilização das categorias lingüísticas a partir de um procedimento que “pode levar o leitor a predizer o seu referente” (ZAMPONI, 2003: 215).

(14) O Senado é cúmplice

BRASÍLIA - Renan Calheiros buscou uma absolvição sumária, rápida. Não deu certo. Agora diz não estar preocupado com prazos. Aposta na abulia crônica do Senado. **A lógica** é manjada. O tempo passa e o caso está esquecido. Inviabilizada a pizza a jato, os renanzistas introduziram **uma discussão bizantina no Conselho de Ética**. O órgão não tem poderes para investigar, quebrar sigilos nem fazer diligências. Logo, é necessário esperar a boa vontade de instituições como a Polícia Federal.

Baboseira. O Conselho de Ética deve apenas dizer se há dúvidas sobre as negociações milionárias de Renan Calheiros com gado. Os senadores só têm obrigação de responder a **uma pergunta**: Renan Calheiros mentiu ou não mentiu a respeito de seus fabulosos rendimentos com atividades pecuárias? Mentira não pode ser qualificada.

Não vale dizer "foi só uma mentirinha" ou culpar um contador pobre diabo. Se Renan mentiu, deve ser cassado. Simples assim. E já há **fartas informações disponíveis**: 1) o gado alagoano (região de febre aftosa) produzido por Renan é vendido (sic) por preço acima do de São Paulo; 2) açougues mixurucas não reconhecem as vendas; 3) os lucros das atividades pecuárias do presidente do Senado são altíssimos na comparação com a média nacional e 4) a taxa de fecundidade das vacas

desse excepcional rebanho supera de longe o encontrado na natureza
(Fernando Rodrigues - Folha de São Paulo - 23/06/2007)

Em “**A lógica**”, há um funcionamento duplo: o rótulo sumariza uma proposição anterior, na qual explicita a postura do senador Renan Calheiros que não se importa com prazos porque confia na “falta de vontade política” do Senado; por outro lado, esse mesmo rótulo encapsula a proposição subsequente: a passagem do tempo e o esquecimento do caso. Trata-se, pois, de uma rotulação retrospectiva e prospectiva. O rótulo seguinte - “**uma discussão bizantina no Conselho de Ética**” - encapsula de modo avaliativo as discussões a respeito das (não)- atribuições do Conselho de Ética.

Em “**uma pergunta**”, o rótulo cria uma expectativa em torno de qual seria a função dos senadores, e o último rótulo da série, “**fartas informações disponíveis**”, encapsula uma enumeração de constatações apuradas no processo investigativo que examina a veracidade dos argumentos apresentados pelo senador. Nesses rótulos preditivos, a orientação argumentativa apóia-se na atuação do Senado e disso decorrem as categorizações em contextos de relações situadas.

Os **rótulos retrospectivos**, seguindo essa mesma linha teórica, são tratados como a categorização de um já-dito. Esse processo se dá a partir de uma negociação dos sentidos que, sobre uma base comum de conhecimentos recuperáveis no co(n)texto, tem como característica “o fato de apresentar o *novo* com capa de *velho*” (KOCH; PENNA, 2006: 29).

Essa operação discursiva mobiliza os falantes a construírem “enunciados em que as crenças compartilhadas aparecem na forma de implícitos ou pressupostos” (ILARI, 2003:64), pois na manifestação lingüística do rótulo é deflagrada uma escolha que indica pistas acerca do projeto de dizer dos falantes, nos quais subjazem a memória discursiva e as experiências sociocognitivas. Tais articulações implicam uma gama de operações discursivas que norteiam

[...] a acessibilidade às referências em circulação no discurso, como algum dado físico saliente no contexto comunicativo, pistas lingüístico-discursivas, conhecimentos partilhados pelos interlocutores. Dentre os fatores que atuam na configuração do referente a ser acessado em uma situação

comunicativa particular, registram-se procedimentos verbais, por meio dos quais o próprio locutor interfere no andamento de sua fala, para elucidar a referência de um item lexical que usa (JUBRAN, 2005: 298-299).

Torna-se necessário, portanto, compreender a rotulação retrospectiva no âmbito de uma argumentação intervencionista, subsidiada pela intersubjetividade e lastreada pelas estratégias de seleção das expressões referenciais, nas quais se verifica a conjugação estilo-gênero na composição do sentido pretendido. Para tal empreendimento, o falante assume que uma “categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 33).

Nesse sentido, o ponto de vista criado na rotulação como estratégia de referenciação situa-se em um nível de interpretação, uma vez que o falante, ao rotular uma porção textual, institui uma versão de como a realidade é/pode ser apreendida. Sua visão de mundo é exteriorizada linguisticamente pela criação do objeto-de-discurso que, por sua vez, articula subjetivamente a direção argumentativa.

Em outras palavras, postulamos que essa estratégia desempenha papel importante para a construção do ponto de vista, testemunhado, pela seleção lexical, uma instância discursiva, a partir da qual os fatos são apreendidos e os objetos-de-discurso, designados (CORTEZ, 2005: 321).

Tais características e especificidades norteiam os estudos da construção referencial via rotulação como um processo de recuperação intersubjetiva de uma parte do discurso. Nesse percurso, é comum entender a idéia de recuperação como uma forma de *referir*, *remeter* ou *retomar*. Para uma melhor compreensão desses mecanismos, Koch (2004b: 59) define os limites hierárquicos entre esses termos, conforme se vê a seguir:

- (a) a retomada implica remissão e referenciação;
- (b) a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- (c) a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada (grifos nossos).

Essas diferenças são importantes para a definição do conceito de **anáfora encapsuladora**, pois, no processamento da rotulação, a porção textual encapsulada

não tem um referente pontual, posto que o empacotamento sintetiza todo “um dizer”. Não cabe aqui, portanto, a clássica definição de anáfora, mas torna-se pertinente o conceito de “**anáfora complexa**”, pois, como estratégia de referência, a rotulação “reativa não exatamente um referente em foco, porque não há uma âncora específica sendo co-referencialmente retomada, mas o encapsulamento das proposições” (CAVALCANTE, 2005: 140) ditas ou a serem ditas no fluxo discursivo. A sistematização hierárquica proposta por Koch (2004b: 59) servirá para elucidar, no Capítulo 5, o estatuto dos determinantes demonstrativos e a noção de dêixis.

No exemplo abaixo, verifica-se esse mecanismo, em que o rótulo retrospectivo se presentifica a partir de uma base inferencial, sendo materializado numa construção lingüística abstrata em que o núcleo do SN, fora da atividade discursiva, possui baixa densidade semântica, mas na interlocução representa uma das escolhas possíveis num leque de possibilidades.

(15) Livre comércio?

O presidente Lula explicitou ontem, no seu programa de rádio, a estratégia que o Itamaraty já vinha desenvolvendo na retomada das negociações da Rodada de Doha: os países emergentes, reunidos no G-20, passariam a aceitar negociações em torno do setor de serviços para que, tanto Estados Unidos quanto União Européia, aceitem reduzir os subsídios agrícolas, permitindo que os países do Terceiro Mundo possam competir naqueles que são os maiores mercados do mundo.

O assunto, tema delicado nas negociações da falecida Alca, volta para o âmbito da Organização Mundial do Comércio - como, aliás, o Brasil sempre defendeu - mas agora tem como pano de fundo a parceria que pode ser firmada entre os Estados Unidos e o Brasil no setor dos biocombustíveis. (...)

E como ponto de partida o subsídio ao trigo e ao milho que o governo americano dá aos produtores para tornar o etanol competitivo com o produzido no Brasil e em outros países, da cana-de-açúcar.

Paralelamente, dentro da política de parceria energética, o Brasil vai também pedir o fim da taxa de exportação do etanol, como já acontece com os países da América Central e do Caribe que fizeram acordos bilaterais com os EUA, ou pelo menos uma cota anual livre de taxação.

O fato de o governo dos EUA vir negociando com esses governos, incentivando-os a produzir etanol da cana-de-açúcar, garantindo financiamento e o mercado americano, parece não assustar o presidente Lula. (...)

Essa postura indicaria ainda que o governo brasileiro está atento à necessidade de o país abrir mercados também para a exportação da tecnologia de produção de etanol da cana-de-açúcar, que dominamos. Mas a negociação sobre o tema serviços, que seria a contrapartida dos países em desenvolvimento à abertura dos mercados internacionais para os produtos agrícolas, não será fácil. (...)

O simples volume de comércio nessa magnitude fez com que as agências de rating elevassem o nível do México. A chave para o crescimento sustentado do país nos próximos anos, portanto, é o comércio internacional. Uma área sensível é a de compras governamentais. Os negociadores dos Estados Unidos já haviam concordado que o compromisso da transparência seria suficiente. (...)

Esse procedimento não teria qualquer problema para o governo brasileiro, já que as informações são públicas e estão no sistema de governo eletrônico, um dos mais avançados do mundo.

Outro ponto difícil, de interesse dos Estados Unidos, era o compromisso de abrir todas as áreas às empresas estrangeiras, sem limitações. Por instrução direta do Planalto na ocasião, **esse compromisso** não foi assumido. No plano federal, alguma flexibilidade foi estudada, mas havia a intenção de usar contas públicas para exigir contrapartidas de transferência de tecnologia, ou de investimentos em algumas áreas estratégicas para o Brasil.

Todas essas questões podem voltar agora à mesa, e talvez seja mais fácil hoje do que há dois ou três anos flexibilizar alguns procedimentos, já que agora há uma proposta concreta na mesa de negociações de parceria energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada. O país também ampliou sua balança comercial e mostrou-se competitivo no comércio internacional.

Tudo vai depender do estado geral da economia mundial, depois que a turbulência das bolsas mundiais passar e ficar mais claro exatamente o que está acontecendo com os dois motores do mundo globalizado, os EUA e a China. (...). **(Merval Pereira – O Globo – 06/03/07)**

Os rótulos criados em **(15)** compreendem uma dimensão do discurso que se movimenta retrospectivamente como uma “instrução” que vai além de um suposto processo de recuperação, pois neles a ativação de objetos-de-discurso no modelo textual garante a progressão textual e a continuidade temática.

Os núcleos desses SN são nomes genéricos – **assunto, postura, procedimento, compromisso, questões** – que têm seu *status* discursivo assegurado no uso, posto que

[...] faz muita diferença examinar a palavra sozinha ou no fluxo discursivo, pois, no segundo caso, pode-se perceber que a contribuição que a palavra dá ao sentido não é um tijolo para uma construção, e sim que ele tem uma contribuição ao mesmo tempo precisa e flexível e altamente dependente do co(n)texto” (CUNHA-LIMA, 2001: 157).

O par precisão-flexibilidade aponta para uma instância subjetiva da rotulação em que o caráter preciso, nos gêneros opinativos, utiliza o rótulo como uma ferramenta que se presta “muito bem à síntese de comentários avaliativos” (CAVALCANTE, 2005: 140) e o flexível manipula o item lexical numa direção argumentativa, pois, de acordo

com propósitos argumentativos que se deseja imprimir, o significado é apreendido de uma extensa e complexa rede de relações que envolve domínios extralingüísticos na construção do sentido.

Em outras palavras,

[...] o significado se constitui a cada instância de uso da linguagem com base em um rico sistema prévio de informações, sobre vários domínios, que forma o conhecimento enciclopédico do falante e está, de algum modo, armazenado em sua memória de longo prazo. Posto de outra maneira, falante e ouvinte têm, internalizada, uma rede dinâmica de informações que lhe permitem fazer sentido das expressões lingüísticas em uso, informações essas que jamais poderiam estar totalmente associadas a uma única forma, de maneira fixa (OLIVEIRA, p.03)⁵.

Numa escala argumentativa, os rótulos destacados, no texto **(15)**, formam uma seqüência avaliativa dos segmentos anteriores que, uma vez encapsulados, processam uma posição do produtor com vistas a uma adesão ao seu ponto de vista, e a culminância desse processo recai sobre o último rótulo – **“Todas essas questões”** – como uma síntese do texto, marcando o desfecho textual com uma construção lingüística genérica, sinalizando uma abertura interpretativa por parte dos interlocutores.

“Em outras palavras, é preciso haver *intervenção no conteúdo*, tanto do enunciador, como do co-enunciador, colaborador e ‘atualizador das significações’, para que a argumentação seja entendida como uma construção dinâmica” (CORTEZ, 2003: 48).

Sob o prisma argumentativo, os rótulos, no gênero opinativo, configuram um amálgama de pontos de vista; um intercruzamento de argumentos e contra-argumentos validados pela perspectiva de interação, com objetivos de construir uma ponte referencial fundada “numa **verdade mediana**’. É uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante” (CHARAUDEAU, 2006: 187, grifo nosso) para a construção colaborativa dos sentidos.

Nessa perspectiva, o referente discursivo criado na interação – o objeto-de-discurso

⁵ Texto extraído da Internet, sob o título **Do corpo para a linguagem: o significado cognitivamente motivado** (sem o ano da divulgação). Vide Referências Bibliográficas.

– é uma simbiose entre conhecimentos partilhados e a cognição sócio-cultural. Daí, a noção de “verdade mediana”, tomando-se o conceito de verdade como um construto interativo e não uma representação especular.

Desse modo, o movimento de retrospecção (nessa temática política) constrói seus referentes e a cadeia coesiva em torno de nomes genéricos com vistas a uma estabilidade provisória do discurso que, a princípio, não estaria nem no conteúdo lexical e nem na forma sintática, mas na combinação destes com o entorno enunciativo.

O somatório desses fatores implica um enunciado em processo de atualização, mediante intervenções sociocognitivas que os falantes realizam para refinar a produção de sentido. Rompendo a barreira da Semântica Formal, a produção de sentidos via rotulação se firma sob um viés experiencial, numa dimensão sociocognitivamente motivada.

4.3 RÓTULOS DE CONTEÚDO E RÓTULOS METAENUNCIATIVOS

Em relação aos movimentos dos rótulos, o subtítulo anterior procurou dar uma visão geral da prospecção e da retrospecção em termos de subjetividade e argumentação, definindo-os como produtos de um procedimento sumarizante de grande complexidade na condução dos sentidos, em especial nos textos opinativos.

A rotulação do discurso, no entanto, não se resume a esses procedimentos; posto que a abordagem sociocognitivo-interativa da linguagem e o fenômeno da referenciação nela incluída articulam níveis diferenciados em relação à funcionalidade, operando tanto sobre o conteúdo da proposição dita ou a ser dita como também sobre o próprio discurso.

Essas particularidades, segundo Carvalho (2005:70), “organizam-se sob duas dimensões, uma delas, em que se faz referência ao conteúdo do enunciado que encapsulam, portanto, relativo ao *dictum*; e a outra, ao modo como o que se diz é dito, isto é, relativo ao *modus*”. São perspectivas diferentes de construção do

referente discursivo que preservam, no entanto, o princípio da (re)categorização como um novo enquadre (*frame*).

Desse modo, atuando sobre o '*dictum*' ou sobre o '*modus*', como rótulos de conteúdos ou metaenunciativos, respectivamente, a construção de um novo referente discursivo implica que, ao recortar um determinado ponto de vista, o produtor outorga ao leitor uma participação no projeto de dizer, uma vez que "tanto a referência quanto o contexto não se encontram previamente estabilizados, mas podem encontrar alguma forma de estabilização pela/na interação social" (BENTES; RIO, 2005: 287).

O efeito estabilizante produzido na interação, associado aos fatores de ordem sociocognitiva, leva a repensar a construção da referência sob um ângulo mais abrangente, no qual "o uso de expressões nominais permite, muitas vezes, realizar não uma sumarização e/ou categorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização e/ou avaliação da própria enunciação realizada" (KOCH; ELIAS, 2006:148).

No âmbito dos rótulos de conteúdo, as expressões nominais gravitam em torno de estratégias cognitivo-discursivas destinadas à organização dos argumentos na superfície textual. Essa função organizadora abarca um olhar sobre a cadeia referencial criada no interior do próprio discurso, cujos domínios comprovam "a relação íntima entre seleção lexical e progressão referencial por meio de (re)construção de objetos-de-discurso" (KOCH, 2004: 261).

Nesse sentido, pode-se dizer que a escolha de uma unidade lexical genérica/inespecífica, nos rótulos de conteúdo, tem um valor argumentativo-coesivo que ultrapassa a sintaxe estrutural, pois articula-se num nível cognitivo-discursivo. Essa complexidade dos rótulos de conteúdo leva a crer que os possíveis referentes criados na interação têm no próprio nome-núcleo uma carga avaliativa que dispensa a presença de modificadores, embora estes possam ocorrer. Isso constitui um indício de que a baixa densidade semântica do nome inespecífico permite uma abertura para que o evento enunciativo providencie o sentido almejado.

Trata-se, portanto, de instruções argumentativas sociocognitiva e interacionalmente ancoradas, norteadas por um *frame* que recupera uma porção do texto ou do discurso. Cabe salientar que essa atividade discursiva (de recuperação) é decorrente de uma interação entre o sujeito falante e o ambiente físico-social, na qual a força argumentativa do nome-núcleo inespecífico, investido de uma pseudo-neutralidade, ultrapassa os liames da coesão-coerência.

No exemplo a seguir, (16), a escolha do nome-núcleo confere ao discurso um “aparente efeito” de objetividade e estabilidade; isso talvez porque sobre o dito a atividade inferencial tenha maior ressonância entre os interlocutores, ou seja, há um consenso maior, o que não significa, contudo, que as escolhas lexicais sejam totalmente previsíveis.

(16) Ação correta, bravata inútil

O governo brasileiro agiu sob a proteção de um acordo internacional quando licenciou compulsoriamente duas patentes do Efavirenz, um medicamento usado no tratamento da aids. Com **essa medida**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu caminho tanto para a importação de um genérico produzido por laboratórios indianos quanto para a fabricação do remédio no Brasil (...). **(Editorial - O Estado de S. Paulo - 08/05/2007)**

Embora o produtor/articulista pudesse fazer outras escolhas lexicais, o efeito argumentativo da sumarização recai sobre a atuação do nome inespecífico que, apesar da baixa densidade semântica, produz sentido na/pela “interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos” (MARCUSCHI, 2001:43).

Nessa convergência, o termo **medida** parece indicar uma decisão arrojada por parte do governo que, por força das pressões sociais que reivindicam uma postura mais enérgica do poder público em relação à saúde, precisa mostrar “pulso” em suas ações. Comprova-se, dessa maneira, que sob os limites difusos da indeterminação da língua(gem) e da opacidade da língua as (re)categorizações emanam como um construto colaborativo e transparente.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que numa negociação discursiva, a linguagem, não se resume, usando os termos de Mondada & Dubois (1995), a uma

“panacéia subjetiva”, pois o sentido atribuído às expressões nominais tem força argumentativa inscrita no âmbito dos conhecimentos enciclopédico e partilhado, além da memória discursiva inscrita nos processos de nominalização/rotulação. Esses princípios denotam que a linguagem é subjacente aos demais processos cognitivos que, uma vez somados – memória, atenção, percepção -, deflagram os sentidos possíveis nas mais diversas cenas enunciativas.

Portanto, sob a rubrica de um “*continuum* discursivo”, pode-se assinalar que, no intercâmbio discursivo, a assimetria opacidade *versus* transparência pode ser explicada, segundo Jubran (2005:300), pela multiplicidade de “nuanças significativas da palavra” que se efetuam “nos meandros de sentidos possíveis em um ponto do texto”, em que vale a pena sublinhar que

[...] se as línguas são indeterminadas, há **um espaço enunciativo de reflexividade e subjetividade** que se constitui nas situações interativas de diversas práticas humanas, mas também no trabalho – tanto expressivo quanto interpretativo – levado a cabo pelos sujeitos com e sobre a linguagem (MORATO, 2001: 57, grifos nossos).

No quadro geral da rotulação como estratégia interativa de criação de referentes discursivos, foram abordadas até aqui as relações de movimento – prospecção e retroação – e as especificidades discursivas dos rótulos de conteúdo, porém o escopo teórico não se esgota nessas modalidades, pois, nas entrelinhas da abordagem de Francis (1994/2003), há uma abertura para que se examinem também as ocorrências de rótulos metafóricos, na maioria das vezes rótulos de conteúdo.

Essa abertura foi muito bem apontada por Koch (2004) como uma estratégia eficaz no processo argumentativo, já que possui “[...] o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões” (KOCH, 2004: 256) como os demais rótulos, porém com a ressalva de serem um objeto discursivo gerado num domínio conceitual e não na transposição de domínios, como normalmente ocorre nos processos metafóricos.

Desse modo, à luz dos preceitos sociointeracionistas da linguagem, a rotulação metafórica vai além de “um simples fenômeno lingüístico de natureza semântica” (MARCUSCHI, 2000: 73), pois, ao que tudo indica, no exercício criativo da linguagem, a metáfora se presta, a criar um domínio conceitual “à margem do instituído”, em que a noção de criatividade dos indivíduos sai do arcabouço chomskiano.

Na verdade, ela poderia ser tida como ponto de apoio para uma análise da capacidade criativa espontânea do indivíduo, sendo então, apenas do ponto de vista *operacional*, uma transposição de significado, mas, do ponto de vista genético e psicológico, ela seria a criação de novos universos de conhecimento. Criaria, pois, uma realidade nova (MARCUSCHI, 2000:75).

Pela concepção de linguagem sociointeracionista, pode-se dizer que os processos metafóricos presentes na rotulação são impulsionados também pelo *princípio da escassez da forma lingüística*, cuja manifestação se dá pela “[...] subdeterminação do significado pelo significante”, defendido por Salomão (1999: 66) em seus estudos acerca da hipótese sociocognitiva da linguagem.

Tangenciando os aspectos sociocognitivos da linguagem em que se problematiza, entre outros pontos, “onde termina a linguagem e onde começa o contexto”, pode-se dizer que as

[...] as categorias cognitivas (as “formas de conhecimento”) são, pois, **enquadramentos sobre bases informacionais** (físicas ou culturais), segundo restrições postas pela nossa herança filogenética e suscitadas segundo nossa necessidades vividas. **A estabilidade** (o grau de “realidade objetiva”) reivindicada para esses enquadres deriva do **consenso social** que se possa estabelecer sobre eles (SALOMÃO, 1999: 74, grifos e aspas da autora).

Seguindo de perto essa trilha, mas tendo como bússola o sociointeracionismo, leia-se o exemplo (não numerado) de Koch (2004:256-257):

Somos todos assassinos

A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc. Como peça de resistência **nessa ladainha requentada de banalidades** que ouvimos todas às vezes que um fato trágico como esse se repete, ressurgem a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpétua e pena de morte. [...] De nada nos adiantam essas proclamações indignadas e essas propostas de aumento de pena, que acabariam, isso sim, por distorcer o nosso

sistema penal. Não queremos uma legislação do pânico. Esperamos por ações que substituam **essas tristes e repetitivas exortações vazias**. A sociedade precisa se mobilizar em torno dos objetivos corretos. Vamos aproveitar **essa maré de indignação e horror** para exigir dos governos, em todas as esferas, medidas e providências concretas (grifos de Koch).
(Marcio Thomaz Bastos - Folha de São Paulo – 22/01/2002)

Nos rótulos destacados pela autora, o processamento metafórico cria domínios conceituais pertinentes a um esquema de representação pautado no extralingüístico, o qual escapa à “concepção aristotélica de metáfora como ‘transposição do significado’” (MARCUSCHI, 2000: 80), mas encontra eco na interação sociocognitivamente situada.

O primeiro rótulo grifado por Koch - **“nessa ladainha”**- remonta a um campo semântico de repetições vãs que junto com o adjetivo “requentada” produz o sentido de uma lengalenga enfadonha, pois o que se discute, longe de ser uma proposta concreta para redução da violência, são *banalidades*. “Ladainha” constitui, portanto, um domínio conceitual – *enquadre* – que encaminhará o processo argumentativo subsequente e a progressão textual.

No segundo rótulo - **“essas tristes e repetitivas exortações vazias”** – a noção de repetição se presentifica como algo esvaziado de sentido e o empacotamento das informações-suporte recai sobre as discussões acerca de possíveis mudanças na legislação penal, mencionadas apenas quando surge uma barbárie e logo depois esquecidas. Mais uma vez, tem-se um rótulo metafórico cuja força argumentativa centra-se no binômio repetição-vazio como forma de desqualificar o discurso daqueles que se limitam a *proclamações indignadas*.

O terceiro rótulo da série – **“essa maré de indignação e horror”** – fecha o ciclo de repetições centrado num nome que por si só denota um vaivém contínuo – *maré*. Embora essa palavra pudesse ser interpretada como uma fase (um momento), a força argumentativa está muito mais relacionada com o círculo vicioso de impunidades e de discursos repetitivos e vazios.

Assim, situada no quadro da indeterminação da linguagem, a rotulação metafórica constitui um processo de construção de referentes discursivos por categorização, em

que o sentido procede de propriedades interacionais criadas pelo sistema conceptual humano.

O próximo exemplo (17), embora não tenha a mesma densidade metafórica que o exemplo apontado por Koch (2004), é rico em argumentos irônicos:

(17) Dialeto único

A partir de janeiro de 2008, Brasil, Portugal e demais nações lusófonas terão a ortografia unificada. Querem empalhar um idioma vivo, dinâmico e em constante mutação. Pretendem acabar de vez com “a última flor do Lácio” e pôr em seu lugar um “dialeto único”; uma bombástica manifestação do melancólico pendor ibero-latino pelo centralismo burro, quando o mundo desenvolvido está a demonstrar que não há progresso sem descentralização. Vale a tese rodrigiana da revolução dos idiotas que se descobriram em maior número e sentiram a embriaguez da onipotência numérica. Segundo Nelson, “o grito, a ênfase, o gesto, o punho cerrado, estão com os idiotas de ambos os sexos”.

Tal projeto só é possível no papel, na teoria; porque, na prática, duvidamos que a empreitada tenha êxito sequer dentro do Brasil, onde o fraseado, a fonética e a inflexão apresentam distinções de uma região para outra com visos de línguas diferentes. Um estrangeiro, neófito no idioma de Machado, certamente haveria de pensar que o piauiense e o gaúcho empregam vernáculos conflitantes.

O argumento usado em apoio a **essa sandice** é grotesco, raiando pelo cretinismo. Alegam que as diferentes ortografias atrapalham a divulgação e a prática do idioma em eventos internacionais. Se isto é verdade, por que então o inglês, o francês e o espanhol não padecem dessa inconveniência? O inglês difere muito de um país anglófono para outro, até mesmo na estrutura, e ninguém parece se importar com isso, porque, naturalmente, não existe problema algum. Os dicionários registram todas as grafias e pronúncias usadas, cada um fala ou escreve como quer, e todos se entendem. Os Estados Unidos, aquela potência, nem possuem um idioma oficial. Vão reformar o quê?

Afirmam que a medida facilitará a definição de critérios para exames e certificados destinados a estrangeiros. **Tamanha asneira** nem merece comentário, porquanto tal dificuldade não ocorre em outros países. A Bélgica, por exemplo, com duas línguas, o flamengo e o francês, ainda não reclamou de inadequações desse tipo. E o que dizer da Suíça com seus cantões de falas diversas e com aquela organização impecável?

As alterações pretendidas são, mais uma vez, inócuas e irrelevantes. Muita gente ainda escreve com absoluta correção, sustentada no vocabulário de 1943; não movem uma palha, fora de livros e periódicos, para adotar a reforma ortográfica de 1971. Enfim, os imortais da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa, em vez de produzir livros bem escritos, promover uma boa educação e, com eficácia, estimular o sagrado gosto pela leitura, decidiram realizar **essa parvoíce normativa**; a terceira no Brasil e a quarta em Portugal em menos de um século. Seria mais coerente, mais simples, preservar as grafias atuais, que mal não fazem a ninguém, e possibilitar a aprendizagem das formas existentes pelos usuários do português; elas não diferem tanto assim.

É realmente constrangedor verificar que nossa língua é a única que vem sendo regulamentada a torto e a direito através dos tempos. A única

mudança que realmente faz algum sentido é a reinclusão das letras "k", "w" e "y", o que já deveria ter sido feito há muito tempo, embora sem qualquer necessidade de unificação ou consulta à Metrópole. Nada mais se vislumbra de útil ou relevante no embasamento comum do português falado no Brasil e em Portugal.

A reforma ortográfica é inoportuna, rebarbativa e mais perniciosa do que benéfica. A nova ortografia não cumpre o efeito desejado da padronização da língua; nenhuma assembléia de gramaticões jamais conseguirá tal façanha em volta de uma mesa, a portas fechadas, tendo como fonte de consulta somente idéias próprias. É intolerável. Todos somos afetados. Uma reforma ortográfica só teria legitimidade por referendo popular. Especialmente quem escreve, quem tem o idioma como ferramenta principal, deveria usufruir o direito singelo de opinar. Será que a maioria da população concorda com **essa imensa lambança?** (Antonio Sepúlveda – **Jornal do Brasil – 27/08/07**)

Posicionando-se de forma enfática contra toda espécie de centralismo, o articulista desencadeia uma série de ataques aos defensores/adeptos do projeto de mudança / uniformização da língua portuguesa. O eixo argumentativo foca os pontos falhos da proposta de padronização da língua e contra-argumenta por comparação com outras línguas e defendendo o direito do usuário que toma a língua como ferramenta de trabalho (escritores).

Traçando uma ponte entre o conceito de retórica como a arte de persuadir, defendido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), e a rotulação metafórica como estratégia argumentativa, observa-se que o articulista buscou um auditório universal para provocar uma “adesão dos espíritos”, já que o texto – artigo opinativo – é um projeto de dizer amplo e irrestrito quanto ao auditório-leitor, além de instigar a reflexão nos falantes da língua portuguesa.

Para convencer o auditório, a linha argumentativa empreendida envereda pelo discurso de conhecimento: mostra o percurso histórico da língua portuguesa, utiliza metonímia – *a última flor do Lácio* -, apela para os aforismos rodriguianos e, enfim, procura desqualificar o projeto pela reiteração argumentativa em torno de um mesmo eixo semântico.

Para sustentar sua argumentação, o articulista faz um jogo de sobreposição com os rótulos metafóricos, buscando estabelecer uma gradação argumentativa que, pela estratégia da repetição – do tipo “bater na mesma tecla” -, explora subjetivamente as potencialidades da língua na criação dos objetos-de-discurso. Essa estratégia

argumentativa explora o fato de que a repetição e a “acumulação de relatos, mesmo contraditórios, sobre um dado sujeito pode suscitar a idéia de importância” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002: 164).

Na seqüência de rótulos, o primeiro – **“Tal projeto”**, surge após uma descrição sumária a respeito de que “ a partir de janeiro de 2008, Brasil, Portugal e demais nações lusófonas terão a ortografia unificada”, sem que se tenha mencionado anteriormente a existência de um projeto dessa natureza. Observa-se que o rótulo em evidência pressupõe que o leitor já saiba que se trata de um projeto de lei e a escolha do demonstrativo *tal* - anteposto ao substantivo – tende a desqualificar a suposta importância do projeto.

Adiante, o rótulo **“essa sandice”** situa-se na fronteira retrospectiva, quando se refere ao projeto em si, e prospectiva quando arrola os argumentos tidos como favoráveis ao processo de unificação: as diferenças ortográficas que atrapalham a divulgação do idioma em eventos internacionais. O articulista lança mão de um rótulo metafórico que remete ao campo semântico da tolice, idiotice como argumento para desqualificar a intenção daqueles que desejam levar a cabo “tal projeto”.

No percurso discursivo-argumentativo, o articulista procura convencer o seu interlocutor com “argumentos baseados na estrutura do real” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002: 258). Para tanto se utiliza de analogias, enfatizando as variações do inglês, francês e espanhol; e, ao ignorar que “a medida facilitará a definição de critérios para exames e certificados destinados a estrangeiros”, empacota toda a proposição no rótulo **“tamanha asneira”** que, talvez para não usar *burrice* por receio de parecer um mau usuário do vernáculo, redireciona a significação para o campo semântico da bobagem, tolice, despropósito, atitude de um asno.

A seguir, o rótulo **“essa parvoíce normativa”** sumariza o projeto como um todo, pois em sua realização por força de lei, o projeto já se mostra destinado ao fracasso, já que conter a língua numa camisa de força normativa é uma atitude parva, mesmo porque, “as alterações pretendidas são, mais uma vez, inócuas e irrelevantes”.

O último rótulo da série – “**essa imensa lambança**” – procura desqualificar todo o processo, pois a metáfora da lambança está impregnada de sentidos negativos, visto que se refere a um serviço malfeito, próprio de quem não tem conhecimento suficiente para fazê-lo, porque se o tivesse saberia de antemão que uma “nova ortografia não cumpre o efeito desejado da padronização da língua; nenhuma assembleia de gramaticões jamais conseguirá tal façanha em volta de uma mesa, a portas fechadas, tendo como fonte de consulta somente idéias próprias”.

Alinhando discussões filosóficas acerca das potencialidades argumentativas das metáforas, Ilari (2003: 70) ressalta aspectos que convergem para a definição de rótulos metafóricos como estratégia sociocognitiva de criação de objetos-de-discurso, posto que

[...] por mais que Platão, assustado com o poder da metáfora, tenha expulsado os poetas da república das letras, dando a entender que a metáfora serve a objetivos incompatíveis com a conduta racional; por mais que Aristóteles tenha ensinado que se deve ver a metáfora como um meio extratécnico de argumentar e persuadir, o que levou a descrevê-la como mero ornamento de expressão, a metáfora é, acima de tudo, **uma operação cognitiva** (grifo nosso).

A partir dessas premissas, confirma-se que a concepção sociocognitivo-interacional da linguagem se presentifica nos rótulos metafóricos como domínio discursivo de acentuado teor argumentativo. Outro ponto que chama a atenção nos rótulos metafóricos abordados aqui é a incidência do determinante demonstrativo que, além de direcionar o olhar do leitor para um ponto de vista específico – da enunciação ou do co-texto -, abre espaço para uma investigação acerca dos tênues limites que separam e atravessam os processos fóricos na rotulação: endofóricos (anáfora e catáfora) e exofóricos (dêiticos). Esse aspecto da pesquisa ficará delineado no capítulo seguinte.

Na esteira dos conceitos de indeterminação da língua, o escopo teórico da rotulação abarca uma dimensão metaenunciativa que ressalta o caráter “meta” dos rótulos como uma operação especializada em condensar uma proposição ou um segmento textual sob a ótica de um ponto de vista criado sob o efeito da enunciação. Ou seja, no “aqui” e “agora” que o enunciador produz o seu enunciado, a expressão rotuladora dobra-se sobre o próprio enunciado rotulado.

Francis (1994/2003) estabelece que a função dos rótulos metaenunciativos é classificar uma extensão do discurso como um tipo particular de linguagem e para sistematizar essa particularidade propõe distribuir/classificar as rotulações metaenunciativas em:

- a) nomes “ilocucionários”;
- b) nomes de “atividades languageiras”;
- c) nomes de “processo mental”
- d) nomes de “textos”.

Um olhar mais atento sobre essa sistematização postulada por Francis (1994/2003) reforça a premissa da indeterminação da linguagem e ao mesmo tempo evoca os princípios de linguagem como *atividade constitutiva*: “a atividade lingüística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade.” (ILARI, 2003:71). Sob essa premissa, proceder-se-á ao exame dos rótulos metaenunciativos, segundo o quadro exposto acima.

a) Rótulos de atos ilocucionários

Os limites e alcances definidos pela Teoria dos Atos de Fala (1990) dão conta de estabelecer que “todo dizer é um fazer” e, portanto, as ações humanas são mediadas pela linguagem. Por essa trilha, John L. Austin define os atos de fala em três categorias: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Essas categorias formam os vetores da visão performativa da linguagem.

Por essa categoria de rótulos – nomes “ilocucionários”, entende-se que a relação entre o conteúdo proposicional e o nome que o rotula dobra-se sobre si mesmo como um “dizer-fazer”. Como se tratam de nomes com a mesma raiz léxica de verbos cognatos, tais “rótulos são, portanto, nominalizações de ações verbais” (CARVALHO, 2005: 67).

O caráter meta nos nomes ilocucionários – *ordem, pedido, promessa, conselho, acusação, aviso, reivindicação, asserção, resposta, revelação, declaração, sugestão,*

advertência, crítica, proposta, afirmação, negação, autorização, etc.- faz o enunciado operar uma seqüência no dizer/fazer, pois o nome dito ou a ser dito dobra-se sobre o conteúdo da ação verbal, conforme atestam os exemplos abaixo:

(18) Luz e escuridão

Para saber cada vez menos a pessoa tem de aprender cada vez mais. **A frase** é um contra-senso. Mas faz parte da lição de quem deseja conhecer o Brasil. Caso não concorde com **a afirmação**, resta a inversão do conhecido conceito de geometria analítica elementar: nos nossos trópicos tupiniquins, a menor distância entre dois pontos é uma curva, não uma reta. Vejamos. **(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo – 11/06/07)**

No texto acima, o rótulo **“A frase”** sumariza a proposição anterior tida como uma verdade proverbial; inconteste, portanto, do ponto de vista dialógico, uma vez que o provérbio, segundo Rocha (1995:69), veicula uma noção estereotípica situada num domínio de “um outro” que emerge na interação; já o rótulo seguinte - **“a afirmação”** – tem na força ilocucionária sua auto-suficiência argumentativa. Neste caso, o rótulo é uma condensação sobre uma sobreposição de já-ditos: a porção do texto encapsulada e o dito popular (o provérbio), o que o torna altamente argumentativo, pelo fato de que

[...] a organização dos dados com vistas à argumentação consiste não só na interpretação deles, no significado que se lhes concede, mas também na apresentação de certos aspectos desses dados, graças aos acordos subjacentes na linguagem que é utilizada (PERELMAN; TYTECA, 2002 :143).

Em **(19)**, tem-se o mesmo nome-núcleo – afirmação – no primeiro rótulo - **“A afirmação peremptória do ministro”** -, porém acrescidos de modificadores que atuam na intensificação da argumentação, direcionando o ponto de vista do leitor para o ângulo de observação do articulista: uma declaração decisiva, enfática.

No segundo rótulo – **“tal declaração catastrofista”** – o potencial discursivo-argumentativo recai sobre a conjugação harmônica das escolhas do determinante, do nome e do modificador que denunciam, neste caso, a não-funcionalidade como característica do governo Lula. Tal característica nefasta permite que o ministro faça declarações *sem contexto com a realidade*.

(19) “Estaremos perdidos”

A frase-síntese do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi captada pelo jornalista Guilherme Barros, ontem na Folha, ao reproduzir

uma fala importante do ministro da Fazenda, Guido Mantega: "Se o país não crescer a 5%, todos estaremos perdidos".

A afirmação peremptória do ministro é uma demonstração lapidar de como funciona -ou não funciona- o governo Lula. Previsões sem conexão com a realidade são produzidas sem a menor preocupação com os seus efeitos.

Não é certo, mas é possível que Guido Mantega saiba que não "estaremos perdidos" se o país não crescer a 5%. Por que então um ministro de Estado produz **tal declaração catastrofista?** (Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – 24/01/07).

b) Rótulos de atividades languageiras

Segundo Francis (1994/2003: 206), são “nomes que se referem a alguns tipos de atividade languageira ou aos resultados disto. São similares aos nomes ilocucionários, mas não têm verbos ilocucionários cognatos (embora possam ter).”

Enquadrados num tipo de categorização como resultante de determinado tipo de operação cognitivo-discursiva, esses rótulos fornecem uma diretriz argumentativa não-fossilizada, pois recategorizam o enunciado sob a égide de uma apreciação sociocognitiva e interativamente situada. Nas palavras de Morato (2004: 317), o que se pode dizer da linguagem é que “ela é uma ação humana (ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma etc.) na mesma proporção em que podemos dizer da ação humana que ela atua também *sobre a linguagem*” (grifo da autora).

Esse atuar sobre a linguagem pode ser ilustrado no exemplo a seguir **(20)**, em que o articulista promove uma reflexão em torno das dicotomias entre os meios urbano e rural, relacionando questões pertinentes à qualidade de vida, a partir de um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU.

O ponto de ancoragem dessa abordagem situa-se no entremeio das disparidades encontradas no setor da habitação. Essa problemática, reflexo de uma política relapsa em relação ao *desenvolvimento urbano sustentado*, sequer chega a ser ventilada como pauta da campanha eleitoral brasileira.

No plano discursivo-argumentativo, o rótulo, “**essa discussão**”, condensa as informações precedentes sobre a não-discussão da questão do *desenvolvimento*

urbano sustentado, que abarca não só moradia, como também a educação de qualidade. A escolha desse nome-núcleo tem relevância organizacional e discursiva por “fechar” um ciclo de questões pouco (ou quase nada) discutidas.

(20) A cidade condenada

O relatório das Nações Unidas sobre o "Estado das Cidades do Mundo", divulgado esta semana, acaba condenando São Paulo, sem mencioná-la especificamente, nos seus dois extremos, os Alphavilles e os Jardins Ângela. Serve também para outras grandes cidades brasileiras.

Sobre os condomínios fechados, diz: "No mundo todo, os ricos criaram uma arquitetura de medo, ao se retraírem para encaves residencial fortificados", que "contrariam os princípios do desenvolvimento urbano sustentado".

Sobre as favelas, o relatório lembra que seus habitantes morrem mais cedo até do que os pobres das áreas rurais, em geral considerados os pobres entre os pobres. Além disso, são os mais afetados por desastres naturais e "têm menos acesso à educação".

Aqui reside o ponto-chave. Programas assistenciais, como o Bolsa-Família, são necessários porque não tem o menor cabimento deixar populações pobres morrerem de fome. Mas nem sequer tangenciam o problema dos pobres urbanos, que são a maioria, mas que não correm o risco de morrer de fome.

Mais ainda do que para os pobres rurais, para os urbanos a inclusão social passa por outras vertentes, em parte mencionadas no relatório das ONU. Passa por educação de qualidade ao menos razoável, que as escolas públicas não estão oferecendo, ainda que abram vagas para todos ou quase todos.

Passa por habitação, passa por segurança pública, passa por atendimento à saúde (mais necessário ainda pelas precárias condições sanitárias das favelas) e passa por emprego e renda.

Ou, se se preferir um rótulo que resume tudo, passa por "desenvolvimento urbano sustentado".

Pena que **essa discussão** está, até agora, longe da campanha eleitoral brasileira. **(Clovis Rossi – Folha de São Paulo – 18/06/06)**

O elenco de expressões que poderiam figurar como “de atividades languageiras” – *esse debate, esse tema, essas considerações, essas colocações* – oferece diferentes possibilidades argumentativas, pois, dependendo do auditório-destinatário e da intenção persuasiva, a escolha do nome-núcleo pode ter um grau maior ou menor de engajamento.

O nome “discussão” concentra força argumentativa na estratégia dialógica, posto que convoca o leitor a se posicionar em relação às propostas dos candidatos; da mesma forma, o nome “debate” não seria uma escolha neutra. No entanto, se a seleção do núcleo do SN fosse “tema” o apelo argumentativo seria atenuado.

O ápice da argumentação, nesse exemplo, reside na técnica de apresentação dos dados e o nível intersubjetivo situa-se no âmbito interpretativo, posto que

[...] uma apresentação eficaz, que impressiona a consciência dos ouvintes, é essencial não só em toda argumentação visando à ação imediata, mas também naquele a que visa a orientar o espírito de uma certa forma, a fazer que prevaleçam certos esquemas interpretativos, a inserir os elementos de acordo num contexto que os torne significativos e lhes confira o lugar que lhe compete num conjunto (PERELMAN; TYTECA, 2002 :161).

c) Rótulos de atividades mentais

Partindo da premissa de que o “mundo da cognição é espelhado no mundo do discurso, e as visões e opiniões que defendemos são freqüentemente vistas em termos do modo como são expressas” (FRANCIS, 1994/2003: 209), pode-se dizer que nomes como *crença*, *idéia*, *atitude*, *dúvida*, *hipótese* etc. refletem, quando usados como núcleos de rótulos, muitas vezes, uma avaliação processada na esfera cognitiva; não tendo, *a priori*, um laço léxico-semântico com o enunciado encapsulado.

São construções com claras tendências manipuladoras, envolvendo, segundo Zamponi (2003:215), o leitor num processo de interpretação da expressão referencial, como se vê em **(21)**:

(21) Armas e armadilhas

BRASÍLIA - Lula faz malabarismos para tirar o escândalo do dossiê da pauta e botar no lugar o que seria uma espécie de furor privatizante dos tucanos. Ele, os petistas e seus aliados, não param de ameaçar com o lobo mau tucano, que vai engolir e privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a CEF e todos esses feudos do PT.

O povão do Bolsa Família não está nem aí, mas engenheiros, geólogos, bancários e a classe média ainda indecisa no segundo turno estão "com medo" -para ressuscitar, às avessas, o discurso da eleição de 2002. Medo de Alckmin, eleito, sair privatizando freneticamente.

A dúvida é: se a "esquerda" tem uma política de ocupação das estatais, e se a "direita" quer privatizar tudo, para onde correr? Ponto para a estratégia petista, que aparentemente estancou o movimento de indecisos e desconfiados rumo a Alckmin nas últimas semanas do primeiro turno, no mínimo para forçar o segundo turno. (...). **(Eliane Castanhêde – Folha de São Paulo – 17/10/06)**

A ênfase argumentativa desse rótulo está associada a aspectos polêmicos do debate político acerca dos prós e contras da privatização de empresas estatais. No elenco de argumentos e contra-argumentos, situam-se diferentes categorias de eleitores; cada um com uma visão corporativista própria, o que já é suficiente para disseminar *dúvidas*. Assim, o rótulo "**A dúvida**" reúne o caráter metaenunciativo de um nome de processo mental e recai sobre o panorama de incertezas do cenário político. Trata-se de um diálogo entre o contexto enunciativo e unidade léxica.

No exemplo **(22)**, a precisão argumentativa tem na construção do rótulo "**a idéia**" indícios de uma manipulação por parte do articulista, pois é na vagueza do termo "idéia", que nem afirma e nem nega um *movimento de rejeição à entrada da Venezuela no Mercosul*, que se confirma o eixo argumentativo centrado na noção de indefinidade; aliás, fato corriqueiro em se tratando da instável integração da América Latina. Trata-se de uma estratégia que visa a provocar a adesão do leitor ao percurso discursivo empreendido pelo articulista.

(22) Contra Chávez, um Mercosul

Há um movimento de rejeição à entrada da Venezuela no Mercosul em gestação no Congresso. Evidentemente, **a idéia** saiu dos partidos de oposição ao governo de esquerda do PT. A razão imediata envolve a cassação da concessão que há 50 anos mantinha em operação a RCTV, a mais popular emissora de tevê do país. Vale lembrar, a medida foi justificada pelo "apoio" dado pela emissora aos golpistas que tentaram demover Hugo Chávez do poder em 2000. (...) **(Editorial – Jornal do Brasil – 14/06/07)**

d) Rótulos de nomes de textos

No quadro teórico sistematizado por Francis (1994/2003: 210), a rotulação por meio de nomes de textos refere-se "à estrutura textual formal do discurso. Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do discurso precedente, cujos limites precisos eles definem".

A relevância dos nomes nucleares, deste tipo de rótulos, está na metalinguagem dos termos relacionados à composição da estrutura textual, tais como: *frase, palavras, citação, passagem, trecho, parágrafo, termo*.

O exemplo a seguir é ilustrativo dessa categoria de rótulos que, embora não demande uma interpretação mais complexa, possui na metalinguagem o cerne da argumentação sociocognitivamente situada. A estratégia metaenunciativa, nesse exemplo, sumariza uma porção textual de um discurso alheio, estabelecendo um diálogo com um já-dito historicamente situado.

(23) Nós, os idiotas

“Curva a cabeça, sicambro! Adora o que queimaste e queima o que adoraste.” Segundo uma narrativa medieval, **essas palavras de Remigius**, bispo de Reims, assinalaram a conversão de Clóvis ao catolicismo, em 498, e a fundação mítica da França. O rei dos francos abjurou suas convicções pagãs em nome da unidade dos seus súditos e da vitória na guerra. Ele se converteu, não se vendeu. Na sua posse como ministro, amanhã, Roberto Mangabeira Unger queimará o que escreveu em 2005, quando, numa versão de qualidade inferior do J’Accuse, de Émile Zola, classificou o governo Lula como “o mais corrupto” da história do País e clamou pelo impeachment do presidente. O intelectual de Harvard começou a se converter à adoração de Lula seis meses depois de publicar seu libelo e, agora, completa o ato de contrição, ofertando desculpas ao homem que lhe concede um cargo. (...). **(Demétrio Magnoli - O Estado de São Paulo - 03/05/2007)**

5 A ROTULAÇÃO E A QUESTÃO DA DÊIXIS: POR UMA ABORDAGEM HÍBRIDA

5.1 DA MOSTRAÇÃO À REFERENCIAÇÃO

*O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome
e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo*

Gabriel García Marquez

O mundo fantástico maravilhoso criado em Macondo – povoado idealizado à *margem de um rio de águas diáfanas* -, por Gabriel García Márquez, tem a sua descrição pontuada pela atitude gestual. Lá estava a gênese da vida e a concepção de referir tinha sua força interativa no gesto, eternizando na memória *daquela* longínqua civilização a relação do eu-enunciador com o tempo e com o espaço. E *aquele* mundo tão distante vivia *se acabando a cada minuto mas sem acabar de se acabar nunca*, porque, embora carecesse de uma exatidão verbal, o vivido e o “vivenciável” tinha no ato de apontar a prevalência sobre os nomes e as coisas.

Tomando por empréstimo essas considerações e transportando-as para o mundo real, da linguagem posta em uso, por sujeitos que constroem suas redes de sentido por uma motivação sociocognitiva, considera-se que definir o papel da dêixis seja, segundo Lahud (1979), uma “investigação arqueológica”, uma vez que “a existência de dêiticos na língua impõe à organização de experiência vivida” (LAHUD, 1979: 42).

Diante dessa exposição preliminar, cumpre situar o escopo teórico que sustenta este capítulo, à luz dos processos “fóricos” – endofóricos (anáfora e catáfora) e exofóricos (deixis) – como indicadores de subjetividade, tanto da referência textual como da referência discursivo-enunciativa, respectivamente.

Os processos endofóricos, embora sejam de elevado potencial discursivo-argumentativo de base sociocognitivo interacional, como já foi explanado nos capítulos anteriores, encontram-se mais no horizonte lingüístico-coesivo, já que recorrem a proposições difusas anteriores (anáfora) e posteriores (catáfora) como instrução para criar um referente cotextualmente ancorado – intratextual.

No entanto, em relação à referência situacional, exófora, tem-se a questão dos dêiticos como articuladores discursivo-argumentativos extratextuais cuja significação

[...] deve fornecer uma indicação que permita a identificação, o isolamento do objeto denotado, mas que seja de tal ordem que o conhecimento das **circunstâncias discursivas** torne-se uma condição necessária para a determinação exata desse singular (LAHUD, 1979: 68, grifos nossos).

A partir da citação acima e do excerto negrito, fica evidente que o fenômeno da dêixis é tributário das cenas enunciativas; logo, no caso da referência situacional, há uma “fluidez” na significação que só encontra resolução no discurso. Corroborando essa assertiva e para melhor esclarecer o estatuto da dêixis, Cavalcante (2005), numa interpretação de Filmore (1971), faz a seguinte ressalva:

[...] os dêiticos só podem ser interpretados quando as sentenças em que ocorrem são compreendidas como ancoradas em algum contexto social definido de modo a identificar os participantes da enunciação e sua “localização” – ainda que, por vezes, muito vaga e subjetiva, acrescentamos – durante ato comunicativo realizado (CAVALCANTE, 2005: 147).

Desse modo, os dêiticos podem ser abordados no entremeio das “palavras com significação constante e referência variável” (LAHUD, 1979: 84), constituindo, pois, um domínio enunciativo, ativado pelo papel dos interlocutores como parceiros na construção do sentido que se pretende dar ao enunciado.

Esses domínios, no quadro teórico geral dos processos de referenciação, criam instâncias discursivas diferenciadas, pois a rotulação no discurso, enquanto estratégia argumentativa abarca os fenômenos da anáfora (com demonstrativo dêitico) - acessibilidade cotextualmente ancorada - e da dêixis – acessibilidade contextualmente ancorada na enunciação.

Nesse sentido, os dêiticos em sua acepção demonstrativa – os pronomes demonstrativos como determinantes dos rótulos – compreendem uma dimensão semântico-sintática de ancoragem cotextual, em que a escolha do determinante demonstrativo se dá, de acordo com (APOTHÉLOZ; CHANET, 2003:144), quando este “opera uma recategorização mais ou menos metafórica do processo, ou comporta uma conotação axiológica evidente”, portanto “a tendência é para o demonstrativo

todas as vezes que o substantivo escolhido requalifica de maneira pouco predizível seu objeto”.

Para melhor compreensão desses processos, retomando o exemplo (11) tem-se uma visão ilustrativa das considerações propostas acima. Leia-se:

Lula se enrosca na língua

SÃO PAULO - Os noticiários on-line atribuem a seguinte frase ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa "Roda Viva", que foi ao ar ontem mesmo, a propósito do afastamento de Ricardo Berzoini da coordenação de sua campanha:

"Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: eu quero saber quem fez **essa burrice** para não usar a palavra que estou pensando agora. Você, como presidente do partido, tem obrigação de dar uma resposta à sociedade. Ele não deu [a resposta], eu o afastei da coordenação da campanha".

Quer dizer então que o presidente de um partido tem obrigação de saber quem fez "**essa burrice**" (mais que "burrice", tem toda a pinta de ser crime eleitoral) e o presidente da República (também presidente de honra do partido) não tem a obrigação de saber de nada?

Lula usou à exaustão o argumento de que nem em família o pai, se está na sala, pode saber o que se passa na cozinha (ou qualquer outra dependência). Aí, de duas uma: ou o argumento vale também para Berzoini ou, se não vale, não serve para proteger Lula.

É óbvio, mas se torna obrigatório dizer: o presidente da República tem à mão instrumentos muito mais potentes do que o presidente de um partido (qualquer partido) para averiguar quem fez "**essa burrice**" (e os demais crimes de que o PT é acusado, a ponto de sua cúpula ter sido chamada de "organização criminosa" pelo procurador-geral da República).

No entanto, o presidente sistematicamente nega à sociedade as informações que acha que Berzoini tinha obrigação de dar. Diz que foi traído (no episódio do mensalão), mas não diz por quem.

Joga a culpa por todo o escândalo do dossiê em cima de Berzoini e dos "aloprados", como se ele próprio fosse inimputável. Lula nem precisa de opositores para se enroscar na língua. **(Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 17/10/06)**

O domínio discursivo criado em torno do SN "**essa burrice**" é acessível no contexto histórico-social compartilhado, no qual o presidente-candidato a reeleição dirige-se a um auditório conhecedor dos fatos em evidência: o suposto envolvimento de dirigentes / assessores petistas na compra de um dossiê envolvendo o candidato da oposição Geraldo Alckimin.

O teor argumentativo desse rótulo reitera o preceito de que "a dêixis é o fenômeno subjetivo por excelência" (CAVALCANTE, 2005: 141), pois se encontra num *continuum*

discursivo de idas e vindas ao contexto situacional, para que a informação seja acessada, o objeto-de-discurso criado e os propósitos argumentativos estabelecidos. Ao que tudo indica esse ir e vir parece relacionado a procedimentos intersubjetivos de construção dos sentidos a partir do alçamento de “um fora do texto”.

Portanto, em “**essa burrice**”, tem-se uma construção dêitica ancorada num contexto público específico, cuja força enunciativa repousa sobre elementos conhecidos e já veiculados na mídia. A acessibilidade é garantida pela memória discursiva e pelo conhecimento partilhado e não há um gatilho intratextual que deflagre o sentido e o

[...] referente que se recategoriza não se acha explicitado em nenhum ponto do co-texto e, no entanto, nosso conhecimento de mundo nos permite recuperá-lo e compreender a transformação que se processa no próprio instante em que o discurso é introduzido (CAVALCANTE, 2005: 130).

Diferente seria o encapsulamento anafórico se “**essa burrice**” fosse uma retomada a proposições anteriores, como se vê no exemplo (hipotético) construído a seguir:

A quebra de decoro parlamentar, associada a um esquema de corrupção sistemática, enfraqueceu a base política do governo que, desesperado para garantir a vitória nas urnas, lançou mão de acordos escusos com políticos de reputação duvidosa. **Essa burrice** foi a causa da derrota.

Nesse exemplo, o demonstrativo compõe a estrutura de um rótulo metafórico, ancorado cotextualmente, pois exige lexicalização intratextual para que o sentido seja acessado e o demonstrativo, enquanto entidade formal, marca um lugar de saliência no modelo textual – lançar mão de acordos escusos com políticos de reputação duvidosa para garantir a vitória nas urnas – para o qual o enunciador quer dirigir o olhar do enunciatário.

Essas considerações permitem abordar a referenciação num parâmetro de atualização enunciativa, em que o eu/tu no aqui agora da enunciação demarcam a subjetividade dos rótulos demonstrativos como um já-dito extra-textual. A singularidade desse processo está na relação de aproximação e/ou distanciamento espaço-temporal.

Assim, considerando que o processamento da atividade discursiva é dinâmico por natureza, não se pode desconsiderar o diálogo entre pontos de vista teóricos paralelos. E, nesse sentido, tomar-se-ão como âncora teórica dois pontos de reflexão para o estudo da dêixis discursiva na rotulação: primeiro, o postulado de que “a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada” (KOCH, 2004b: 59) e segundo que há, de acordo com Cavalcante (2002: 15), um “inevitável entrecruzamento da dêixis com as noções de referência, anáfora e correferência”.

5.2 DÊIXIS DISCURSIVA: ENTRE APONTAR E REFERIR

No decorrer desta pesquisa, buscou-se compreender o funcionamento do encapsulamento anafórico como procedimento de criação dos objetos-de-discurso. A análise focalizou a relação de retomada de proposições contidas nos segmentos precedentes (anáfora) e subseqüentes (catáfora), por meio de SNs rótulos – os objetos-de-discurso - como paráfrase resumitiva, em que a escolha do nome-núcleo define a direção argumentativa do texto e o sentido proposto para a interpretação.

A dinâmica da linguagem, no que tange à construção da referência discursiva, não se restringe apenas a um recorte endofórico – anáfora e catáfora -, pois além de haver um movimento de “buscar fora do texto” aquilo que se encontra no horizonte dos conhecimentos socioculturalmente partilhados, da relação dialógica em que se dá o aqui/agora da cena enunciativa, há um resgate da memória discursiva como coadjuvante da produção de sentidos.

Por esse prisma, tem-se uma complexa tipologia de dêixis, na qual se percebe uma imbricação dos indicadores de pessoa, tempo e espaço da enunciação. Assim, segundo Ciulla (2002: 35), “pelo fato de as expressões dêitico-discursivas sempre apontarem para um local do texto, que pode ser o próprio texto como um todo ou uma parte dele” é que se deve eleger o espaço como a noção mais relevante para resolução dos dêiticos discursivos. Veja-se:

(24) Três discursos de posse

Como a nação não é uma empresa e cidadão não é idêntico a consumidor, política não se confunde com administração. A incapacidade de distinguir uma coisa da outra foi, aliás, a causa da derrota de Geraldo Alckmin no segundo turno da eleição presidencial.

Na democracia, política é, antes de tudo, a palavra: uma visão de futuro. O presidente Lula da Silva, o governador de São Paulo, José Serra, e o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, são os líderes políticos nacionais que demarcarão os horizontes de possibilidades de 2010. Seus discursos de posse delineiam três visões distintas de futuro.

(...)

Serra alvejou a “pior combinação de juro e câmbio do mundo” e defendeu um “ativismo governamental” que não se confunde com o espectro do “poderoso Estado desenvolvimentista” do passado, mas se orienta pela promoção da cidadania, por meio da universalização dos direitos à educação, saúde e segurança pública. Política definiu, “deve ser a arte de alargar os horizontes e os limites do possível”.

Essa linguagem foi, um dia, ao menos parcialmente, a do PT. Exatamente por isso, José Dirceu, Tarso Genro e Marco Aurélio Garcia sentiram o golpe e, na falta de um dossiê, dispararam a “acusação” de que Serra ergue uma plataforma para 2010.(...). **(Demétrio Magnoli - O Estado de São Paulo – 11/01/07)**

Nas palavras de Ciulla (2002: 36), o estatuto discursivo desse rótulo tem como diferencial a “questão da referencialidade e de campo dêitico, pois um dêitico discursivo não remete ao ambiente real de comunicação, mas ao texto em si mesmo, embora pressuponha o tempo de formulação”; tem-se, portanto, uma paráfrase resumitiva com um elemento dêitico que se volta para o lugar do discurso, a partir de um posicionamento do enunciador em relação ao enunciado.

Por se tratar de um encapsulamento, a introdução do referente discursivo – “**Essa linguagem**” – no modelo textual não implica correferencialidade, pois não há um segmento no cotexto que possa sugerir uma “simetria” na significação; logo, a definição de dêixis discursiva apóia-se em

[...] sua característica de apontar no cotexto através de um elemento dêitico, seja guiando o olhar do interlocutor para um local físico do texto onde se encontra a porção de discurso visada, seja direcionando o foco de atenção do interlocutor através do encapsulamento de informações dispersas (CIULLA, 2002: 41).

No exemplo a seguir – **(25)** -, observa-se que o cotexto é insuficiente para deflagrar o sentido do objeto discursivo introduzido; no entanto, o encaminhamento do dêitico demonstrativo faz menção à enunciação.

(25) Eles são assim...

Homens de palavra, poderia se dizer, à primeira vista, **desses senadores da República** que, protegidos, embora, pelo voto secreto, ajudaram a absolver o já não mais presidente da Casa Renan Calheiros, cumprindo o despudorado acordo segundo o qual ele entregaria os anéis para salvar os dedos - o mandato do qual o Conselho de Ética do mesmo Senado duas vezes tentou despojá-lo por afronta ao decoro parlamentar. Mas nem essa variante perversa de cumprimento de um compromisso de honra foi o que de fato ocorreu quando 48 dos pares do ladino cacique alagoano preservaram a sua cadeira e os seus direitos políticos, ante 29 outros que, mal ou bem, ainda prezam a moralidade pública. Três socorreram Calheiros se abstendo. Na origem dos votos que o deixaram ""de alma lavada"" - conforme as suas palavras, em seguida à decisão que só não decepcionou os brasileiros porque de há muito não esperam nada melhor dos seus legisladores - estavam os próprios interesses dos integrantes **desse simulacro de tribunal político**. (...) (O Estado de São Paulo – Editorial – 06/12/07).

No rótulo destacado, **desses senadores da República**, verifica-se que há indícios seguros de que o discurso faz referência à situação enunciativa, pois não ocorre nem remissão pontualizada e nem retomada a proposições antecedentes ou subseqüentes, está, portanto, no quadro de uma espécie de “remissão enunciativa”, pois evoca um conhecimento partilhado socialmente. Comprova-se, portanto, que “o procedimento dêitico dos demonstrativos realiza a sinalização, para o leitor, do local onde podem ser encontrados os referentes, que, no caso, é o espaço da memória, sem qualquer remissão ao contexto” (CIULLA, 2002: 35).

Esse expediente discursivo é sistematicamente diferente do segundo rótulo – **desse simulacro de tribunal político** – que empacota todo um segmento anterior, pois, enquanto no primeiro há uma âncora contextual, os fatos relacionados com a crise parlamentar, o segundo possui uma ancoragem cotextual que implica lexicalização.

Para melhor compreensão desse fenômeno, cumpre destacar o papel dos determinantes demonstrativos na formação dos SNs rótulos, já que

[...] o demonstrativo exofórico parece unir de uma maneira mais evidente dois espaços enunciativos, o espaço do aqui e o agora do acontecimento discursivo e o espaços dos pressupostos discursivos, constituídos de já-ditos, que sustentam o discurso enquanto acontecimento (CARDOSO, 1999: 94).

Assim, o rótulo do exemplo a seguir pode ser tomado como uma instância enunciativa multifuncional: Leia-se:

(26) O verbo e o gesto

O presidente Luiz Inácio da Silva resume a interdição de uma emissora de televisão, por acaso a de maior audiência na Venezuela - o que corresponde à cassação de direitos dos efetivos e dos potenciais telespectadores - a um ato natural, tecnicamente correto até, do presidente venezuelano, Hugo Chávez.

Na entrevista que deu à Folha de S. Paulo na Alemanha, tentou conferir à ação uma normalidade que ela não tem. Em meio a um emaranhado de raciocínios equivocados, uma frase resume com clareza o equívoco-mãe: “O mesmo Estado que dá uma concessão é o Estado que pode não dar a concessão.”

Lula ignorou aí a motivação política do gesto. Do mesmo modo como não é aceitável um governo dar uma concessão para favorecer aliados, é inadmissível que recuse a renovação de uma licença para prejudicar adversários políticos.

Para fugir da questão em si, desviou o assunto para o embate com o Senado. Sofismando, buscou atribuir tudo a um “erro político” resultante dessas **“coisas verbais”** que, segundo ele, são as bases dos conflitos arranjados por Chávez.

Não viu problemas no gesto, mas no verbo, no tom da resposta do venezuelano ao apelo dos senadores para que revisse a decisão. De acordo com o presidente Lula, isso agora vai dificultar a aprovação da entrada na Venezuela no Mercosul, quando na verdade o óbice não é o que Chávez disse a respeito dos senadores - “papagaios” do governo americano - mas a infração à cláusula de vigência plena de democracia nos países sócios(...).

É fato que ele não prima pela habilidade de amenizar crises e contornar obstáculos da conjuntura quando se pronuncia a respeito. (...).

Desta vez não foi diferente. Poder-se-ia até dizer que, agora, o presidente se superou em sua capacidade de, para usar uma de suas imagens recorrentes, embolar o meio de campo. (...). **(O Estado de São Paulo – Dora Kramer – 09/06/07)**

A instância argumentativa elaborada na construção textual insere-se na instável democracia latinoamericana, tendo como protagonista os presidentes da Venezuela – Hugo Chávez – e do Brasil, Luiz Inácio da Silva, ambos (re)conhecidos pelas inconstâncias verbais de seus discursos.

Ao escolher o rótulo (inserido num sintagma preposicional) – dessas **“coisas verbais”** -, o articulista recorre ao uso das aspas de conotação autonímica, buscando um distanciamento autoral e ao mesmo tempo colocando em relevo a fala de Lula, ressaltando-a como um denominador comum ideológico entre ele e o presidente venezuelano; fato, aliás, confirmado em outros episódios.

O rótulo em questão mobiliza um triplo movimento: reativa e põe em foco um controvertido já-dito lulista e repetido pelo articulista –“coisas verbais” – e ao mesmo

tempo encapsula tanto as proposições anteriores como faz uma ponte argumentativa com a fala de Lula tida como um equívoco-mãe: “O mesmo Estado que dá uma concessão é o Estado que pode não dar a concessão.”

Nessa rede argumentativa, pode-se dizer que há uma função encapsuladora anafórica, no sentido de que as “coisas verbais” fazem um movimento de retomada cotextual (endófora) a segmentos anteriores e incursionam por um “buscar fora do texto” (exófora) aquilo que é de conhecimento público e que está alocado na memória discursiva dos interlocutores: o fato de os presidentes brasileiro e venezuelano terem como características discursos obscuros e ambíguos, seja pela imprecisão vocabular, seja pelas contradições político-ideológicas.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que, no uso do demonstrativo como determinante de SN rótulos, há índices de subjetividade que conduzem à direção argumentativa do texto, apresentando uma superposição entre entidades novas e conhecidas, conforme atesta Zamponi (2001).

O demonstrativo traz o novo seja porque introduz um referente no discurso, seja porque assinala uma mudança de estatuto discursivo (uma mudança de foco), seja porque situa um referente em um novo universo de consciência. Assim o sintagma nominal demonstrativo – SND – não serve para marcar a continuidade pura e simples de uma menção anterior, mas leva sempre o novo no sentido de marcar a saliência do referente, seja uma modificação do estatuto temático (ZAMPONI, 2001: 145).

Nessa seqüência, um ponto que merece destaque são os encapsuladores formados exclusivamente por demonstrativos (dêiticos discursivos). Trata-se, segundo Cavalcante (2005), de anáforas encapsuladoras com dêitico textual (DD); nelas há um processo que “reativa não exatamente um referente em foco, porque não há uma âncora específica sendo co-referencialmente retomada, mas o encapsulamento de proposições” (CAVALCANTE, 2005: 140). Atente-se ao exemplo abaixo:

(27) A ministra pode esperar sentada

A ministra Matilde Ribeiro, na entrevista que concedeu à BBC Brasil, cometeu o crime de incitar o ódio racial entre os brasileiros. Ela disse que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco” e que acha “uma reação natural” um “negro” não querer conviver com um “branco”. Sendo o crime de racismo inafiançável, ela pode ser presa. Mas esse seria um desfecho muito improvável para o caso. Certamente irá apenas engrossar as estatísticas segundo as quais há mais criminosos fora do que

dentro das cadeias. Não será sequer demitida, pois a política do governo é esta mesma, de repartir o povo brasileiro em "etnias" e açular supostas diferenças e ignóbeis orgulhos raciais.

A explicação para a "reação natural do negro" é a seguinte: "Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou." É uma explicação sem sentido, pois parte da idéia de que os brasileiros de pele preta passam a vida a serem açoitados pelos de pele branca. Isso só existe na fantasia mórbida de uma minoria mal conduzida por palavras fáceis e interesses mesquinhos. Aqui fora, no Brasil real, somos misturados, temos orgulho disso e simplesmente não somos racistas.

A ministra é paga para fazer o seu trabalho. Muita gente hoje em dia também é e **isso (SN 1)** explica muito os modos de tsunami com que essa onda racista varre e infelicita o nosso país. Há mil ONGs e instituições racistas, algumas muito importantes e ricas, como a Fundação Ford, que dão uma mãozinha na labuta pela sobrevivência. Não sou leviano, não digo que os militantes da causa racial se dispõem a incitar o racismo em troca de um prato de comida. A situação é mais grave: eles já chegam ao emprego convencidos de que a causa é justa. E, uma vez "incluídos", para que pensar? Para que deixar surgir a dúvida? Para que manter o espírito crítico atento? A esse destino se entregam pessoas de todas as cores, nem é preciso dizer - a falta de juízo não observa critérios raciais, está disponível a qualquer um.

É lamentável que a Fundação Ford gaste dinheiro no Brasil com esse tipo de coisa (e também que faça o mesmo nos Estados Unidos), mas é inaceitável que todos nós contribuintes sejamos obrigados a garantir o sustento de um sem-número de funcionários e ativistas empenhados em levar a cabo um ambicioso e lunático projeto de reengenharia social destinado a nos fazer um país dividido entre negros e brancos, um país racista. É o que acontece. Todos nós pagamos o salário da ministra e os caraminguás de militantes custeados pela Petrobras e outras empresas estatais.

Mas **tudo isso (SN 2)** vai passar. Ainda vão rasgar nosso dinheiro por algum tempo, mas não vamos perder essa guerra. A própria ministra Matilde Ribeiro reconheceu **isso (SN 3)** na mesma entrevista. Após elogiar o lugar de vanguarda do Brasil no campo da legislação pertinente, disse que "o que falta é mudança de postura das pessoas". Que a ministra espere sentada. Não vamos mudar, não vamos nos tornar pessoas racistas. Pode a televisão, o rádio e o jornal se cansarem de nos perguntar onde escondemos o nosso racismo. Não escondemos em canto nenhum, apenas e simplesmente não somos racistas. Nem estamos dispostos a sê-lo (grifos e numeração nossos). **(O Globo – José Roberto Pinto de Góes – 29/03/07)**

Na seqüência de SNs rótulos formados pelo pronome demonstrativo *isso*, observa-se que a acessibilidade é produzida por meio dos conhecimentos socioculturalmente partilhados e de uma orientação prévia do cotexto como base de instrução para produção do sentido, sentido este obtido pelo processamento sociocognitivo e interacional dos interlocutores envolvidos na enunciação.

No **SN 1**, o dêitico estabelece uma relação de reativação de uma proposição anterior, na qual se afirma que a ministra e muita gente são pagas para trabalhar e,

em função das relações de trabalho, é que ela talvez tenha dado uma entrevista ao estilo Lula, ou seja, ao espelhar-se no executivo não mediu as palavras. Na opinião do articulista, isso se deva talvez à presença de ONGs patrocinadoras da causa racial, o que “explica muito os modos de tsunami com que essa onda racista varre e infelicita o nosso país”.

No **SN 2**, o dêitico retrocede a uma instância intratextual, encapsulando um estado de coisas recuperável no cotexto precedente. Na voz do articulista, há um tom de indignação e esperança, pois na expectativa de que *tudo vai passar* o articulista incorpora a sua voz um clamor nacional: de que é inaceitável que os contribuintes sejam “obrigados a garantir o sustento de um sem-número de funcionários e ativistas empenhados em levar a cabo um ambicioso e lunático projeto de reengenharia social destinado a nos fazer um país dividido entre negros e brancos, um país racista.”

Com efeito, *tudo isso* leva a crer que há um *continuum* que vai da anáfora à dêixis, havendo aí categorias *híbridas* que não se classificam adequadamente sem levar em conta os dois parâmetros, pois

[...] entre o conjunto de anafóricos e o conjunto dos dêiticos existe uma *zona de interseção*, em que se inserem, dentre outros elementos, os DD. Tais expressões remetem ao cotexto, encapsulando informações, mas, ao mesmo tempo, portam elementos dêiticos e, por isso, têm sido designados de *dêiticos discursivos* (CIULLA, 2002: 85).

Por fim, o **SN 3** focaliza no reconhecimento da ministra a projeção de que “tudo isso vai passar” e de que “ainda vão rasgar nosso dinheiro por algum tempo”. Essas informações encontram-se alocadas não apenas na linearidade textual, mas também na memória cultural do povo brasileiro, fato este que comprova que quando “o encapsulamento se expressa por rótulo, a possibilidade de remissão a outras informações inferíveis de *base comum* se torna ainda maior” (CAVALCANTE, 2005: 140).

No **SN 3**, do ponto de vista argumentativo, a ação retrospectiva incide dialogicamente também sobre as expressões pluralizadas - *nosso dinheiro, vamos*. Essa estratégia busca na interação uma adesão às teses propostas, ou seja, “uma

argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercitivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais e históricas” (PERELMAN, TYTECA, 2002: 35).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se compreender a dinâmica dos processos referenciais à luz das concepções sociocognitiva e interacionista da linguagem, cuja relevância se efetiva pela negação do representacionismo especular das palavras e das coisas.

Desse pressuposto, o encaminhamento analítico pautou-se pela apreensão dos objetos discursivos – os rótulos – num *continuum* subjetivo e argumentativo. Inicialmente, a abordagem delimitou os rótulos pelos parâmetros teóricos do encapsulamento anafórico nas coordenadas de movimento prospectivo e retrospectivo, além de situá-los quanto à funcionalidade – rótulos de conteúdo e rótulos metaenunciativos.

Nessa avaliação preliminar, a investigação recorreu aos pressupostos da indeterminação, heterogeneidade e opacidade da língua como suporte da construção dos sentidos, tomando-os como construtos sociocognitivamente motivados. A ênfase recaiu sobre os aspectos da interação, do dialogismo e das trocas intersubjetivas dos sujeitos co-produtores do sentido durante o ato enunciativo.

Do ponto de vista da materialidade lingüística, observou-se que tanto as escolhas lexicais do nome núcleo do SN rótulo, destinadas à síntese de conteúdos proposicionais na rotulação, assim como a seleção do determinante (definido ou demonstrativo) constituem produtos de cálculos mentais complexos, sendo, portanto, distantes da etiquetagem arbitrária, o que reafirma que, no plano discursivo, as redes referenciais são validadas pela ação intersubjetiva dos usuários da língua.

A rotulação, por esse prisma, comprovou-se uma estratégia de referenciação eficaz na sumarização/recategorização de elementos difusos no cotexto; além de contribuir para a organização textual – coesão textual -, esse expediente discursivo mostrou-se eficiente também como dinamizador de conceitos, crenças e valores, participando da arquitetura argumentativa do texto.

Assim, enquanto anáforas encapsuladoras, os rótulos não fazem uma remissão pontual, mas criam um objeto-de-discurso por meio de expressões nominais nem sempre predizíveis, o que as torna altamente argumentativas, pois no inesperado da enunciação enunciada os enunciadores operam com uma semântica singular, fora do acervo lexical instituído, posto que entre as palavras e as coisas toda e qualquer suposta identidade se desfaz ante *as astúcias da enunciação*.

Distanciando-se da concepção estrita dos processos endofóricos, nos quais se incluem a anáfora e a catáfora como um engatilhamento de termos precedentes ou subseqüentes, respectivamente, observou-se nesta pesquisa que as considerações a respeito das anáforas encapsuladoras com elemento dêitico, nas propostas de Cavalcante (2000) e de Ciulla (2002), resultam numa articulação entre os conceitos de anáfora e de dêixis, principalmente quando encapsulam porções textuais nomeando-as metatextualmente.

Para além dos limites da mostraçã, o elemento dêitico – o uso dos demonstrativos nos encapsulamentos – reivindica um papel de proeminência discursiva sobre as proposições sumarizadas, focalizando o enunciator em relação ao tempo e espaço da enunciação e emprestando ao objeto discursivo criadas conotações subjetivas, já que marcam as expectativas dos enunciadores no contexto da enunciação; O mais adequado, nesses casos, parece ser a admissão de um *hibridismo*.

Por esse horizonte “híbrido”, a rotulação constitui uma atividade discursiva criada por uma espécie de “remissão enunciativa”, pois, ao invocar a memória discursiva e a herança sociocultural, os enunciadores apóiam-se em já-ditos e implícitos para construir suas cadeias de referente.

A análise do *corpus* comprovou que a rotulação exerce forte apelo manipulador e argumentativo, e a natureza do gênero escolhido – artigos opinativos veiculados na mídia impressa – configura um celeiro de subjetividade validada pela associação do estilo, forma e conteúdo que, numa ação dialógica, convoca o leitor a compartilhar sentidos e intenções.

Todo esse percurso comprovou que a inexistência de paridade entre as palavras e as coisas não constitui um entrave para que a comunicação seja bem-sucedida. Pelo contrário, enriquece a dinâmica discursiva na medida em que os co-enunciadores se dispõem a protagonizar uma cena enunciativa irrepetível, em que a produção de sentidos se aprimora na interação, independente de os processos de referenciação via rotulação lançarem mão de estratégias anafóricas, dêiticas ou dêitico-discursivas.

À guisa de conclusão, as expressões nominais rotuladoras inserem-se no quadro teórico da referenciação como atividade discursiva, cujo projeto de dizer se consubstancia nas práticas interativas em que o léxico não atua em “estado de dicionário” e, por ser volátil, opera em “estado de arte”, criando na enunciação o objeto-de-discurso.

Em outras palavras, importa dizer o mundo com uma linguagem além do dicionário, refletir a relação com o “outro” em termos de um jogo comunicativo, cujo lance final integra falante/ouvinte – os jogadores – numa rodada de realizações lingüísticas, negociadas ante as possibilidades de escolhas lexicais.

Sem adentrar por digressões poéticas, mas retomando o poema de Manoel de Barros, a contemplação diante da “coisa-realidade” sem ter um nome que a nomeasse em nada ofuscou o processamento descritivo, pois o eu-lírico, enquanto jogador, deu a cartada decisiva ao captar, com riqueza de detalhes, a performance do *rio que fazia uma volta atrás da casa*. Fazem o mesmo os usuários quando referenciam o mundo ao seu redor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Inês L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In. CAVALCANTE, MÔNICA M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção clássicos da lingüística).

_____. & CHANET, Catherine. Definido e demonstrativos nas nomeações. In. CAVALCANTE, MÔNICA M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção clássicos da lingüística).

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, **Jacqueline**. Heterogeneidades enunciativas. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 19. Campinas, IEL. 1990.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 4. ed São Paulo: Martins Fontes, 1992 -2003

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas. São Paulo: Pontes, 1989.

BENTES, Anna C. Lingüística Textual In. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. V.1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. & RIO, Vivian C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hause ou A fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CARDOSO, Sílvia H. B. Demonstrativos, discurso e referência. In. **Veredas, Revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.3, n.2, 1999 (79-95).

CARVALHO, Maria A. F. de. **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005.

CAVALCANTE, Mônica M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Expressões indiciais em contexto de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CIULLA, Alena. **A referenciação anafórica e dêitica – com atenção especial para os dêiticos discursivos.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. In. CAVALCANTE, MÔNICA M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003 [1996]– (Coleção clássicos da lingüística).

CORTEZ, Suzana L. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção.. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Referenciação e construção do ponto de vista.** Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Dissertação de Mestrado, 2003.

CUNHA-LIMA, Maria L. Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical. **Caderno Estudos Lingüísticos**, 41, 149-164. Campinas, 2001.

FERRARI, Lílian V.. A Lingüística cognitiva e o realismo corporificado: implicações filosóficas e psicológicas. In. **Veredas, Revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.5, n.2, 2003 (23-29).

FRANCHI, Carlos. Linguagem – Atividade Constitutiva. In. **Caderno Estudos Lingüísticos**, 22, Campinas, 1992, (jan./jun, 9-39).

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In. CAVALCANTE, MÔNICA M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003 [1994] – (Coleção clássicos da lingüística)

FRANÇOZO, Edson; LIMA, Maria Luiza C. & COELHO, Orlando B. **Brincando com a linguagem e criando sentidos ou cognição distribuída e emergência da linguagem.** 2004 – Disponível em: www.multiciencia.unicamp.br/artigo-03/a06-.pdf - Acesso em 07/02/07

GERALDI, João W. Alteridades: espaços e tempos de instabilidades. In. NEGRI, Ligia, FOLTRAN, Maria J., OLIVEIRA, Roberta P. (Orgs.). **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

_____. **Portos de Passagem.** 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

ILARI, Rodolfo. Linguagem – **Atividade Constitutiva (Idéias e leituras de um aprendiz)**. Revista Letras, n.61, especial, 2003. Editora UFPR - <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewFile/2881/2363> - Acesso em 14/06/07.

JUBRAN, Clélia C. A. S. **A significação enunciativa enunciada**. Estudos Linguísticos XXXIV, p. 299-303, 2005. <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-> Acesso em 14/06/07.

_____. **A emergência da referenciação metadiscursiva em textos falados e escritos**. www.mundoalfal.org/cdcongresso/cd/pragmatica_analisis_discurso/jubran.s wf - Acesso em 03/07/07

KOCH, Ingedore G. V. **Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido**. Unicamp/CNPq, 2007 (no prelo).

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005a [2002].

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005b [1997].

_____. **Argumentação e linguagem**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004 [1984].

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anaforicas na progressão referencial. In: NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria J., OLIVEIRA, Roberta P. (Orgs). **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Editora Contexto, 2004

_____. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b . – (Coleção texto e linguagem)

_____. **Lingüística Textual Hoje: questões e perspectivas**. II Encontro Nacional do Gelco: Integração Linguística, Étnica e Social. 2003, p.21-33. Disponível em www.unb.br/gelco/publ/II_encontro/volume1.pdf - Acesso em 03/12/07.

_____. & CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Org.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005c.

_____. & FÁVERO, Leonor L. **Lingüística Textual: introdução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1983].

_____. & ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. & MARCUSCHI, Luiz A. Processos de referenciação na produção discursiva. D.E.L.T.A 14, 1998, p.169-190.

_____. & PENNA, Maria A. O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. In. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Campinas, 48 (1): 24-31, 2006 .

LAHUD, Michael. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / Educ, 2002.

MARCUSCHI, Luiz A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. In. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Campinas, 48 (1): 7-22, 2006.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social.? In. NEGRI, Ligia, FOLTRAN, Maria J., OLIVEIRA, Roberta P. (orgs). **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In. **Veredas, Revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.6, n.1, 2003 (43-62).

_____. Ato de referenciação na interação face a face. In. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Campinas, 41:37-54, 2001.

_____. A propósito da metáfora. In. **Revista de Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v.9,n.1:71-89, 2000.

_____. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In. **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo, ano XIV, nº 64, p.74-92, jan/jun 1991.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Org.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONDADA, Lorenza., DUBOIS, Danièle. Contrução dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In. CAVALCANTE, MÔNICA M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção clássicos da lingüística).

MORATO, Edwiges M. **Linguagem e cognição: as reflexões de L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

_____. O interacionismo no campo linguístico. In. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Org.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa nas práticas referenciais.. In: KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Campinas, 41, p.55-74, 2001.

OLIVEIRA, Aparecida A. **Do corpo para a linguagem: o significado cognitivamente motivado**. <http://www.lettras.ufmg.br/incognito/arquivos/.pdf>. Acesso em: 02/07/07.

OLÍMPIO, Hilda de O. **Nominalização, argumentação e polifonia**. Relatório de pesquisa apresentado a UFRJ, como conclusão do estágio de Pós-Doutorado em Linguística, 2006. Mimeo.

PENNA, Maria A. O. **As formas nominais referenciais e suas funções na progressão textual**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Dissertação de Mestrado, 2006.

PERELMAN , Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova Retórica**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (Tradução: Maria Ermantina Galvão).

PEZATTI, Erotilde G. O funcionalismo em Lingüística. In. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROCHA, Regina. **A Enunciação dos Provérbios: descrições em francês e português**. São Paulo: Annablume, 1995.

SAVIANI REY, Luiz R. **Jornalismo Opinativo: dilema ou questão de dimensão e conteúdo?** Revista de Estudos de Jornalismo, Campinas 5(2):59-68, jul/dez.2002. <http://www.puccampinas.edu.br/centros/clc/jornalismo/revista/Jornv5n2/jorn04.pdf> . Acesso em: 19/02/07.

SALOMÃO, Maria M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005

_____. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda de estudos da linguagem. In: **Veredas - Revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.3, n.1, 1999:62-79.

SCHNEUWLY, Bernard. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. Alteridades: In. DOLZ, Joaquim., SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004. (Coleção as faces da lingüística aplicada).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, BIBLIOTECA CENTRAL. **Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos**. Vitória, ES: A Biblioteca, 2006

ZAMPONI, Graziela. Estratégias de construção da referência no gênero da popularização da ciencia. In. KOCH, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Cortez, 2005

_____. **Processos de Referenciação: anáforas associativas e nominalizações**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Campinas, 41, p.141-147, 2001.

ANEXOS

(1) A comédia que virou chanchada

Encenado em 1995 e em 1999, o espetáculo da prorrogação da CPMF nunca chegou a prender a atenção da platéia brasileira. Nas duas apresentações, dirigidas por Fernando Henrique Cardoso, o elenco seguiu burocraticamente o enredo, baseado no combate travado entre o poderoso exército governista, favorável à sobrevida do imposto do cheque, e tropas oposicionistas agarradas ao argumento segundo o qual provisório é provisório. Não é sinônimo de permanente.

Em ambas as temporadas, o que deveria ser um drama acabou virando comédia - e de quinta categoria - minutos depois de descerradas as cortinas. "O Brasil não sobreviverá sem a CPMF", garantia um general governista. A platéia caía na gargalhada: como levar a sério alguém que falava linguagem de vilão com sotaque de mocinho? "O governo que gaste menos", revidava a ordem de um guerreiro oposicionista. A platéia morria de rir: como levar a sério alguém que bancava o herói sem conseguir disfarçar a cara de bandido?

Novamente em cena desde setembro, o drama reduzido a comédia de mau gosto pelo script farsesco, pela escassa imaginação do diretor e pela canastrice do elenco, vai se transformando na mais espantosa chanchada já apresentada no Teatrão do Planalto. Promovido a diretor de elenco em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva promoveu uma radical inversão de papéis: quem era isto agora é aquilo. Os que juravam de morte a CPMF passaram a defendê-la a tiros. Os que lutavam para prolongar-lhe a vida resolveram enterrá-la já. Sem choro nem vela. E em cova rasa.

A confusão decorrente da abrupta reviravolta - não é tão simples decorar falas que não faz muito estavam em outras bocas - foi ampliada consideravelmente quando o diretor resolveu assumir também as funções de roteirista e retocar a história a machadadas. Começou infiltrando cenas em que soldados oposicionistas se viram tentados com mimos e favores a mudar de uniforme.

Não funcionou, e Lula teve outra idéia: abreviar o desfecho com a assinatura de um tratado de paz entre as partes em conflito. Também não funcionou. Louco por um palco, o diretor e roteirista Lula achou que chegara a hora de brilhar como ator. E a coisa desandou de vez. No papel de comandante da turma decidida a explodir a CPMF, não fizera feio nos espetáculos dirigidos por FH. Seria diferente desta vez.

O artista voltou ao palco há uma semana. Não mudaram a voz roufenha, a cara zangada, o olhar feroz e a língua sempre solta. Antes como agora, em cena Lula não fala; vocifera. Mas o avesso do personagem passou a vociferar o contrário do que dizia. Ficou muito estranho. Como um John Wayne no papel de bandidão. Como Jack Palance bancando o mocinho.

"A CPMF é o mais justo dos impostos", grita o ator que, nas versões anteriores, qualificava de "coisa de golpista" a prorrogação do tributo. "Só sonegador é contra esse imposto", acusa a garganta que durante 10 anos até nos ensaios se entusiasmava com textos que comprovavam os estragos impostos à classe média pelo monstrengo inconstitucional. A dedicação do ator só serve para comprovar que, na ficção ou na vida real, Lula não tem compromisso com a coerência.

Nem com a palavra empenhada. Em 1999, fazendo coro com todo o elenco, Lula garantiu que o espetáculo nunca mais seria encenado. Renovou a promessa em 2006. Era mentira. **(Augusto Nunes – Jornal do Brasil – 05/12/2007)**

(2) O culpado é o presidente

"Eu não decido sob pressão", jactou-se em 1974 o general-presidente Ernesto Geisel, irritado com demandas da sociedade brasileira vocalizadas pela oposição parlamentar. "Eu só decido sob pressão", replicou o deputado Ulysses Guimarães, presidente do velho MDB. Geisel não demoraria a aprender que o doutor Ulysses nem tentara ministrar-lhe uma lição. Apenas fizera uma constatação elementar.

Nos anos seguintes, tal constatação seria reafirmada pelo penúltimo mandarim do regime dos generais. Pressionado pela guerra surda na cúpula das Forças Armadas e pelo tiroteio verbal nos quartéis, demitiu comandantes militares e um ministro do Exército. Pressionado pela voz rouca da rua, e por perturbadoras rachaduras no sistema edificado em 1964, desencadeou o processo de abertura política antes que tudo desabasse como um prédio de areia de Sérgio Naya.

Geisel fez, enfim, o que fizeram todos os líderes desde o dia da criação, e o que todos farão enquanto o mundo existir. Porque nenhum governante, na democracia ou na ditadura, escapa a pressões permanentes. Muda a intensidade, condicionada por incontáveis fatores, redesenhada por acasos. Muda a forma de expressá-las: berradas nas ruas ou apenas murmuradas nos labirintos do poder, podem produzir efeitos idênticos. O que não muda é a regra reiterada ao longo dos séculos: quem espera por calmarias para tomar decisões está perdendo tempo - e desafiando a paciência da sociedade.

Na contramão de Geisel, que acabou por render-se à evidência, o presidente Lula, outrora bom de cintura, parece ter-se convencido de que pode controlar a força dos ventos, ou modificar-lhes a direção. "Não adianta me pressionarem, só troco um ministro quando quero", tem repetido o chefe do governo, agora para justificar a injustificável permanência do companheiro Waldir Pires no Ministério do Apagão.

Lula usou a frase para manter no Ministério da Previdência Social o senador Romero Jucá, um fazendeiro do ar que ofereceu em garantia, para conseguir dinheiro no Banco da Amazônia, terras que nunca teve no Pará. Não hesitaria em usá-la se a nomeação do deputado Odílio Balbinotti se tivesse consumado antes da revelação, pela imprensa, de que o homem escolhido para o Ministério da Agricultura prosperava nos campos da delinquência.

Logo estará usando a frase em defesa do senador Alfredo Nascimento, de volta ao Ministério dos Transportes. O parlamentar do PMDB é acusado da prática de crimes eleitorais pela Justiça do seu Estado. Freqüenta como réu cinco processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Quatro tratam de casos de improbidade administrativa. No quinto, aparece como suspeito de crime de responsabilidade.

Governar é escolher, sabem os estadistas. Escolher entre caminhos, escolher entre idéias. E escolher entre pessoas. O retorno de Nascimento a um dos mais lucrativos ministérios sugere que Lula, além de equivocar-se com dramática freqüência na escalação do time, agora virou reincidente. Corre o risco de montar uma equipe semelhante à que inspirou o comentário atribuído a Getúlio Vargas: "Metade do meu ministério não é capaz de nada. A outra metade é capaz de tudo".

Lula se apresenta como responsável por todos os acertos federais. Os erros são sempre dos outros, mesmo se cometidos por gente que manteve no emprego por teimosia. Finge ignorar que tanto as virtudes quanto os pecados de um governo são postos na conta do chefe.

No momento, simula empenhar-se na busca dos responsáveis pelo colapso da aviação civil. Todos estão no centro do poder ou nos seus subúrbios, por indicação do próprio Lula ou de algum preposto. O culpado pelo apagão é o presidente.
(Augusto Nunes – Jornal do Brasil – 03/04/07)

(3) O Ano da Pizza começou no Ceará

O ano político de 2006 já começou, e mal. Se a patuléia não cuidar do que é seu, será o ano durante o qual parlamentares, governantes e tesoureiros conseguirão impor à sociedade o escrachamento da moralidade pública. Nessa festa os petistas são os mais estridentes, mas não estão sós. O Réveillon da pizza começou no dia 20 de dezembro, na Assembléia Legislativa do Ceará. Lá, por 23 votos a 16, o deputado José Nobre Guimarães (irmão do comissário José Genoino, ex-presidente do PT) livrou-se da cassação por ofensa ao decoro parlamentar. O doutor sacara R\$ 250 mil nas arcas de Delúbio Soares. Disse que usou o dinheiro para pagar dívidas de campanha dos companheiros e ficou combinado que nada fez de reprovável. A pizza foi condimentada com Hino Nacional, militância trazida de ônibus e discurso numa sacada da Assembléia.

José Guimarães tornou-se nacionalmente conhecido em julho passado, quando o chefe de seu gabinete foi detido pela Polícia Federal no aeroporto de Congonhas. Tinha R\$ 200 mil na maleta e US\$ 100 mil (R\$ 230 mil) na cueca. Explicou que o ervanário, suficiente para a compra de 400 toneladas de pepinos, era produto da venda de legumes no mercado paulista. Ao saber do contratempo, José Guimarães perguntou: "Ele falou alguma coisa ao ser preso? (...) Ainda bem".

Guimarães está arrolado no inquérito da cueca. Sua absolvição, contudo, refere-se aos R\$ 250 mil do "valerioduto" (suficientes para a compra de mais 250 toneladas de pepinos). Os deputados cearenses decidiram que o decoro parlamentar está acima de bobagens como receber dinheiro que não se sabe de onde veio nem se sabe para onde foi.

A pizza cearense teve três ingredientes que apontam para a transformação da urucubaca de 2005 no escárnio de 2006. O primeiro está no resultado da votação. Seriam necessários 24 votos para cassar Guimarães, mas só apareceram 16. Como os tucanos da Assembléia cearense são 17, pelo menos um deles recusou-se a puni-lo. O segundo está na composição da bancada pizzaiola. Há na política cearense uma corrente denominada "cirista", liderada pelo o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Seu irmão Cid é provável candidato ao governo do Estado e um outro, Ivo, é deputado estadual. Se os oito votos dos "ciristas" fossem somados aos 17 tucanos, José Nobre Guimarães estaria cassado. Deu-se o contrário e, em seu discurso de vitória, o doutor agradeceu a ajuda que acredita ter recebido de Ivo Gomes.

O terceiro ingrediente é, de longe, o mais perturbador. Dois hierarcas federais deram expediente na Assembléia durante o dia da votação: Eudoro Santana, diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o Dnocs, e Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste. Juntos, cuidam de uma caixa de R\$ 3,5 bilhões anuais. Dinheiro da Viúva. Ambos estão na área de influência do ministério de Ciro Gomes. José Guimarães agradeceu nominalmente aos dois "altos companheiros". Santana circulou no plenário e Smith deu-lhe um espalhafatoso abraço. Não há memória de presidente de banco estatal em papel parecido.

Lula diz que foi traído por petistas que fizeram o que não deviam. Resta ao Nosso Guia explicar à choldra o que faziam Santana, do Dnocs, e Smith, do BNB, na

Assembléia Legislativa durante a votação e na posterior comemoração do resultado. Lula só teria sido traído se fosse um bobo. Como bobo ele não é, traídos ficam aqueles que acreditam nele.

O que aconteceu em Fortaleza foi mais uma etapa da degenerescência da estratégia petista de banalização de suas malfeitorias. A democracia brasileira não está ameaçada por uma eventual (e fraudulenta) transformação de Lula em Hugo Chávez. A ameaça está no escrachamento da moralidade pública. **(Elio Gaspari - O Globo – 28/12/05)**

(4) O "padrão Lula" de fazer política

O episódio do ex-futuro ministro da Agricultura Odílio Balbinotti, o que "foi sem nunca ter sido", é exemplar para mostrar a forma descompromissada de Lula lidar com a política.

A nomeação visava a driblar a cúpula do PMDB na Câmara. Lula não queria satisfazer a todos os desejos do presidente nacional peemedebista, Michel Temer. Assim, escolheu um deputado "outsider" para ser ministro da Agricultura.

A escolha se deu sem a mais remota checagem sobre quem era de fato Odílio Balbinotti. Como bem registrou a coluna "Painel" de ontem, na Folha, não ocorreu a nenhum iluminado no Planalto uma prosaica checagem no Google.

Essa desídia não é pontual. Trata-se do "padrão Lula" de fazer política: uma mistura de auto-suficiência exacerbada e alto grau de intuição. Às vezes, dá certo. Com Balbinotti, o fracasso foi total.

Lula quer votos no Congresso. Como, não importa. O predomínio da fisiologia nas relações entre Executivo e Legislativo é uma "não-questão" para o petista.

Mesmo quando rebarbou a fúria pedinte dos políticos, foi uma ação para a arquibancada. No final de 2002, por exemplo, o PMDB estava quase dentro do governo. Lula negociava cargos. Tomou posse e esnobou os peemedebistas. O preço seria muito alto, disse. Bobagem.

Foi só uma opção diferenciada. O petismo federal preferiu a adesão da dupla mensaleira PL e PTB, siglas cuja bancada somada pulou de 52 deputados eleitos para 75 cadeiras meses depois de iniciada a administração lulista. Agora, Lula negocia com o PMDB. Aceita dar ministérios, mas impõe nomes dentro da agremiação. Um já deu errado. Outros virão. Não importa. O "padrão Lula" prevalecerá. E a fisiologia campeará, como sempre, "neste país". **(Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – 19/03/07)**

(5) Muito barulho por nada

A visita de menos de 24 horas do presidente Bush ao Brasil confirmou as previsões - manifestadas no editorial A retórica da 'Opep do etanol', de 27 de fevereiro - sobre a falta de base das trepidantes expectativas de que o motivo da vinda do titular da Casa Branca seria o desejo dos Estados Unidos de formar uma portentosa parceria com o Brasil no setor de biocombustíveis. A porosidade do protocolo de intenções a esse respeito, assinado ontem em São Paulo por Bush e o seu anfitrião Lula, deixou claro que o alarido que precedeu a chegada do mandatário americano expressava, do lado de cá, uma fantasia; e, do lado de lá, mal disfarçava o real propósito político de uma viagem que começava, mas não terminaria no Brasil.

O giro de Bush pela região é essencialmente a tardia tentativa de um presidente politicamente desidratado de responder às críticas, de dentro e de fora dos Estados Unidos, segundo as quais a negligência, quando não a mão pesada da sua política externa em relação à América Latina, sem falar na rigidez da política comercial, contribuiu poderosamente para a expansão do populismo do coronel Hugo Chávez. A sombra do caudilho venezuelano se projeta hoje sobre a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Nicarágua - devidamente excluídos do roteiro que leva Bush também ao Uruguai, Colômbia, Guatemala e México. O grande complicador, para ele, é que os chavistas estão longe de ser os únicos a condenar o bushismo.

De mais a mais, é negligível a capacidade do presidente americano de reduzir substancialmente, a esta altura de um alquebrado segundo mandato, o seu déficit latino-americano. A Alca se fue, e é de todo improvável que o álcool seja o novo combustível de uma aliança efetiva entre os EUA e os vizinhos ao Sul. A questão de fundo é que Bush não tem e não terá capital político, em seu país, que o conduza das palavras às ações. Depois de perder estrepitosamente a maioria no Capitólio, nas eleições de novembro passado, carece das condições mínimas para mexer nas regras das relações comerciais da América do Norte com a América Latina. Justiça se lhe faça, ele reconheceu abertamente essa realidade.

Na entrevista que concedeu na terça-feira a cinco jornais da região, entre eles o Estado, admitiu que não conseguirá recorrer à Trade Promotion Authority (TPA) para renovar acordos bilaterais de comércio sem o aval legislativo, no mecanismo chamado fast track. Mais importante ainda, afirmou, resignado, que o seu país é protecionista. Foi como se atestasse que os poderes executivos dos quais usa e abusa na política externa e militar não se estendem à política comercial. Nessa frente, o Congresso dá a última palavra. E ela sempre tenderá a ser favorável aos opulentos subsídios para o agribusiness, "tão nefastos ao livre-comércio que tanto apregoamos", como fustigou Lula enquanto o americano voava para o Brasil.

Ontem a imprensa antecipava que ele iria reivindicar a redução da sobretaxa que incide sobre as importações de álcool combustível brasileiro. Para entrar nos EUA, o produto paga US\$ 0,14 por litro, mais 2,5% de imposto. Se o fez, foi só para "cumprir tabela", como diria Lula com o seu gosto por metáforas futebolísticas, ciente da impotência da Casa Branca na matéria, pelo menos sob o atual inquilino. Desinflada, pois, a bolha do etanol - que serviria para fixar no imaginário nacional a miragem de que o País de Lula finalmente ascenderá ao Primeiro Mundo pela via politicamente correta do biocombustível, alternativa para o petróleo poluente e com fim previsto -,

resta da passagem de Bush por uma São Paulo submetida a rigores de segurança dignos de uma ameaça de guerra um ar de much ado about nothing (muito barulho - ou incômodo - por nada).

É indiscutível, em todo caso, que a penetração do chavismo o obrigou a voltar atrás na sua política latino-americana, levada à inanição desde o 11 de Setembro. O fato de que a forma por ele encontrada para passar esse recibo se traduza praticamente em concessões simbólicas não deve toldar a percepção da mudança que, aliás, não se limita ao plano das relações com a América Latina.

Do mesmo modo, guardadas as proporções, a derrocada a que o Iraque empurrou o bushismo nos EUA parece obrigar o presidente a outra guinada: dialogar, finalmente, com o Irã e a Síria sobre a catástrofe iraquiana. E o estabelecimento de relações com a Coreia do Norte não deve tardar. **(Editorial – O Estado de São Paulo-10/03/07)**

(6) Da dança ao lixão

Faltava à impunidade uma imagem. Ela veio na forma de coreografia, envolta em trajes amarelos, cheia de malemolência, brasileiríssima, como se o próprio Duda Mendonça a tivesse imaginado. A "requebra" de decoro da deputada Angela Guadagnin foi a homenagem involuntária que ela e o PT prestaram à democracia que ambos só fazem aviltar.

A farra dos mensaleiros vinha se beneficiando, de um lado, de certa desatenção de uma imprensa preocupada demais coma novela Tucana e as agruras de Palocci, e, de outro, da exaustão do público, já saturado de escândalos e quase sem fôlego para acompanhar a sorte daqueles que foram beneficiados pela mala preta de Valério.

Incansável pizzaiola, engajada desde o início, no processo de Zé Dirceu, em obter a medalha de honra ao mérito da tropa de choque dos mensaleiros, Guadagnin tanto fez e rebolou que conseguiu reacender os holofotes sobre o palco onde seus pares já atuavam à meia-luz, quase na penumbra.

Médica como seu colega Palocci, doutora Guadagnin forneceu o antídoto para o efeito anestésico que o próprio excesso de escândalos havia provocado na sociedade.

A analogia é irresistível: como no caso da dançarina do "Cabaré Mineiro" - famoso poema de juventude de Carlos Drummond de Andrade-, "cem olhos brasileiros estão seguindo/ o balanço doce e mole de suas tetas". Agora será mais difícil -ou no mínimo mais constrangedor- absolver o ex-presidente da Câmara João Paulo. Também será, ou deveria ser, mais complicado deixar escapar o deputado José Mentor. Veremos.

O PT, porém, insiste em tripudiar sobre este mínimo que a democracia lhe cobra. Ou, pior: o PT está cobrando um preço alto demais da democracia. O que se pode ainda esperar de um governo que viola o sigilo bancário de um Francenildo para limpar a barra do seu ministro da Fazenda?

O constrangimento contra alguém já socialmente humilhado, o atropelo das garantias e liberdades individuais, o estupro do Estado de direito -tudo aponta para um nítido quadro de delinquência patrocinada pelo Estado.

Antes era caixa dois, não era "mensalão". Agora é vazamento, não é violação. O enredo soa tanto mais kafkiano na medida em que sua inspiração stalinista aparece como algo accidental, como se ninguém da cúpula do governo tivesse nada a ver com a história.

O governo busca "normalizar" um quadro anômalo, ao mesmo tempo em que tenta se "desresponsabilizar" pelos crimes que cometeu. É cínico e mentiroso. Esses são hoje os traços distintivos do modo petista de governar. Isso vale para Lula, vale para Guadagnin, vale para todos. Márcio Thomaz Bastos é ministro da Justiça do país ou advogado de defesa do PT?

O "banho de ética" prometido por Geraldo Alckmin ao Brasil acaba de se tornar uma ducha de água fria com a excelente reportagem de Frederico Vasconcelos, nesta Folha, a respeito do "lixão" -como eram chamados os anúncios da Nossa Caixa politicamente direcionados pelo governo do Estado, tudo por baixo do pano.

Isso para não falar nas 400 peças de alta-costura de dona Lu, todas "doadas" pelo estilista Rogério Figueiredo. Pois é. Os alckmistas estão chegando, estão chegando os alckmistas. **(Artigo - Fernando de Barros e Silva - Folha de S. Paulo- 27/3/2006)**

(7) Marcha da insensatez

BRASÍLIA - Arlindo Chinaglia fez campanha para presidente da Câmara prometendo colocar em votação a chamada "reforma política". A indigência intelectual da Casa que preside acaba de produzir um projeto frankenstein de mudanças político-eleitorais. Chinaglia forçará a mão para aprovar a anomalia, à custa de sujar sua biografia.

O deputado médico do PT de São Paulo ficará para história como o presidente da Câmara responsável pela criação da oligarquia mais perene do sistema eleitoral brasileiro. O sistema de listas partidárias, a ser votado nesta semana, mantém a incrível regra da precedência: quem já é deputado será colocado no topo da relação.

Ou seja, o eleitor vota numa legenda, seja ela qual for, e os primeiros a serem eleitos serão os que já são deputados. Para fingir democracia, haverá também a possibilidade, não obrigatória, de um segundo voto para um deputado individualmente entre os que estão na lista. Alguém de boa-fé acredita na possibilidade de milhões de brasileiros se darem ao trabalho de empreender tal tipo de ação? Nem os deputados acreditam nessa hipótese. Aprovarão a regra sem medo de serem felizes na disputa de 2010.

Outra maracutaia: o financiamento público em gestação não será mais limitado a R\$ 7 por eleitor. A cada eleição as excelências no Congresso definirão o teto. Para quem não se lembra, o país tem 125 milhões de eleitores. A R\$ 7 por cabeça a conta sai por R\$ 875 milhões.

Os políticos acham pouco. Essa marcha da insensatez só pode ser abortada por Arlindo Chinaglia. Surgiu a idéia de submeter tudo a um plebiscito - como forma de impedir o ato tresloucado da Câmara. É insuficiente.

Por um mínimo de decência os deputados deveriam jogar esse pacote demencial no lixo. Minimizariam um pouco a credibilidade depauperada do Poder Legislativo.
(Fernando Rodrigues - Folha de S. Paulo - 25/06/2007)

(8) Sindicato de deputados

“Estamos tranqüilos, pois percebemos que o clima não favorece uma candidatura alternativa que colocasse em risco a estabilidade da Câmara.” Com essas palavras, o petista Arlindo Chinaglia, candidato à presidência da Câmara, evidenciou aquilo que o une ao adversário Aldo Rebelo, do PCdoB: a “estabilidade da Câmara”.

O que é a “estabilidade da Câmara” senão a troca das prerrogativas do Parlamento por cargos, privilégios pessoais e, no limite, dinheiro vivo oferecidos pelo Executivo? Chinaglia e Rebelo representam a continuidade da legislatura que se encerra na que se inaugura. A disputa sem quartel que fingem travar entre si é, na verdade, uma ofensiva conjunta que movem contra o Parlamento.

Quando Severino Cavalcanti, o sumo sacerdote do “baixo clero”, foi guindado à presidência da Câmara, seu programa era aumentar os subsídios dos deputados. Chinaglia e Rebelo são severinos, como atestaram ao desfraldarem a bandeira da multiplicação do valor dos subsídios. Os dois apresentam-se como postulantes ao cargo de presidente de um sindicato de deputados. À moda severina, enxergam os parlamentares como uma corporação: uma comunidade de ofício assentada sobre interesses compartilhados e separada por um muro de privilégios dos cidadãos que os elegeram.

A lealdade absoluta de Severino à causa da corporação podia, às vezes, colocá-lo em rota de colisão com o Executivo. Chinaglia e Rebelo são mais que severinos: eles servem simultaneamente a dois senhores, conciliando a causa da corporação aos interesses de um Executivo que almeja anular o Parlamento. Os cavaleiros andantes da “estabilidade” refletem a degeneração das instituições da República, que é acentuada pelo salvacionismo lulista.

No presidencialismo americano, o equilíbrio de poderes é fruto do conflito permanente entre eles. No Brasil, a Constituição de 1988 optou pelo caminho da “harmonia” entre os poderes, o que significa a subordinação do Parlamento a um Executivo que tudo pode, mas deve oferecer sinecuras aos parlamentares a fim de assegurar uma maioria estável no Congresso.

No governo FHC, a degradação do Parlamento foi disfarçada pela formação de uma maioria parlamentar alicerçada no acordo programático PSDB-PFL. Sob Lula, na ausência de uma plataforma política comum, a base governista assenta-se apenas no loteamento de cargos públicos e na corrupção pura e dura. Essa circunstância não incomoda o presidente, que se acredita o salvador da pátria e despreza, por princípio, a instituição parlamentar.

Nos tempos de bravatas oposicionistas, Lula acusou a existência dos célebres “300 picaretas” do Congresso; no poder, seu programa é governar com o apoio de uma maioria parlamentar de picaretas. A opção inicial de Lula era reconduzir Rebelo ao cargo de chefe dos picaretas. A reação da máquina petista impôs o nome de Chinaglia. O presidente se rendeu aos fatos pois, no fim das contas, tem razão em acreditar que o petista é igualmente qualificado para chefiar os picaretas.

A força do lulismo é diretamente proporcional ao grau de degeneração do Congresso, mas Lula conta com a inestimável colaboração das oposições para arrastar na lama a imagem do Parlamento. Na disputa pela Câmara, a covardia do PSDB e do PFL ameaça esvaziar de sentido a candidatura alternativa do tucano Gustavo Fruet.

Essa candidatura nasceu de uma articulação suprapartidária, liderada por Fernando Gabeira, que se insurgia contra a degradação do Parlamento.

Os insurgentes flertaram com a idéia de lançar um anticandidato, dirigindo-se à sociedade com um programa de reforma da Câmara e limitação do poder presidencial de governar por medidas provisórias. Mas acabaram pendurando a candidatura no galho frágil de um PSDB sem espinha dorsal.

Sob o tacão dos interesses paroquiais de José Serra e Aécio Neves, o PSDB tomou a desastrosa decisão inicial de apoiar Chinaglia.

Com o lançamento de Fruet, os tucanos aderiram à candidatura alternativa, mas mal escondem que pretendem usá-la apenas como trampolim para forçar um segundo turno entre Rebelo e Chinaglia. Nesse cenário, se uniram a Rebelo, que conta com o apoio de um PFL incapaz de estabelecer distinções entre princípios e chicana.

De porta-voz da sociedade enojada pelo odor que emana da Praça dos Três Poderes, Fruet pode se converter apenas num cavalo de tróia da guerra de mentirinha entre o candidato lulo-petista e o lulo-pefelista. Nessa hipótese, Gabeira e os seus terão perdido uma oportunidade histórica de dialogar com o país sobre a crise que devora o equilíbrio de poderes na República. A vitória será do Planalto. A derrota, da democracia. **(Demétrio Magnoli - O Globo – 25/01/07)**

(9) Vida nova ao Parlamento

A contradição salta à vista: a democracia política expandiu-se nas últimas décadas, graças às densidades eleitorais crescentes, à multiplicação e pressão das entidades de intermediação social, mas o Estado brasileiro, mesmo se agigantando, oferece serviços essenciais cada vez mais precários e decadentes, a partir das demandas em áreas como segurança, saúde, educação e previdência. Os exemplos de inoperância se fazem ver, por exemplo, na instituição parlamentar, que abre os horizontes da nova legislatura sob o signo da mesmice, dando a entender que a representação política nada apreendeu a respeito dos sismos que devastaram a réstia de crença nos que detêm mandato popular. Pasma, a sociedade assiste ao triste espetáculo de escolha do candidato governista à presidência da Câmara dos Deputados, percebendo que a articulação para eleger para o cargo Aldo Rebelo, do PC do B, ou Arlindo Chinaglia, do PT, além de equivaler ao dito popular “trocar seis por meia dúzia”, escancara o mesmo naipe exibido no meio do mandato lulista, que entronizou o rei do chamado “baixo clero”, Severino Cavalcanti, de triste memória.

O Poder Legislativo, escreveu Rousseau, é o coração do Estado e o Poder Executivo é o cérebro que dá movimento a todas as partes, para concluir, de forma arrasadora: “O cérebro pode paralisar-se e o indivíduo continuar a viver. Um homem torna-se imbecil e vive, mas, desde que o coração deixa de funcionar, o animal morre.” A imagem é forte, mas os malfeitos sob o patrocínio do Parlamento sugerem que, há um bom tempo, vem ele se desvanecendo na cinza moral que cobriu formidável parcela de suas decisões no decorrer da onda de baixarias que o País vivenciou e que, pelo visto, ganha passaporte para continuar. Mais que o Executivo, o Poder Legislativo, por força do simbolismo, constitui o vetor de mudanças e aperfeiçoamento da institucionalização e da democracia. Terá, na legislatura que se inicia em fevereiro, rara oportunidade para limpar a montanha de entulhos que o encobre. O compromisso central deveria ser o de dotar a sociedade de mecanismos que lhe permitam exercer maior controle sobre a política e sobre o Estado. Aos políticos se impõe enterrar de vez o ciclo originado no ventre da ditadura, que nasceu com a concessão autoritária para existência de partidos e se desenvolveu com um oposicionismo monitorado, descambando, mais tarde, neste modelo de tutela de parlamentares, pagamento na boca do caixa, prostituição partidária, adensamento do patrimonialismo, inexistência de idéias e escrúpulos e, coroando o processo, a criação de um (esdrúxulo) parlamentarismo às avessas, caracterizado pela extravagante condição a que se permite o Executivo, qual seja, aplicar leis que ele mesmo institui por meio do abuso de medidas provisórias.

Este é o arcabouço que carece mudança. Se não se criar novo paradigma para a política, o País verá ampliadas as possibilidades de consumir o crime de viver sob o estigma de eterna corrupção. A propósito, se o índice de corrupção fosse 10% menor, a renda per capita brasileira poderia ser elevada em até US\$ 3 mil no espaço de 20 anos. O dado, da Transparência Brasil, mostra o principal fator do atraso brasileiro, que nasce no seio da gestão pública e se espalha, como metástase, pelo corpo nacional, influenciando até o caráter do povo. Pois bem, lancetar o tumor é uma iniciativa que cabe, preliminarmente, ao sistema parlamentar, pela convicção de que a ética política se propaga pela ética no interior das próprias famílias e na esfera ampla das relações sociais. Se assim é, a próxima legislatura se vê diante de seu

maior desafio na História contemporânea: propiciar os avanços. Uma agenda básica há de conter, na primeira página, a reforma dos costumes políticos.

A independência do Legislativo em relação ao Executivo, meta indeclinável de um conjunto de atores que substitui o poder das idéias pela disputa entre nomes, se estrutura sobre a qualidade partidária, que, por sua vez, depende de estatutos como a cláusula de barreira, abortada pelo Judiciário por inadequação constitucional. A chave do cofre do Palácio do Planalto manterá os parlamentares de pires na mão enquanto se mantiver o orçamento autorizativo, pelo qual o Legislativo apenas autoriza a realização de gastos pelo governo e este segue ou não o rito. O orçamento deve ser impositivo. Nos EUA, o Executivo fica a reboque, pois o orçamento é uma peça impositiva de gastos.

Estatuto mais que urgente é o da fidelidade partidária. O tempo de filiação de um deputado deve preencher o período eleitoral para o qual foi eleito (quatro anos), sujeitando-se o aventureiro que trocar de sigla a ficar fora do pleito seguinte. Para ganhar a confiança do eleitor o representante precisa estar mais próximo dele, e isso se consegue com a mudança do sistema de voto. Cerca de 80% dos eleitores não se recordam do voto dado para deputado nas últimas eleições. O sistema proporcional de lista favorece o personalismo. O ideal seria uma combinação entre os métodos proporcional e majoritário de listas. E por que não se pensar na possibilidade de o eleitor, indignado diante de eventual traição a compromissos, ganhar competência para destituí-lo por meio de representação (recall legislativo) à Mesa Diretora da Câmara?

Por aí se começa a avançar. O sistema previdenciário está na UTI. E, quanto à organização federativa, cláusula pétrea da nossa Constituição, sabe-se que é fator de permanente instabilidade. O desafio está em conciliar os interesses e obrigações das partes - Estados e municípios - como todo, a Federação. Eis parte da agenda. Se Aldo Rebelo e Arlindo Chinaglia pensam algo sobre essa pauta, ninguém sabe. Fazem lembrar um pequeno conto: duas pessoas estão presas numa cela que tem apenas pequena abertura para o mundo exterior. Uma vê estrelas, a outra só o reflexo delas na lama. O que enxergam os nossos representantes?(**Gaudêncio Torquato - O Estado de São Paulo – 14/01/07**)

(10) Na boca dos leões

Ao começar a ler este parágrafo, o leitor não imagina que, antes mesmo de chegar ao final, duas pessoas estarão tombando ou sendo vítimas de assaltos no território brasileiro. E mais, entre a leitura do jornal de hoje e o de amanhã, cerca de 110 pessoas morrerão e 55 serão feridas por arma de fogo. A estatística é gritante: segundo a OMS, o País é campeão mundial em número de homicídios, com a soma de 45 mil ao ano. Só na capital paulista morrem 5 mil. Em 20 anos, as mortes por causas violentas no Rio de Janeiro e em São Paulo aumentaram em 230%. A violência ceifou a vida de mais de 2 milhões de pessoas. E o que fazem os governos federal e estaduais? Dão tiros a esmo. Atacam bandidos com balas de ocasião e migalhas de recursos. Ou, quando premidos pelo clamor público, esticam léguas de discursos retumbantes, como se viu por ocasião do assassinato do garoto João Hélio, que comoveu o País. Naquele momento, parecia que o Brasil despertara da letargia. E que o PAC da Segurança Pública, afinal, chegaria para limpar as ruas de bandidos. O tema da maioria penal veio à tona. Governadores do Sudeste se reuniram e prometeram sinergia de ações.

Mas as esperanças começam a se desvanecer na névoa das promessas deixadas de lado. O presidente da República prometera debater o tema da segurança pública com os governadores. Nada feito. O tão ansiado PAC veio, sim, mas para a educação, o que é elogiável quando se sabe que a porta da mudança se abre com a chave educacional. Os R\$ 8 bilhões anunciados para melhorar o ensino, com prioridade na educação básica, são bem-vindos, mas há uma urgência que não pode aguardar: o combate sem tréguas à criminalidade. Basta os governantes fazerem a conta: a violência custa R\$ 300 milhões por dia, conforme pesquisas feitas pelo coronel José Vicente, ex-secretário nacional de Segurança Pública. Por ano, a soma ultrapassa os R\$ 11 bilhões. A União despense por ano com segurança menos da metade dessa quantia. Desatenção, insensibilidade. E a tragédia se intensifica.

Abatida por uma bala perdida, em São Paulo, Priscila, de 13 anos, ficou paraplégica. Abatida por uma bala perdida, no Rio, Alana, de 13 anos, morreu. O lamento de uma mãe, cujo marido está desempregado, e o grito desesperado de outra se encerram, ali mesmo, na telinha colorida da TV, por sabermos que a dor materna, por mais intensa, será insuficiente para tirar o sono de governadores e do presidente. Dois sonhos, um desfeito, outro quase, num espaço de poucos dias. Duas pequenas amostras da barbárie que se abate sobre o povo brasileiro. Qual foi o gesto das autoridades para acabar com as balas perdidas? Por que a violência, o problema mais agudo do País, não recebe tratamento de choque? Porque a violência, de tão próxima e repetitiva, a ponto de deixar ver os próximos episódios, se tornou banal. Matar, morrer, ser vítima de seqüestro, ganhar uma bala perdida do tiroteio entre policiais e bandidos são coisas tão corriqueiras que nos dá a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, atravessará o nosso trajeto.

A certeza aumenta quando desviamos o olhar para os dados da fragilidade social. Se ocorrem 2 mil roubos por dia na Grande São Paulo, é razoável a possibilidade de nos tornarmos uma presa. Somos um país 88 vezes mais violento que a França. E com uma bandidagem que se expande ao custo da impunidade. Os “de maior” podem livrar-se com um sexto da pena, transformando, por exemplo, 30 anos de

prisão em 5; e os “de menor”, abaixo de 18 anos, são limitados a passar 3 anos no internato. É evidente que a perna legislativa carece de tratamento para não agravar a saúde do corpo social.

Dos 350 mil presos do País, cerca de 80 mil estão detidos em delegacias, quando deveriam estar em presídios. Há um déficit de 100 mil vagas, enquanto 200 mil pessoas têm mandado de prisão, mas perambulam pelas ruas. O diagnóstico é conhecido. O Brasil precisa expandir as prisões, enquanto luta para eliminar os bolsões de miséria e atacar a desigualdade social. Faltam recursos? Nem tanto. Ocorre que o peso das políticas públicas perde para o volume de recursos da área econômica. Basta anotar: no ano passado, gastaram-se R\$ 151,1 bilhões em juros e encargos e outros R\$ 120 bilhões foram para amortizações da dívida. Um programa acelerado de expansão e aperfeiçoamento do sistema de segurança pública - entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões - seria bem razoável. Ou, então, que se procurem recursos e sistemas contemporâneos. Nos EUA, na França, na Inglaterra e na Austrália, certos estabelecimentos penitenciários e serviços de vigilância são privatizados. Cerca de 125 mil presos - dos 2,2 milhões existentes - cumprem pena em presídios privados nos EUA, na esteira de um mercado de US\$ 37 bilhões.

Antes, porém, que as centrais sindicais e grupos radicais “politizem” a discussão, há abordagens que merecem avaliação, entre elas um pacto entre União, Estados e municípios em torno de um programa integrado de combate ao banditismo. A idéia de uma ação coordenada abriga investimentos na inteligência criminal, pela adoção de instrumentos de pesquisa e processamento de informações sobre criminosos. O desenvolvimento de um poderoso banco de dados criminais e sociais, com identificação de perfis e padrões de comportamentos nos espaços geográficos, seria eixo vital de uma política focada na prevenção. É evidente que os aparatos policiais hão de ser bem equipados e motivados, significando salários dignos.

Por último, resta ao sistema político ouvir o clamor popular: ninguém agüenta mais. Urge banir das ruas as balas perdidas. Sob pena de continuarmos a sofrer com a síndrome da gazela, extraída da crônica: “Cada manhã, na África, uma gazela abre os olhos; sabe que terá de correr mais do que o leão para evitar a morte. Cada manhã, na África, um leão abre os olhos; sabe que terá de correr mais do que a gazela para não morrer de fome.” Os brasileiros se sentem como gazelas na boca dos leões. Incluindo os grandes felinos que abocanham os impostos. **(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo -11/03/07)**

(11) Lula se enrosca na língua

SÃO PAULO - Os noticiários on-line atribuem a seguinte frase ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa "Roda Viva", que foi ao ar ontem mesmo, a propósito do afastamento de Ricardo Berzoini da coordenação de sua campanha:

"Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: eu quero saber quem fez essa burrice para não usar a palavra que estou pensando agora. Você, como presidente do partido, tem obrigação de dar uma resposta à sociedade. Ele não deu [a resposta], eu o afastei da coordenação da campanha".

Quer dizer então que o presidente de um partido tem obrigação de saber quem fez "essa burrice" (mais que "burrice", tem toda a pinta de ser crime eleitoral) e o presidente da República (também presidente de honra do partido) não tem a obrigação de saber de nada?

Lula usou à exaustão o argumento de que nem em família o pai, se está na sala, pode saber o que se passa na cozinha (ou qualquer outra dependência). Aí, de duas uma: ou o argumento vale também para Berzoini ou, se não vale, não serve para proteger Lula.

É óbvio, mas se torna obrigatório dizer: o presidente da República tem à mão instrumentos muito mais potentes do que o presidente de um partido (qualquer partido) para averiguar quem fez "essa burrice" (e os demais crimes de que o PT é acusado, a ponto de sua cúpula ter sido chamada de "organização criminosa" pelo procurador-geral da República).

No entanto, o presidente sistematicamente nega à sociedade as informações que acha que Berzoini tinha obrigação de dar. Diz que foi traído (no episódio do mensalão), mas não diz por quem.

Joga a culpa por todo o escândalo do dossiê em cima de Berzoini e dos "aloprados", como se ele próprio fosse inimputável. Lula nem precisa de opositores para se enroscar na língua. **(Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 17/10/06)**

(12) De ataques e quadrilha

Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos "companheiros que foram atacados". De fato, os "ataques" foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é "atacada" por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país. Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que "ataque", hein? A baixaria dos "ataques" revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os "atacantes" visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. "Ataque" com moeda forte deve doer mais. Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o PT se transformara em "quadrilha" e "organização criminosa". É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que os "ataques" não foram "ataques", mas fatos. A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar os "ataques" que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve "ataques", mas fatos. Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos "ataques", chamando-as de "envolvidos" (Palocci, no ataque ao sigilo bancário de um caseiro; Dirceu no "ataque" chamado "mensalão"). Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de "ataques" e, afinal, é companheiro de viagem do lulo-petismo. **(Clóvis Rossi– Folha de São Paulo – 22/08/06).**

(13) No reino dos mensaleiros

Em meio a apagação aérea, idas e vindas do presidente Lula, militares rebelados, comandantes irritados e tudo o mais, o acontecimento passou quase despercebido. O PP montou um time de primeira para administrar o partido: os deputados Paulo Maluf, Pedro Henry, o cassado Pedro Corrêa, o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti. Para gerir o cofre, ninguém menos do que o ex-deputado José Janene, aquele que se disse profundamente enfermo a tal ponto que não teve como prestar explicações ao Conselho de Ética no processo de perda de mandato por envolvimento com o mensalão. O mesmo que acabou absolvido em plenário por colegas solidários.

Janene respondeu a processo sob suspeita de se ter beneficiado de R\$ 4 milhões do esquema de distribuição de dinheiro a parlamentares coordenado por Marcos Valério (lembrem-se dele, o benemérito também do caixa do PT?). Como prêmio, agora vai gerir os R\$ 8,2 milhões, a cota do PP no fundo partidário neste ano. Mensaleiro de quatro costados estará bem acompanhado dos colegas também receptores das benesses de Valério, Pedro Corrêa e Pedro Henry.

O primeiro Pedro presidia o partido. Foi um dos três que perderam o mandato durante o processo de caça a mensaleiros desferido pela Câmara. Os outros foram o ex-homem forte do PT e do governo, José Dirceu, e Roberto Jefferson, o dirigente do PTB que pôs a boca no trombone e denunciou a maracutaia. Corrêa foi condenado por autorizar um ex-assessor do partido a sacar R\$ 700 mil das contas de Valério.

O segundo Pedro foi absolvido pelo próprio Conselho de Ética. Foi acusado por Jefferson de ser um dos agenciadores de mensaleiros na Câmara e por oferecer compensações a quem trocasse de partido para fortalecer a base do governo Lula.

Com uma profusão de nomes bíblicos na direção da legenda, Paulo Maluf não poderia ficar de fora da lista. Só para lembrar parte do seu currículo público, fiquemos nos acontecimentos mais recentes. Foi preso em 2005, acusado de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção e crime contra o sistema financeiro. Foi libertado porque o Supremo Tribunal Federal levou em consideração o fato de ter ultrapassado a faixa dos 70 anos de idade e estar debilitado. Apesar disso tudo, elegeu-se deputado federal e vai decidir sobre o futuro do PP.

E, agora, Severino Cavalcanti, o deputado que renunciou ao mandato mas acabou cassado pelos eleitores nas urnas do ano passado. Desistiu do gabinete em Brasília depois de denúncia de cobrança de propina de um empresário para prorrogar a concessão de um restaurante da Câmara.

Com uma escalação assim, o PP soma, no comando, o maior número de processos sob investigação das polícias e da Justiça do país. Mas não está nem aí para a torcida. "Não somos a palmatória do mundo, não", defende-se o líder do partido na Câmara, Mário Negromonte, um baiano arretado. "O PP fica com seus filiados na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, é um casamento político".

A História promove coincidências irônicas. Ao mesmo tempo que o PP reentronizava quadrilheiros, mensaleiros e corruptores, completava-se um ano do fim da CPI do Mensalão Ninguém foi preso, nenhum dos 40 denunciados pela Procuradoria-Geral da República virou réu em processos, e 14 autoridades comunicadas oficialmente pelo Senado ou nada fizeram ou sequer responderam. No Brasil das injustiças, os fatos se somam e permitem que a impunidade semeie frutos sem tempestades. Semeou o retorno dos maus ao comando do PP. Ara a terra de políticos de passado escuso e livres em várias legendas. Lavra o Congresso de infiéis. E torna a Política, cada vez mais, uma utopia. **(Ana Maria Tahan – Jornal do Brasil – 07/04/07)**

(14) O Senado é cúmplice

BRASÍLIA - Renan Calheiros buscou uma absolvição sumária, rápida. Não deu certo. Agora diz não estar preocupado com prazos. Aposta na abulia crônica do Senado. A lógica é manjada. O tempo passa e o caso está esquecido. Inviabilizada a pizza a jato, os renanzistas introduziram uma discussão bizantina no Conselho de Ética. O órgão não tem poderes para investigar, quebrar sigilos nem fazer diligências. Logo, é necessário esperar a boa vontade de instituições como a Polícia Federal.

Baboseira. O Conselho de Ética deve apenas dizer se há dúvidas sobre as negociações milionárias de Renan Calheiros com gado. Os senadores só têm obrigação de responder a uma pergunta: Renan Calheiros mentiu ou não mentiu a respeito de seus fabulosos rendimentos com atividades pecuárias? Mentira não pode ser qualificada.

Não vale dizer "foi só uma mentirinha" ou culpar um contador pobre diabo. Se Renan mentiu, deve ser cassado. Simples assim. E já há fartas informações disponíveis: 1) o gado alagoano (região de febre aftosa) produzido por Renan é vendido (sic) por preço acima do de São Paulo; 2) açougues mixurucas não reconhecem as vendas; 3) os lucros das atividades pecuárias do presidente do Senado são altíssimos na comparação com a média nacional e 4) a taxa de fecundidade das vacas desse excepcional rebanho supera de longe o encontrado na natureza (**Fernando Rodrigues - Folha de São Paulo - 23/06/2007**)

(15) Livre comércio?

O presidente Lula explicitou ontem, no seu programa de rádio, a estratégia que o Itamaraty já vinha desenvolvendo na retomada das negociações da Rodada de Doha: os países emergentes, reunidos no G-20, passariam a aceitar negociações em torno do setor de serviços para que, tanto Estados Unidos quanto União Européia, aceitem reduzir os subsídios agrícolas, permitindo que os países do Terceiro Mundo possam competir naqueles que são os maiores mercados do mundo.

O assunto, tema delicado nas negociações da falecida Alca, volta para o âmbito da Organização Mundial do Comércio - como, aliás, o Brasil sempre defendeu - mas agora tem como pano de fundo a parceria que pode ser firmada entre os Estados Unidos e o Brasil no setor dos biocombustíveis.

E como ponto de partida o subsídio ao trigo e ao milho que o governo americano dá aos produtores para tornar o etanol competitivo com o produzido no Brasil e em outros países, da cana-de-açúcar.

Paralelamente, dentro da política de parceria energética, o Brasil vai também pedir o fim da taxa de exportação do etanol, como já acontece com os países da América Central e do Caribe que fizeram acordos bilaterais com os EUA, ou pelo menos uma cota anual livre de taxa.

O fato de o governo dos EUA vir negociando com esses governos, incentivando-os a produzir etanol da cana-de-açúcar, garantindo financiamento e o mercado americano, parece não assustar o presidente Lula.

Pelo contrário, ele ontem, no mesmo programa de rádio, disse que está empenhado em convencer o mundo de que "a produção de combustíveis renováveis, geradores de empregos, vai favorecer não apenas a Humanidade como um todo, mas pode possibilitar que os países ricos possam ter projetos de investimento na agricultura em países menos desenvolvidos, sobretudo países da África, da América Central, e esses países, então, terem um crescimento econômico, mais geração de emprego e distribuição de renda".

Essa postura indicaria ainda que o governo brasileiro está atento à necessidade de o país abrir mercados também para a exportação da tecnologia de produção de etanol da cana-de-açúcar, que dominamos. Mas a negociação sobre o tema serviços, que seria a contrapartida dos países em desenvolvimento à abertura dos mercados internacionais para os produtos agrícolas, não será fácil.

Nos momentos mais duros das negociações da Alca, o chanceler brasileiro Celso Amorim conseguiu colocar na mesa de negociações valores mais amplos que o simples comércio. Definiu que excluir das negociações temas de interesse direto dos países desenvolvidos, como por exemplo regras de investimento, seria mais que um contraponto à decisão dos EUA e da União Européia de não discutir a liberação dos subsídios à agricultura. Seria defender os interesses nacionais.

Na opinião dele, a Alca, para se justificar, teria que permitir políticas de desenvolvimento nacionais. Celso Amorim baseava sua ação na assertiva de que não poderíamos aceitar regras de compras governamentais, ou de proteção a investimentos estrangeiros, que impedissem o país de ter uma política industrial própria.

Mas havia controvérsias dentro do próprio governo, pois já àquela altura alguns consideravam que, nos tempos atuais, em vez de uma política industrial nacional, dever-se-ia simplesmente escancarar a economia, ampliando o comércio internacional. O exemplo mais citado era o do México, cujas exportações cresceram cerca de 150% em dez anos com o Nafta.

O simples volume de comércio nessa magnitude fez com que as agências de rating elevassem o nível do México. A chave para o crescimento sustentado do país nos próximos anos, portanto, é o comércio internacional. Uma área sensível é a de compras governamentais. Os negociadores dos Estados Unidos já haviam concordado que o compromisso da transparência seria suficiente.

Quando houvesse uma licitação internacional para compras públicas, se alguma empresa estrangeira estivesse interessada teria acesso sem restrições às informações. Esse procedimento não teria qualquer problema para o governo brasileiro, já que as informações são públicas e estão no sistema de governo eletrônico, um dos mais avançados do mundo.

Outro ponto difícil, de interesse dos Estados Unidos, era o compromisso de abrir todas as áreas às empresas estrangeiras, sem limitações. Por instrução direta do Planalto na ocasião, esse compromisso não foi assumido. No plano federal, alguma flexibilidade foi estudada, mas havia a intenção de usar contas públicas para exigir contrapartidas de transferência de tecnologia, ou de investimentos em algumas áreas estratégicas para o Brasil.

Todas essas questões podem voltar agora à mesa, e talvez seja mais fácil hoje do que há dois ou três anos flexibilizar alguns procedimentos, já que agora há uma proposta concreta na mesa de negociações de parceria energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada. O país também ampliou sua balança comercial e mostrou-se competitivo no comércio internacional.

Tudo vai depender do estado geral da economia mundial, depois que a turbulência das bolsas mundiais passar e ficar mais claro exatamente o que está acontecendo com os dois motores do mundo globalizado, os EUA e a China.

A decisão do governo chinês de "arrefecer" o crescimento para 8% este ano, pode ser um sinal de que, mesmo assim, o comércio internacional vai continuar contando com a força de compra da China para manter os preços das commodities em patamares altos, o que é fundamental para o Brasil manter superávits comerciais expressivos. **(Merval Pereira - O Globo - 06/03/2007)**

(16) Ação correta, bravata inútil

O governo brasileiro agiu sob a proteção de um acordo internacional quando licenciou compulsoriamente duas patentes do Efavirenz, um medicamento usado no tratamento da aids. Com essa medida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu caminho tanto para a importação de um genérico produzido por laboratórios indianos quanto para a fabricação do remédio no Brasil. O laboratório norte-americano Merck Sharp & Dohme, dono das patentes, lamentou a decisão e acusou as autoridades brasileiras de terem rompido as conversações prematuramente. O coro das censuras teve a participação da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, da Federação Internacional da Indústria Farmacêutica, com sede em Genebra, e também das entidades do setor no Brasil. Foi uma iniciativa perigosa para o Brasil e para outros países em desenvolvimento, disseram porta-vozes das várias associações de representação da indústria. Reações desse tipo e pressões contra a alegada quebra de patentes eram previsíveis e o governo deve tê-las incluído em seus cálculos. Será difícil contestar com sucesso, num tribunal ou na Organização Mundial do Comércio (OMC), a ação das autoridades brasileiras. O licenciamento compulsório de patentes é previsto em normas internacionais desde janeiro de 1995, quando entrou em vigor o atual acordo sobre propriedade intelectual. O assunto foi retomado em dezembro de 2001, na conferência ministerial da OMC em Doha, no Catar, e a definição das condições para licenciamento foram completadas em agosto de 2003. Pelas normas em vigor, esse procedimento é permitido tanto para produção destinada ao mercado interno quanto para exportação, quando o país importador não tem condições, pelo menos momentâneas, de fabricar o medicamento. Emergências nacionais, “outras circunstâncias de extrema urgência”, “uso público não comercial” e práticas anticompetitivas são motivos previstos para a adoção da medida. O licenciamento compulsório não corresponde a uma quebra de patente. Esse esclarecimento é fornecido pela própria Organização Mundial do Comércio em seu material didático acessível pela internet. O detentor da patente mantém seus direitos e recebe um pagamento pela produção de cópias. Essa remuneração está prevista no Decreto nº 6.107, assinado na sexta-feira pelo presidente Lula: o valor corresponderá a 1,5% do custo do medicamento fabricado pelo Ministério da Saúde ou do preço do produto por ele comprado. As autoridades brasileiras cuidaram de preparar um decreto de acordo com todas as minúcias legais e parecem ter sido bem-sucedidas nesse esforço. Mas a decisão, obviamente, não é apenas técnica e jurídica. É também política, porque envolve o risco de atritos internacionais e porque pode afetar decisões de investimento. Em 2001 e em 2003, o governo brasileiro ameaçou recorrer ao licenciamento compulsório, mas não precisou fazê-lo porque os proprietários das patentes concederam descontos considerados satisfatórios pelas autoridades. Desta vez, segundo o governo, não foi possível evitar a medida extrema porque as negociações, iniciadas em novembro, não produziram resultado até o final de abril. No dia 24 do mês passado, uma portaria classificou o medicamento como “de interesse público”. A empresa ainda ofereceu, depois disso, um desconto de 30%, considerado insuficiente pelo governo brasileiro porque o preço ainda seria quase o dobro daquele pago pela Tailândia. Com a importação do produto, e talvez com sua fabricação, mais tarde, o governo poderá economizar US\$ 30 milhões anuais, segundo alega, e ampliar a assistência aos doentes. A iniciativa é defensável tanto por sua base legal quanto por seus objetivos, mas pelo menos um reparo é indispensável: o presidente Lula poderia ter renunciado ao discurso em tom de bravata e à ameaça de recorrer ao licenciamento para baratear outros produtos. Ele não precisa copiar o estilo dos companheiros Evo

Morales e Hugo Chávez ao anunciar uma providência dura, mas política e legalmente justificável. O decreto por ele assinado mostra a disposição de fazer coisas desagradáveis, mas necessárias. A bravata acrescenta ao ato uma tintura de truculência não só inútil, mas também inoportuna. **(Editorial - O Estado de São Paulo - 08/05/2007)**

(17) Dialeto único

A partir de janeiro de 2008, Brasil, Portugal e demais nações lusófonas terão a ortografia unificada. Querem empalhar um idioma vivo, dinâmico e em constante mutação. Pretendem acabar de vez com “a última flor do Lácio” e pôr em seu lugar um “dialeto único”; uma bombástica manifestação do melancólico pendor ibero-latino pelo centralismo burro, quando o mundo desenvolvido está a demonstrar que não há progresso sem descentralização. Vale a tese rodriguiana da revolução dos idiotas que se descobriram em maior número e sentiram a embriaguez da onipotência numérica. Segundo Nelson, “o grito, a ênfase, o gesto, o punho cerrado, estão com os idiotas de ambos os sexos”.

Tal projeto só é possível no papel, na teoria; porque, na prática, duvidamos que a empreitada tenha êxito sequer dentro do Brasil, onde o fraseado, a fonética e a inflexão apresentam distinções de uma região para outra com visos de línguas diferentes. Um estrangeiro, neófito no idioma de Machado, certamente haveria de pensar que o piauiense e o gaúcho empregam vernáculos conflitantes.

O argumento usado em apoio a essa sandice é grotesco, raiando pelo cretinismo. Alegam que as diferentes ortografias atrapalham a divulgação e a prática do idioma em eventos internacionais. Se isto é verdade, por que então o inglês, o francês e o espanhol não padecem dessa inconveniência? O inglês difere muito de um país anglófono para outro, até mesmo na estrutura, e ninguém parece se importar com isso, porque, naturalmente, não existe problema algum. Os dicionários registram todas as grafias e pronúncias usadas, cada um fala ou escreve como quer, e todos se entendem. Os Estados Unidos, aquela potência, nem possuem um idioma oficial. Vão reformar o quê?

Afirmam que a medida facilitará a definição de critérios para exames e certificados destinados a estrangeiros. T tamanha asneira nem merece comentário, porquanto tal dificuldade não ocorre em outros países. A Bélgica, por exemplo, com duas línguas, o flamengo e o francês, ainda não reclamou de inadequações desse tipo. E o que dizer da Suíça com seus cantões de falas diversas e com aquela organização impecável?

As alterações pretendidas são, mais uma vez, inócuas e irrelevantes. Muita gente ainda escreve com absoluta correção, sustentada no vocabulário de 1943; não movem uma palha, fora de livros e periódicos, para adotar a reforma ortográfica de 1971. Enfim, os imortais da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa, em vez de produzir livros bem escritos, promover uma boa educação e, com eficácia, estimular o sagrado gosto pela leitura, decidiram realizar essa parvoíce normativa; a terceira no Brasil e a quarta em Portugal em menos de um século. Seria mais coerente, mais simples, preservar as grafias atuais, que mal não fazem a ninguém, e possibilitar a aprendizagem das formas existentes pelos usuários do português; elas não diferem tanto assim.

É realmente constrangedor verificar que nossa língua é a única que vem sendo regulamentada a torto e a direito através dos tempos. A única mudança que realmente faz algum sentido é a reinclusão das letras "k", "w" e "y", o que já deveria ter sido feito há muito tempo, embora sem qualquer necessidade de unificação ou consulta à MetrÓpole. Nada mais se vislumbra de útil ou relevante no embasamento comum do português falado no Brasil e em Portugal.

A reforma ortográfica é inoportuna, rebarbativa e mais perniciosa do que benéfica. A nova ortografia não cumpre o efeito desejado da padronização da língua; nenhuma assembléia de gramaticões jamais conseguirá tal façanha em volta de uma mesa, a portas fechadas, tendo como fonte de consulta somente idéias próprias. É intolerável. Todos somos afetados. Uma reforma ortográfica só teria legitimidade por referendo popular. Especialmente quem escreve, quem tem o idioma como ferramenta principal, deveria usufruir o direito singelo de opinar. Será que a maioria da população concorda com essa imensa lambança? **(Antonio Sepúlveda – Jornal do Brasil – 27/08/07)**

(18) Luz e escuridão

Para saber cada vez menos a pessoa tem de aprender cada vez mais. A frase é um contra-senso. Mas faz parte da lição de quem deseja conhecer o Brasil. Caso não concorde com a afirmação, resta a inversão do conhecido conceito de geometria analítica elementar: nos nossos trópicos tupiniquins, a menor distância entre dois pontos é uma curva, não uma reta. Vejamos.

As eleições tinham regras definidas. O prumo quase se perdeu, após interpretação rígida da verticalização feita pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dois dias depois, o ministro Marco Aurélio, pressionado por partidos, voltou atrás e o tribunal decidiu fazer valer a regra de 2002 para as alianças. Estamos assistindo à mais espetacular cobertura das Copas Mundiais de Futebol. Descontração geral com as diabruras de Ronaldinho e excessiva preocupação com as bolhas nos pés do outro Ronaldo. Tensão, na seqüência, com a mais violenta ação de vandalismo praticada contra a sede de um Poder da República, a Câmara dos Deputados depredada por 500 trabalhadores sem terra. O líder da baderna (acreditem) é filho de usineiro, mora num imóvel de classe média alta e é membro da Executiva Nacional do PT. Coordena um movimento que recebeu verbas do governo - aliás, o nosso dinheiro. Alegria e ódio, folia e revolta, beijos e tapas. Eis a estampa de um país onde a luz dos trópicos se esmaece sob a escuridão das mentes.

É forte a sensação de que o País está à deriva, sem governo. Os espaços entre direitos e deveres, funções e obrigações, ordem e desordem são ocupados por conveniências de grupos, circunstâncias momentâneas e decisões apressadas. O senso está sendo abolido de instâncias da autoridade pública. Diante do visto nos últimos dias, não se pode esperar outra coisa senão um amanhã de muito imprevisto. O provisório substitui o permanente. A permissividade se instala, sem pudor e sem rubor de partícipes de escândalos. Basta ver mensaleiros, sanguessugas, velhacos e trânsfugas - depois de nomeados publicamente como quadrilheiros - ensarilhando armas para voltar ao Congresso. Abrigados na sombra de absolvições corporativas, ganharão novo assento com o voto de parcelas eleitorais que, impermeáveis aos sismos políticos, parecem dândis vagando na escuridão. "A vista da mesma paisagem anos e anos se converte para o espectador em vazio que não causa mais impacto", eis a expressão de Elias Canetti para explicar a densa camada de insensibilidade que afasta os brasileiros da política. A corrupção, a malandragem, a invasão de propriedades privadas, o desrespeito à ordem se expandem a olhos vistos no País, com a complacência de autoridades do primeiro escalão. Tantas são as iniquidades e perversões que não causam mais impacto.

Multiplicam-se as interrogações no alfabeto político. Ora o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, denuncia "o país do faz-de-conta", incorporando o vanguardeiro mais consciente do império da lei. Casamento, sim; concubinato, não. Esse foi seu argumento para explicar que os feitos de 2002 - quando partidos fora das coligações nacionais firmaram alianças livres nos Estados - passariam a ser proibidos. Ora o mesmo magistrado, "dando a mão à palmatória", volta atrás e deixa o dito pelo não dito. A sapiência e a technicalidade, que se reconhecem nas decisões daquele ministro, teriam escapado a uma acurada análise da legislação ou o "fator político" influenciou o recuo dos sete ministros do TSE? Argumentou-se que a

insegurança jurídica gerada por uma interpretação influenciou a decisão. Insegurança jurídica é tomar decisão e voltar atrás. É evidente que a verticalização plena - a primeira versão do TSE - não condiz com a desigualdade dos Estados federados e suas características partidárias. Por isso não se critica, aqui, o mérito da decisão - porquanto mudar a regra a poucos dias das convenções partidárias levaria o quadro partidário ao caos -, mas à processualística do tribunal.

Dizer e desdizer não condiz com a liturgia do Judiciário. E isso dá margem à conclusão de que, mais uma vez, o jeitinho brasileiro deu o tom. Ademais, por que o TSE não explicou as regras do jogo bem antes? Não há coisa mais insensata do que se manifestar apenas quando inquirido. A Justiça não deve antecipar critérios? Ouça-se o velho Rui: "Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta." Se o tribunal quer aplicar a lei, basta punir a ilegalidade que se comete todos os dias. O presidente da República faz campanha descarada, usando até o Palácio do Planalto para conchavos eleitorais. Os horários dedicados a partidos na TV e no rádio fazem abertamente propaganda eleitoral. Será que o TSE não enxerga a campanha nas ruas, antes do prazo estipulado pela Justiça?

A mesma sensação de debilidade e dubiedade paira na esfera parlamentar. Faz um bom tempo que o Congresso só vota medidas provisórias. Trabalha com coadjuvante do Poder Executivo, o grande legislador. A idéia de que um formidável cambalacho ali se produz decorre do parco resultado de CPIs. A absolvição de parlamentares envolvidos com o mensalão coroa a agenda negativa. Não há como evitar a montanha de indignação social contra políticos. A depredação da Câmara representa a extensão da onda avassaladora que engolfa os espaços dos Poderes e desmonta a base da autoridade. A violência cometida pelo MLST é agravada pelo fato de que seu líder foi acolhido por Lula, o bom amigo. O Executivo abre os cofres para movimentos que primam pelo radicalismo. E o dinheiro é desviado dos assentamentos para as operações de guerrilha. Em suma, o governo garante os recursos do vandalismo. Depois, o presidente faz meia condenação a baderneiros e fica tudo por isso mesmo.

Mas, logo, logo, a bola vai rolar, para gáudio da pátria do futebol. Se o Brasil trazer o caneco, a catarse coletiva será o bálsamo para a alma ferida da Nação. Se o caneco for desviado, Deus vai ter trabalho redobrado para nos tirar da escuridão.
(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo – 11/06/07)

(19) "Estaremos perdidos"

A frase-síntese do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi captada pelo jornalista Guilherme Barros, ontem na Folha, ao reproduzir uma fala importante do ministro da Fazenda, Guido Mantega: "Se o país não crescer a 5%, todos estaremos perdidos".

A afirmação peremptória do ministro é uma demonstração lapidar de como funciona -ou não funciona- o governo Lula. Previsões sem conexão com a realidade são produzidas sem a menor preocupação com os seus efeitos.

Não é certo, mas é possível que Guido Mantega saiba que não "estaremos perdidos" se o país não crescer a 5%. Por que então um ministro de Estado produz **tal** declaração catastrofista? **(Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – 24/01/07)**.

(20) A cidade condenada

O relatório das Nações Unidas sobre o "Estado das Cidades do Mundo", divulgado esta semana, acaba condenando São Paulo, sem mencioná-la especificamente, nos seus dois extremos, os Alphavilles e os Jardins Ângela. Serve também para outras grandes cidades brasileiras.

Sobre os condomínios fechados, diz: "No mundo todo, os ricos criaram uma arquitetura de medo, ao se retraírem para enclaves residencial fortificados", que "contrariam os princípios do desenvolvimento urbano sustentado".

Sobre as favelas, o relatório lembra que seus habitantes morrem mais cedo até do que os pobres das áreas rurais, em geral considerados os pobres entre os pobres. Além disso, são os mais afetados por desastres naturais e "têm menos acesso à educação".

Aqui reside o ponto-chave. Programas assistenciais, como o Bolsa-Família, são necessários porque não tem o menor cabimento deixar populações pobres morrerem de fome. Mas nem sequer tangenciam o problema dos pobres urbanos, que são a maioria, mas que não correm o risco de morrer de fome.

Mais ainda do que para os pobres rurais, para os urbanos a inclusão social passa por outras vertentes, em parte mencionadas no relatório das ONU. Passa por educação de qualidade ao menos razoável, que as escolas públicas não estão oferecendo, ainda que abram vagas para todos ou quase todos.

Passa por habitação, passa por segurança pública, passa por atendimento à saúde (mais necessário ainda pelas precárias condições sanitárias das favelas) e passa por emprego e renda.

Ou, se se preferir um rótulo que resume tudo, passa por "desenvolvimento urbano sustentado".

Pena que essa discussão está, até agora, longe da campanha eleitoral brasileira.
(Clovis Rossi – Folha de São Paulo – 18/06/06)

(21) Armas e armadilhas

BRASÍLIA - Lula faz malabarismos para tirar o escândalo do dossiê da pauta e botar no lugar o que seria uma espécie de furor privatizante dos tucanos. Ele, os petistas e seus aliados, não param de ameaçar com o lobo mau tucano, que vai engolir e privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a CEF e todos esses feudos do PT.

O povão do Bolsa Família não está nem aí, mas engenheiros, geólogos, bancários e a classe média ainda indecisa no segundo turno estão "com medo" -para ressuscitar, às avessas, o discurso da eleição de 2002. Medo de Alckmin, eleito, sair privatizando freneticamente.

A dúvida é: se a "esquerda" tem uma política de ocupação das estatais, e se a "direita" quer privatizar tudo, para onde correr? Ponto para a estratégia petista, que aparentemente estancou o movimento de indecisos e desconfiados rumo a Alckmin nas últimas semanas do primeiro turno, no mínimo para forçar o segundo turno.

Mas a revista "Veja" balançou a estratégia ao contar como o ministro Márcio Thomaz Bastos (que está em todas!) e a Polícia Federal deram um jeitinho para que o petista Gedimar recuasse e tirasse o nome de Freud Godoy do escândalo dos R\$ 1,7 milhão da compra do dossiê contra tucanos. Gedimar disse que Freud era um dos responsáveis. Depois, retirou o que dissera.

Esse entra-e-sai de Freud de mais essa lambança petista tem um bom motivo: ele é o único envolvido que não é só da campanha de Mercadante, nem só da campanha de Lula, nem só do PT; ele é de dentro do Palácio do Planalto. Tirar Freud é tirar o Planalto da linha de tiro.

Se a reportagem da "Veja" é correta, Tarso Genro fala só da boca para fora ao dizer que o "eleitor está exaurido do debate sobre a ética". O PT sabe que não está. A oposição sabe melhor ainda. A questão é qual arma, ou armadilha, é mais mortal: a ética contra Lula ou a privatização contra Alckmin. **(Eliane Castanhêde – Folha de São Paulo – 17/10/06)**

(22) Contra Chávez, um Mercosul

Há um movimento de rejeição à entrada da Venezuela no Mercosul em gestação no Congresso. Evidentemente, a idéia saiu dos partidos de oposição ao governo de esquerda do PT. A razão imediata envolve a cassação da concessão que há 50 anos mantinha em operação a RCTV, a mais popular emissora de tevê do país. Vale lembrar, a medida foi justificada pelo "apoio" dado pela emissora aos golpistas que tentaram demover Hugo Chávez do poder em 2000.

A questão agora passa indubitavelmente pela pergunta: até que ponto impedir a entrada da Venezuela no bloco econômico fortalecerá a posição brasileira diante dos outros parceiros da região? Quem sairia ganhando com um enfrentamento político real, além das rusgas retóricas que tanto abespinharam os parlamentares brasileiros? Não há uma resposta direta, mas não anula o fato de que o Brasil vem se deixando encurralar nas negociações em torno do bloco há muito tempo.

Num passado não muito distante, a grande polarização na América do Sul opunha o Mercosul à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), iniciativa implementada ainda na administração Bill Clinton na Casa Branca, e durante os primeiros anos de atuação de George Bush. Mas, como se diz na vela, o vento "orçou" e o timoneiro daqui não percebeu. Inteligentemente, os Estados Unidos desistiram da imposição de um bloco modelado, para a montagem dessa mesma estrutura a partir de acordos diferenciados, como os assinados com o Chile e o Paraguai. Acertos bilaterais, assim, se transformaram na fórmula americana para reduzir o vigor político do Mercosul.

Foi neste contexto que o discurso implicante de Hugo Chávez ganhou terreno. Valendo-se do apelo nacionalista que as negociações e recuos com a América hegemônica propiciavam, o presidente venezuelano moldou a sua estratégia de economia política.

O líder bolivariano visava tomar os espaços abertos tanto pela hesitação brasileira quanto pela crise que afligia a economia argentina. Enquanto o Mercosul acenava com o uso das tarifas de forma integradora - porém mais trabalhosa - Chávez seduziu as massas vendendo os lucros imediatos que a fatura de petróleo e gás garantem à Venezuela.

O ensaio da oposição brasileira no Congresso ecoa ainda de forma tímida. Para uma Casa conspurcada por escândalos e pela leniência com os casos de corrupção flagrados a todo momento, falta força moral para sustentar um embate contra a Revolução Bolivariana, sobretudo quando se sabe que o governo brasileiro ainda acredita na tese de que é melhor ir cedendo a Chávez aos pouquinhos do que perder qualquer possibilidade de controlá-lo.

A lógica para embarreirar a entrada da Venezuela no Mercosul não pode se fundamentar em discussões sobre a cláusula democrática do Mercosul. No país de Chávez, tudo é legal e democrático, pelo menos teoricamente. A classe política brasileira prestaria um serviço mais relevante ao país se aproveitasse a oportunidade para barganhar condições que garantissem a viabilidade de todo o bloco, atendo-se à ameaça que a diplomacia dos petrodólares efetivamente traz a

uma integração econômica capaz de distribuir os ganhos entre todos os participantes.

Ao apostar nesse discurso, o Congresso ganharia o direito de pleitear seu papel fiscalizador da política externa do Itamaraty, cuja tolerância com as diatribes de Chávez gerou prejuízos que precisam ser revertidos. Para que não sejam pagos pelos brasileiros. **(Editorial – Jornal do Brasil – 14/06/07)**

(23) Nós, os idiotas

“Curva a cabeça, sicambro! Adora o que queimaste e queima o que adoraste.” Segundo uma narrativa medieval, essas palavras de Remigius, bispo de Reims, assinalaram a conversão de Clóvis ao catolicismo, em 498, e a fundação mítica da França. O rei dos francos abjurou suas convicções pagãs em nome da unidade dos seus súditos e da vitória na guerra. Ele se converteu, não se vendeu. Na sua posse como ministro, amanhã, Roberto Mangabeira Unger queimará o que escreveu em 2005, quando, numa versão de qualidade inferior do J’Accuse, de Émile Zola, classificou o governo Lula como “o mais corrupto” da história do País e clamou pelo impeachment do presidente. O intelectual de Harvard começou a se converter à adoração de Lula seis meses depois de publicar seu libelo e, agora, completa o ato de contrição, ofertando desculpas ao homem que lhe concede um cargo. O evento consagrará uma operação comercial plena de sentido político. Uma transação se articula em torno de dois pólos: o vendedor e o comprador. No caso das convicções do novo ministro, os analistas investigaram as motivações do primeiro pólo, mas pouco se interessaram pelas do segundo. Mangabeira Unger colecionou fracassos tentando se tornar o Rasputin de Leonel Brizola e de Ciro Gomes. A sua busca incessante de um tribuno da plebe o conduziu ao paroxismo de vestir-se com o manto de candidato presidencial pelo partido de uma seita cristã. Ao abjurar suas convicções falsificadas para aderir ao salvador da Pátria que detém o poder, ele é fiel a si próprio e, sem o saber, conclui uma trajetória rumo à irrelevância política.

O arremedo de Zola tupiniquim é descartável, mas o líder que compra suas propaladas convicções não é. Lula não convidou Mangabeira Unger para o círculo ministerial por não ter lido o que este escreveu, mas precisamente por ter lido. Agindo com requintada crueldade, o presidente inventou, especialmente para abrigar o intelectual, uma Secretaria de Ações de Longo Prazo, que é uma piada literal já alcunhada de Sealopra. Trata-se de humilhar e extrair uma vingança pessoal. Mas a operação não se circunscreve à mesquinha de varejo e serve a um objetivo presidencial estratégico: dissolver a ética da convicção no ácido da galhofa pública. Na pólis grega, a ágora cumpria as funções paralelas de praça do mercado e de fórum político - o lugar do intercâmbio de mercadorias e de idéias. A metáfora do mercado se aplica à política democrática, na qual o eleitor desempenha o papel de comprador de convicções. A condição para o funcionamento do sistema é que a mercadoria - isto é, a convicção - seja genuína. Quando se difunde a percepção de que no mercado político só se vendem produtos falsificados, os cidadãos abandonam o fórum. Eis a meta do presidente, que compra o que está à venda. Desde a inauguração de seu primeiro mandato, Lula empenha-se em desmoralizar a ética da convicção, a começar pelas suas próprias supostas convicções dos tempos de oposição, agora convertidas em “bravatas”. Os sucessivos congraçamentos com José Sarney, Paulo Maluf, Jader Barbalho e Fernando Collor decorreram muito menos de alegadas necessidades pragmáticas que da vontade deliberada de explodir as pontes que conduzem os cidadãos ao fórum político da ágora. A cooptação de Mangabeira Unger se inscreve como marco nessa escalada, pois, ao contrário dos deputados mensaleiros, o intelectual de Harvard aliena o patrimônio da convicção política presumida como verdadeira. No fórum da ágora, os governantes prezam a convicção divergente, que ajuda a configurar o debate público e confere legitimidade democrática ao programa da maioria. O governo Lula teme a divergência de idéias, que invariavelmente enxerga

como um complô. O presidente e seus ministros hostilizam a imprensa e, diante da crítica, tendem a preferir a via dos tribunais à da polêmica política. Mas estão sempre prontos a pagar a abjuração com um ducado ou um mero lote vazio nos amplos domínios da máquina pública. Nunca o oportunismo e a aversão aos princípios foram tão generosamente recompensados.

Há muito da personalidade de Lula nessa estratégia. O presidente, que declara orgulho pela própria incultura e evidencia deslumbramento com o sucesso pessoal, confunde o interesse público com a sua conveniência privada. Mas a esperteza presidencial semeia o solo fértil da crise do sistema político brasileiro. Há uma semana, sob o argumento majoritário de que os eleitores absolveram os parlamentares, a Comissão de Ética da Câmara se negou a reabrir processo contra deputados reeleitos que, temendo a cassação, renunciaram a seus mandatos no curso do escândalo do mensalão. A falácia política e jurídica que garante a impunidade foi sustentada pelo deputado José Eduardo Martins Cardozo, antigo expoente da ala “ética” do PT, que se distingue da ex-colega Angela Guadagnin pela sabedoria de protagonizar uma nova “dança do mensalão”, apenas depois da reeleição. Enquanto o intelectual de Harvard ilustrava voluntariamente a tese lulista de que tudo está à venda e o santarrão “ético” rasgava sua fantasia, Tasso Jereissati demonstrava que o comércio de convicções não está restrito ao governismo. Ao subir a rampa do Palácio para prostrar-se diante de Lula num encontro de pauta sigilosa, o presidente do maior partido de oposição aderiu à galhofa patrocinada pelo Planalto. O ato veicula uma mensagem: Jereissati está dizendo aos eleitores que, diante de interesses inconfessáveis e articulações secretas, suas palavras solenes de ontem valem tanto quanto as de Mangabeira Unger. Os cidadãos da pólis grega se consideravam privilegiados por participar da vida política e cunharam o termo idiotis (idiota) para identificar aqueles que evitavam o fórum da ágora. O lulismo persegue tenazmente a meta de esvaziar o fórum, reduzindo a ágora à praça do mercado e convertendo todos os cidadãos em idiotas. Ao que parece, os chefes oficiais da oposição não têm objeções. **(Demétrio Magnoli - O Estado de São Paulo - 03/05/2007)**

(24) Três discursos de posse

Como a nação não é uma empresa e cidadão não é idêntico a consumidor, política não se confunde com administração. A incapacidade de distinguir uma coisa da outra foi, aliás, a causa da derrota de Geraldo Alckmin no segundo turno da eleição presidencial.

Na democracia, política é, antes de tudo, a palavra: uma visão de futuro. O presidente Lula da Silva, o governador de São Paulo, José Serra, e o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, são os líderes políticos nacionais que demarcarão os horizontes de possibilidades de 2010. Seus discursos de posse delineiam três visões distintas de futuro.

Eu, Deus e os pobres: a visão de Lula articula-se sobre o triângulo mágico do salvacionismo. Seu discurso confirmou, uma vez mais, a substituição do conceito de trabalhadores, que sustentou a formação do PT, pelo de pobres, que é a marca inconfundível do lulismo. O primeiro conceito é o fundamento do patrimônio histórico da esquerda, mas também um traço estrutural da modernidade, pois remete aos interesses da maioria da população, inclusive da classe média, e está na origem da universalização da cidadania. O segundo conceito não se inscreve na tradição de esquerda, mas na do populismo.

É um equívoco, porém, classificar o lulismo como um populismo, ainda que o estilo populista forme a roupagem inevitável do governo Lula. O tempo do populismo passou, aqui e lá fora, e o conceito de pobres foi apropriado como elemento crucial do receituário de políticas públicas oferecido pelas instituições multilaterais. Nas formulações estratégicas do Banco Mundial, o equilíbrio fiscal dos “países emergentes” exige a renúncia à noção de direitos universais assegurados pelo poder público, mas os imperativos de ordem e estabilidade solicitam a aplicação de políticas compensatórias dirigidas aos excluídos.

São essas as fontes da plataforma social do lulismo, que se expressa no Bolsa-Família, no microcrédito, no ProUni, na política de cotas raciais. Lula não é de esquerda hoje, como reconheceu, nem foi de esquerda no passado, como fingiu por algum tempo.

A conclusão do discurso sugere que sua ascensão à Presidência corresponde a um desígnio divino. Lula mencionou Deus sete vezes, mas passou ao largo das instituições que corporificam o equilíbrio de poderes da democracia. Falando no Congresso Nacional, ele assegurou que seu governo continuará “consultando a opinião da sociedade organizada em conferências nacionais, conselhos e foros”, mas virtualmente ignorou o Parlamento. É um presságio de que persistirá na política de tratá-lo como mercadoria em liquidação, à moda do primeiro mandato.

Coisa pública, desenvolvimento e cidadania: a visão de Serra conjuga esses conceitos para oferecer uma interpretação moderna da “questão nacional”. Seu discurso denunciou as “tentativas neopatrimonialistas de privatização do Estado”, mas superou a pura crítica moral à corrupção mostrando que a subordinação da máquina pública aos interesses de uma elite política degenerada caminha junto com a abdicação do projeto de desenvolvimento.

Em contraponto evidente ao lulismo, mas não só a ele, o governador paulista desvendou o sentido de uma política econômica que serve prioritariamente aos interesses das altas finanças e, em nome da estabilidade, produz estagnação, num “ciclo de ambições modestas e fracassos bem-sucedidos”. Uma passagem notável identificou os limites do “livre mercado globalizado” (“o cidadão global inexistente”) e rechaçou a “economia da pobreza”, que prende os pobres na teia das políticas assistenciais do clientelismo.

Serra alvejou a “pior combinação de juros e câmbio do mundo” e defendeu um “ativismo governamental” que não se confunde com o espectro do “poderoso Estado desenvolvimentista” do passado, mas se orienta pela promoção da cidadania, por meio da universalização dos direitos à educação, saúde e segurança pública. Política, definiu, “deve ser a arte de alargar os horizontes e os limites do possível”.

Essa linguagem foi, um dia, ao menos parcialmente, a do PT. Exatamente por isso, José Dirceu, Tarso Genro e Marco Aurélio Garcia sentiram o golpe e, na falta de um dossiê, dispararam a “acusação” de que Serra ergue uma plataforma para 2010.

Minas Gerais, Federação e razão técnica: a visão de Aécio oferece mais uma narrativa do mito imorredouro da sabedoria política mineira, faz o elogio da gestão virtuosa e interpreta o Brasil como a soma dos seus Estados. O governador de Minas Gerais, um dos líderes da oposição, absteve-se de tecer críticas ao governo Lula. Em compensação, conclamou a “refundarmos a Federação”, pela via da desconcentração dos recursos e da “autonomia administrativa para Estados e municípios”.

Antes de 1822, ninguém se identificava como brasileiro, pois todos eram súditos da Coroa portuguesa; logo depois, ainda não existiam brasileiros, mas apenas paulistas, mineiros, baianos, pernambucanos, paraenses, gaúchos... As elites das colônias portuguesas no Brasil, formadas na moldura das capitânicas, protegeram seus privilégios políticos no longo ciclo imperial e os consagraram na primeira Constituição republicana, de 1891. Na versão de Aécio, a “Federação” é um sonho de restauração das autonomias cedidas desde a Revolução de 30 e de recuperação do lugar político que Minas Gerais ocupou na República Velha.

O discurso do governador mineiro conta uma história na qual, de Tiradentes a JK, Minas Gerais se faz - e faz o Brasil. Naturalmente, nessa história sem fim, ele próprio encarna o papel de herdeiro dos pais de Minas e da Pátria. A sua plataforma para 2010 está voltada, explicitamente, para as elites estaduais, que ganhariam “recursos” e “justiça tributária”. Mas os silêncios e omissões, tão caros à mitologia dos políticos mineiros, descortinam a avenida da conciliação: Aécio acalenta a hipótese de se converter no candidato de Lula. **(Demétrio Magnoli - O Estado de São Paulo – 11/01/07)**

(25) Eles são assim...

Homens de palavra, poderia se dizer, à primeira vista, desses senadores da República que, protegidos, embora, pelo voto secreto, ajudaram a absolver o já não mais presidente da Casa Renan Calheiros, cumprindo o despudorado acordo segundo o qual ele entregaria os anéis para salvar os dedos - o mandato do qual o Conselho de Ética do mesmo Senado duas vezes tentou despojá-lo por afronta ao decoro parlamentar. Mas nem essa variante perversa de cumprimento de um compromisso de honra foi o que de fato ocorreu quando 48 dos pares do lado cacique alagoano preservaram a sua cadeira e os seus direitos políticos, ante 29 outros que, mal ou bem, ainda prezam a moralidade pública. Três socorreram Calheiros se abstendo. Na origem dos votos que o deixaram "de alma lavada" - conforme as suas palavras, em seguida à decisão que só não decepcionou os brasileiros porque de há muito não esperam nada melhor dos seus legisladores - estavam os próprios interesses dos integrantes desse simulacro de tribunal político.

De um lado, entre os governistas, o pacto foi obedecido como manda o figurino para não aumentar o já robusto perigo de rejeição da emenda constitucional que prorroga a CPMF até 2011. Como foi noticiado à exaustão semanas a fio, se Calheiros fosse cassado, a vingança dos seus companheiros de PMDB que lhe são leais (em alguns casos, melhor não perguntar por que) poderia ser terrível - para o Planalto. Numa questão vital para o presidente Lula, em que cada voto conta, compreende-se a aflição que o levou a apoiar o esquema de resgate do aliado - que não teria condições de prosperar se ele não renunciasse ao comando do Senado. Renunciasse previamente, bem entendido. Foi o que ele prometeu que faria se o poupassem no primeiro julgamento, em setembro, pela acusação, com que tudo começou, de que um lobista pagava as suas despesas extramatrimoniais, presumivelmente com dinheiro da empreiteira para a qual trabalha. Absolvido por 40 votos mais 6 abstenções, esqueceu-se da promessa.

De outro lado, e não só entre governistas, o combinado foi cumprido porque muitos sabiam que não poderiam atirar a primeira pedra. Afinal, o segundo processo a chegar ao plenário expôs Calheiros como sócio oculto na compra de duas emissoras de rádio e de um jornal em Alagoas. A acusação - do seu antigo parceiro, o "coronel" João Lyra - era tecnicamente mais forte que a anterior. Nessa não ficou esclarecida a procedência do dinheiro com que o lobista pagava à ex-amante do amigo. Agora, além desse testemunho pessoal e da identificação dos laranjas atrás dos quais Calheiros se escondeu, a ofensa ao decoro parlamentar envolvia um ilícito até mais sério - a Constituição proíbe que detentores de mandatos eletivos sejam concessionários de serviços públicos, como os de comunicação eletrônica. Mas aí é que está a encrenca: este jornal revelou recentemente que pelo menos 23 senadores estão no negócio de rádio e TV. Seria o caso também do possível sucessor de Calheiros, Garibaldi Alves (PMDB-RN).

Quantos outros ele poderia entregar se fosse "condenado à morte", com a privação dos direitos políticos até a eleição de 2022? Daí, a sessão de anteontem do Senado ter sido o que dela disse o gaúcho Pedro Simon: "Isso aqui não parece julgamento. Está todo mundo falando de tudo, menos apresentando acusação e defesa." Pois claro. Não estava na ordem do dia absolver ou condenar um réu, mas

descriminalizar a sua conduta. Senador que possui rádios, TV e jornal não quebra decoro.

Os seus colegas só faltaram reprisar a constrangedora fila de cumprimentos que formaram depois que, da cadeira de presidente, ele jurou inocência pela primeira vez, já lá se vão intermináveis seis meses. Muitos desses colegas jamais serão conhecidos. Na véspera da decisão, o interino Tião Viana advertiu que, ao contrário da posse de rádios, TVs e jornais, revelar o voto em votações secretas é quebra de decoro. Consumado o vexame, Calheiros e os seus amigos, que não se escondem, reunidos na casa do sobra José Sarney, patrono do arranjo, debochavam, às gargalhadas, do relator Jefferson Péres, que pedira a cassação. Eles não debochavam da pessoa do senador. Debochavam dos seus princípios éticos e debochavam, principalmente, dos eleitores que os mandaram para o Senado.

Eles são assim - debochados. **(O Estado de São Paulo – Editorial – 06/12/07).**

(26) O verbo e o gesto

O presidente Luiz Inácio da Silva resume a interdição de uma emissora de televisão, por acaso a de maior audiência na Venezuela - o que corresponde à cassação de direitos dos efetivos e dos potenciais telespectadores - a um ato natural, tecnicamente corriqueiro até, do presidente venezuelano, Hugo Chávez.

Na entrevista que deu à Folha de S. Paulo na Alemanha, tentou conferir à ação uma normalidade que ela não tem. Em meio a um emaranhado de raciocínios equivocados, uma frase resume com clareza o equívoco-mãe: "O mesmo Estado que dá uma concessão é o Estado que pode não dar a concessão."

Lula ignorou aí a motivação política do gesto. Do mesmo modo como não é aceitável um governo dar uma concessão para favorecer aliados, é inadmissível que recuse a renovação de uma licença para prejudicar adversários políticos.

Para fugir da questão em si, desviou o assunto para o embate com o Senado. Sofismando, buscou atribuir tudo a um "erro político" resultante dessas "coisas verbais" que, segundo ele, são as bases dos conflitos arranjados por Chávez.

Não viu problemas no gesto, mas no verbo, no tom da resposta do venezuelano ao apelo dos senadores para que revisse a decisão. De acordo com o presidente Lula, isso agora vai dificultar a aprovação da entrada na Venezuela no Mercosul, quando na verdade o óbice não é o que Chávez disse a respeito dos senadores - "papagaios" do governo americano - mas a infração à cláusula de vigência plena de democracia nos países sócios.

Quer dizer, o governo brasileiro já se prepara para atribuir a idiosincrasias do Senado, e não aos atos de Hugo Chávez, a possível rejeição do aval à Venezuela. O presidente brasileiro demorou a se pronunciar sobre o caso da RCTV, mas quando o fez mostrou que o silêncio, embora pesado, lhe caía melhor que a declaração.

É fato que ele não prima pela habilidade de amenizar crises e contornar obstáculos da conjuntura quando se pronuncia a respeito. Há, em Lula, uma tendência - decerto herdada da trajetória oposicionista - de pôr lenha ao invés de jogar água fria nas fogueiras.

Desta vez não foi diferente. Poder-se-ia até dizer que, agora, o presidente se superou em sua capacidade de, para usar uma de suas imagens recorrentes, embolar o meio de campo.

De uma tacada só desautorizou o Senado de seu país, reforçou perante o mundo os laços com Chávez que vinham sendo diplomática e vagarosamente afrouxados, abriu a guarda para que a oposição levantasse suspeitas (forçadas) de que possa pretender tomar atitudes semelhantes e explicitou sua incompreensão sobre a impossibilidade de se tornar relativo o conceito de democracia.

De acordo com o presidente, a não-renovação da licença de funcionamento da RCTV é absolutamente compatível com a "democracia deles". Nesse tipo de

raciocínio democraticamente elástico, cabe tudo. Pelo critério de que há democracias assim ou assado, adaptáveis às circunstâncias dos governantes só porque foram eleitos pelo voto direto, o Hitler pré-holocausto também seria um democrata.

Na entrevista, o presidente Lula confirma as piores suspeitas a respeito da passividade com que recebeu as manifestações de apoio de seu partido e de seu assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, ao fechamento da emissora: ele concorda com ela, acha perfeitamente natural um presidente da República usar de suas prerrogativas autocráticas para abrir ou fechar veículos de comunicação.

Digamos que a oposição recorre à caricatura e exorbita na suposição inexequível quando aventa a possibilidade de Lula manipular concessões por aqui. Mas não seria exagerado concluir que se as concessões no Brasil não tivessem se tornado objeto de exame obrigatório por parte do Congresso, o governo Luiz Inácio da Silva não faria o menor esforço para mudar a regra e ainda disporia de bom grado dessa prerrogativa.

Se faria dela uso político ou não, é uma hipótese que já não pode mais ser posta à prova. Ainda bem. Pior a emenda

No recurso que apresentou contra a medida liminar da juíza Mônica Sifuentes suspendendo a verba extra de R\$ 15 mil aos deputados, a Câmara argumenta que o pagamento não fere a Constituição quando ela obriga o pagamento de subsídio fixado em parcela única, porque não configura remuneração.

Se não tem outras razões a apresentar em defesa da manutenção do benefício, vai ser difícil a Câmara ganhar na Justiça, pois o artigo constitucional em questão veda o acréscimo de “qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.

Se insistirem no assunto, os deputados correm o risco de, daqui a pouco, alguém resolver perguntar à Justiça se aqueles outros mimos, tais como pagamento de passagens, despesas de correio, telefone e auxílio moradia, também não ferem a Constituição já que não se incluem no conceito de “parcela única” e são, sim, adicionais. **(Dora Kramer – O Estado de São Paulo – 09/06/07)**

(27) A ministra pode esperar sentada

A ministra Matilde Ribeiro, na entrevista que concedeu à BBC Brasil, cometeu o crime de incitar o ódio racial entre os brasileiros. Ela disse que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco" e que acha "uma reação natural" um "negro" não querer conviver com um "branco". Sendo o crime de racismo inafiançável, ela pode ser presa. Mas esse seria um desfecho muito improvável para o caso. Certamente irá apenas engrossar as estatísticas segundo as quais há mais criminosos fora do que dentro das cadeias. Não será sequer demitida, pois a política do governo é esta mesma, de repartir o povo brasileiro em "etnias" e açular supostas diferenças e ignóbeis orgulhos raciais.

A explicação para a "reação natural do negro" é a seguinte: "Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou." É uma explicação sem sentido, pois parte da idéia de que os brasileiros de pele preta passam a vida a serem açoitados pelos de pele branca. Isso só existe na fantasia mórbida de uma minoria mal conduzida por palavras fáceis e interesses mesquinhos. Aqui fora, no Brasil real, somos misturados, temos orgulho disso e simplesmente não somos racistas.

A ministra é paga para fazer o seu trabalho. Muita gente hoje em dia também é e isso explica muito os modos de tsunami com que essa onda racista varre e infelicitiza o nosso país. Há mil ONGs e instituições racistas, algumas muito importantes e ricas, como a Fundação Ford, que dão uma mãozinha na labuta pela sobrevivência. Não sou leviano, não digo que os militantes da causa racial se dispõem a incitar o racismo em troca de um prato de comida. A situação é mais grave: eles já chegam ao emprego convencidos de que a causa é justa. E, uma vez "incluídos", para que pensar? Para que deixar surgir a dúvida? Para que manter o espírito crítico atento? A esse destino se entregam pessoas de todas as cores, nem é preciso dizer - a falta de juízo não observa critérios raciais, está disponível a qualquer um.

É lamentável que a Fundação Ford gaste dinheiro no Brasil com esse tipo de coisa (e também que faça o mesmo nos Estados Unidos), mas é inaceitável que todos nós contribuintes sejamos obrigados a garantir o sustento de um sem-número de funcionários e ativistas empenhados em levar a cabo um ambicioso e lunático projeto de reengenharia social destinado a nos fazer um país dividido entre negros e brancos, um país racista. É o que acontece. Todos nós pagamos o salário da ministra e os caraminguás de militantes custeados pela Petrobras e outras empresas estatais.

Mas tudo isso vai passar. Ainda vão rasgar nosso dinheiro por algum tempo, mas não vamos perder essa guerra. A própria ministra Matilde Ribeiro reconheceu isso na mesma entrevista. Após elogiar o lugar de vanguarda do Brasil no campo da legislação pertinente, disse que "o que falta é mudança de postura das pessoas". Que a ministra espere sentada. Não vamos mudar, não vamos nos tornar pessoas racistas. Pode a televisão, o rádio e o jornal se cansarem de nos perguntar onde escondemos o nosso racismo. Não escondemos em canto nenhum, apenas e simplesmente não somos racistas. Nem estamos dispostos a sê-lo (grifos e numeração nossos). **(O Globo – José Roberto Pinto de Góes – 29/03/07)**